



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

IGOR GABRIEL DE ALMEIDA BARBOSA

DO PAPEL DOS ATOS ILOCUCIONÁRIOS NA TEORIA DA
PRAGMÁTICA FORMAL DO DISCURSO DE DANIEL
VANDERVEKEN

João Pessoa

2025

IGOR GABRIEL DE ALMEIDA BARBOSA

**DO PAPEL DOS ATOS ILOCUCIONÁRIOS NA TEORIA DA
PRAGMÁTICA FORMAL DO DISCURSO DE DANIEL
VANDERVEKEN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba-UEPB, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientadora: Profa. Dra. Candida Jaci de Sousa Melo.

João Pessoa

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B238d Barbosa, Igor Gabriel de Almeida.

Do papel dos atos ilocucionários na teoria da
pragmática formal do discurso de Daniel Vanderveken /
Igor Gabriel de Almeida Barbosa. - João Pessoa, 2025.
127 f.

Orientação: Candida Jaci de Sousa Melo.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Atos - Filosofia. 2. Pragmática formal dos
discursos. 3. Atos ilocucionários. 4. Vanderveken,
Daniel. I. Melo, Candida Jaci de Sousa. II. Título.

UFPB/BC

CDU 111.6(043)




UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM FILOSOFIA DO(A) CANDIDATO(A) IGOR GABRIEL DE ALMEIDA BARBOSA.


Aos trinta e um do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às 10h:00min, por videoconferência da Plataforma Google Meet, reuniram-se os membros da Comissão Examinadora constituída para examinar a Dissertação de Mestrado do mestrando **Igor Gabriel de Almeida Barbosa**, candidato ao grau de Mestre em Filosofia. A Banca foi constituída pelos professores: Dr^a Candida Jaci de Sousa Melo (Presidente–UFPB), Dr. Anderson D’Arc Ferreira (Examinador Interno ao Programa –UFPB), Dr. Andre Leclerc (Examinador Externo ao Programa – UNB) e Dr^a Eleonoura Enoque da Silva (Examinador Externo à Instituição – UNICAP). Dando início à sessão, a(o) Professora Dr^a Candida Jaci de Sousa Melo, na qualidade de Presidente da Banca Examinadora e orientadora do candidato, fez a apresentação dos demais membros e, em seguida, passou a palavra ao mestrando **Igor Gabriel de Almeida Barbosa** para que fizesse oralmente a exposição de sua Dissertação, intitulada: **“DO PAPEL DOS ATOS ILOCUTIONÁRIOS NA TEORIA DA PRAGMÁTICA FORMAL DO DISCURSO DE DANIEL VANDERVEKEN”**. Após a exposição do candidato, ele foi sucessivamente arguido por cada um dos membros da Banca. Terminadas as arguições, a Banca retirou-se para deliberar acerca da defesa da Dissertação apresentada. Após um breve intervalo, o(a) Presidente, Professora Dr^a Candida Jaci de Sousa Melo, de comum acordo com os demais membros da banca, proclamou **APROVADA** a dissertação **DO PAPEL DOS ATOS ILOCUTIONÁRIOS NA TEORIA DA PRAGMÁTICA FORMAL DO DISCURSO DE DANIEL VANDERVEKEN**, tendo declarado que seu autor **Igor Gabriel de Almeida Barbosa** faz jus ao grau de Mestre em Filosofia, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com Regimento Geral da Pós-Graduação, pronunciar-se no sentido da expedição do Diploma de Mestre em Filosofia. O candidato deverá, no entanto, realizar as modificações sugeridas pela banca, no corpo do texto. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão de Defesa, e eu, Jessica Martins de Oliveira Secretária do PPGF lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros da Banca.

João Pessoa, 31 de março de 2025.


JESSICA MARTINS DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DO PPGF


Documento assinado digitalmente
 CANDIDA JACI DE SOUSA MELO
Data: 30/04/2025 11:49:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a CANDIDA JACI DE SOUSA MELO
PRESIDENTE/UFPB


Documento assinado digitalmente
 ANDERSON DARC FERREIRA
Data: 30/04/2025 11:27:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF. DR. ANDERSON D’ARC FERREIRA
MEMBRO INTERNO AO PROGRAMA/UFPB

PROF. DR. ANDRE LECLERC
MEMBRO EXTERNO AO PROGRAMA/UNB

Documento assinado digitalmente
 ANDRE LECLERC
Data: 30/04/2025 12:32:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF^a D^a ELEONOURA ENOQUE DA SILVA
MEMBRO EXTERNO À INSTITUIÇÃO/ UNICAP

Documento assinado digitalmente
 ELEONOURA ENOQUE DA SILVA
Data: 05/05/2025 20:32:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA – UFPB**

RELATÓRIO DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Eu, Prof^ª Dr^ª Candida Jaci de Sousa Melo (UFPB), Presidente do trabalho de dissertação do(a) Mestrando(a) em Filosofia – área de concentração em Filosofia, redigido pelo(a) aluno(a) **Igor Gabriel de Almeida Barbosa**, intitulado “**DO PAPEL DOS ATOS ILOCUTIONÁRIOS NA TEORIA DA PRAGMÁTICA FORMAL DO DISCURSO DE DANIEL VANDERVEKEN**” certifico que o mesmo, após a sua redação final, foi apreciado pela Banca Examinadora.

Desta, fizeram parte os professores: Dr. Anderson D’Arc Ferreira (Examinador Interno ao Programa – UFPB), Dr. Andre Leclerc (Examinador Externo ao Programa – UNB) e Dr^ª Eleonoura Enoque da Silva (Examinador Externo à Instituição – UNICAP), reunida no dia 31 de março de 2025, em sessão pública, por meio de videoconferência no aplicativo “Google Meet”, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba. Iniciamos às 10h:00 min. a arguição da dissertação do(a) referido(a) aluno(a).

Dando início aos trabalhos, eu, Prof^ª Dr^ª Candida Jaci de Sousa Melo (UFPB), Presidente da Mesa, comuniquei aos presentes a finalidade da sessão pública. Em seguida, apresentei os membros da mesa e concedi a palavra ao examinando para expor a síntese do seu trabalho, mencionando os objetivos da sua dissertação, a metodologia empregada e a conclusão.

O(a) Sr(a). **Igor Gabriel de Almeida Barbosa** foi argüido por cada um dos membros da Banca Examinadora e após o término das arguições a Banca retirou-se, por um momento, para deliberar a respeito do voto.

A seguir, eu, enquanto Presidente da Mesa, comuniquei a nossa deliberação de atribuir-lhe o conceito **APROVADO**.

Após fazermos o candidato e o público cientes da nossa deliberação, demos por encerrada a sessão de julgamento da defesa.

Em seguida, subscrevemos o Livro de Atas, conforme determinação regimental.

João Pessoa, 31 de março de 2025.

Orientadora

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho ao meu pai Idelvan e à minha mãe Saleilza. Sem a ajuda, o carinho, a confiança e a amizade deles jamais conseguiria realizar o meu sonho de estudar Filosofia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Criador, por ter me oferecido desafios e dificuldades para que me torna-se uma mais pessoa mais sábia, sensata e forte.

Agradeço com enorme estima, respeito e admiração aos meus pais Idelvan L. Barbosa e Saleilza R. A. Barbosa por terem acreditado na minha escolha acadêmica e profissional, sem o apoio deles não poderia seguir com os meus sonhos. Os meus pais são o meu porto seguro e a eles os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço especialmente a minha namorada, Erika Estrela, por sempre estar ao meu lado me aconselhando e apoiando durante todo o meu trajeto acadêmico e pessoal. Os seus conselhos, opiniões e comentários me ajudaram em inúmeras situações e dificuldades.

Agradeço imensamente à minha orientadora Profa. Dra. Candida Jaci de Sousa Melo pelas oportunidades de crescimento acadêmico e intelectual, além da paciência e auxílio no desenvolvimento do presente trabalho de dissertação. As nossas reuniões de trabalho de pesquisa, as aulas expositivas, as nossas discussões e conversas foram tão ricas em esclarecimentos e informações que despertaram ainda mais meu interesse pela filosofia da linguagem e da mente, além de aumentar o meu entusiasmo e curiosidade pelas linhas de pesquisa voltadas aos atos de discurso, intencionalidade, atitudes proposicionais, as conversações etc.

Agradeço aos meus queridos e estimados amigos que fiz durante o curso e o mestrado em Filosofia na UFPB, entre eles, destaco carinhosamente: Fidel Jaffer, Bruno Tozzi, Ruan Pablo. Na companhia deles, participei de diversas aulas, estudos informais e extracurriculares, além de inúmeras conversas agradáveis, interessantes e animadas. Graças a eles, tive momentos que ficaram marcados na minha memória e no meu coração.

Agradeço, de maneira geral, ao Programa de Pós-graduação em Filosofia – PPGFIL e a todos os docentes e técnicos administrativos que compõem esta equipe.

Por fim, agradeço a CAPES pelo financiamento da pesquisa, sendo um recurso bastante importante para o desenvolvimento do presente projeto.

*É talvez o último dia da minha vida.
Saudei o sol, levantando a mão direita,
Mas não o saudei, dizendo-lhe adeus.
Fiz sinal de gostar de o ver ainda, mais nada.
– Fernando Pessoa, Poemas inconjuntos.*

RESUMO

O presente trabalho de dissertação tem como objetivo geral analisar e esclarecer o papel da teoria dos atos de discurso – especificamente, os atos de discurso do tipo ilocucionário – no desenvolvimento da teoria da pragmática formal do discurso (a teoria das conversações) elaborada por Daniel Vanderveken. Para tal fim, é preciso apresentar a teoria dos atos ilocucionários e explicar por que ela, devido aos seus limites, não é suficiente para explicar a estrutura lógica das conversações ou discursos inteiros. A teoria dos atos de discurso se limita à análise dos atos ilocucionários de primeiro nível, ou seja, ilocuições isoladas, individuais e momentâneas que os agentes (locutores e interlocutores) realizam ao utilizar enunciados elementares, em contextos de uso da linguagem. Essa teoria não analisa a estrutura lógica dos discursos inteiros que os protagonistas conduzem durante uma conversação. Assim, nosso trabalho tem os seguintes objetivos: apresentar o estado da arte do problema ou tema a fim de mostrar o percurso histórico-teórico da teoria dos atos de discurso *standard*, desde Austin e Grice até Searle e Vanderveken, mencionando algumas observações e noções acrescentadas por Vanderveken e Sousa Melo; Elucidar a posição cética de Searle que, na esteira do segundo Wittgenstein, não acredita ser possível elaborar uma teoria dos discursos inteiros tão rigorosa quanto à teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível; Discutir sobre os argumentos de Searle contra a possibilidade de se conceber uma tal teoria e explicar como Vanderveken responde a esse desafio; Apresentar a teoria da pragmática formal dos discursos elaborada por Vanderveken, onde este apresenta os princípios lógicos gerais e uma tipologia dos discursos inteiros ou conversações cujo objetivo é puramente discursivo; Por fim, falar da mudança de posição de Searle após Vanderveken elaborar sua teoria e sobrepor, portanto, seu desafio.

Palavras-chave: Atos ilocucionários. Pragmática formal dos discursos. Conversações. D. Vanderveken. J. Searle.

ABSTRACT

The present dissertation work has the general objective of analyzing and clarifying the role of the theory of speech acts – specifically, the speech acts of the illocutionary type – in the development of the theory of formal pragmatics of discourse (the theory of conversations) elaborated by Daniel Vanderveken. To this end, it is necessary to present the theory of illocutionary acts and explain why, due to its limitations, it is not sufficient to explain the logical structure of conversations or entire discourses. The speech acts theory is limited to the analysis of first-level illocutionary acts, that is, isolated, individual and momentary illocutions that agents (speakers and hearers) perform when using elementary statements, in contexts of language use. This theory does not analyze the logical structure of entire discourses that protagonists conduct during a conversation. Thus, our work has the following objectives: to present the state of the art of the problem or theme in order to show the historical-theoretical path of the speech acts theory *standard*, from Austin and Grice to Searle and Vanderveken, mentioning some observations and notions added by Vanderveken and Sousa Melo; to elucidate skeptical position of Searle who, in the wake of the second Wittgenstein, does not believe it is possible to develop a theory of entire discourses as rigorous as the theory of first-level illocutionary acts; to discuss Searle's arguments against the possibility of conceiving such a theory and explain how Vanderveken responds to this challenge; to present the theory of formal pragmatics of discourses elaborated by Vanderveken, where he presents the general logical principles and a typology of entire discourses or conversations whose objective is purely discursive; finally, to talk about Searle's change of position after Vanderveken developed his theory and therefore superimpose his challenge.

Keywords: Illocutionary acts. Formal pragmatics of discourses. Conversations. D. Vanderveken. J. Searle.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TAD	Teoria dos atos de discurso
TGD	Teoria geral formal do discurso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 DOS ATOS ILOCUCIONÁRIOS DE PRIMEIRO NÍVEL.....	20
1.1 Acerca da influência de John Austin e Paul Grice nos fundamentos da teoria dos atos de discurso.....	22
1.2 Mais sobre o projeto inaugural de Austin: da sua tipologia dos atos de discurso.....	31
1.3 Da crítica de Searle à distinção dos tipos de força ilocucionária e dos tipos de atos de discurso propostas por Austin.....	37
1.4 Da relação entre os atos ilocucionários e os outros tipos de atos de discurso, na formalização da teoria da lógica ilocucionária de Searle e Vanderveken.....	46
1.5 Os seis componentes de uma força ilocucionária na perspectiva de Vanderveken.....	53
1.5.1 Do objetivo ilocucionário.....	55
1.5.2 Do modo de atingir.....	57
1.5.3 Das condições sobre o conteúdo proposicional.....	58
1.5.4 Das condições preparatórias.....	58
1.5.5 Das condições de sinceridade.....	60
1.5.6 Do grau de força.....	61
1.6 As direções de ajuste e os objetivos ilocucionários.....	63

2 DO CETICISMO DE JOHN SEARLE SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA	
TEORIA FORMAL DA PRAGMÁTICA DO DISCURSO.....	69
2.1 Das noções de <i>jogos de linguagem</i> e de <i>formas de vida</i> no pensamento do segundo Wittgenstein.....	71
2.2 Os principais obstáculos apresentados por Searle.....	78
2.2.1 Acerca do pano de fundo conversacional (<i>Background</i>).....	87
2.2.2 Sobre a intencionalidade coletiva.....	90
3 DA TEORIA FORMAL DO DISCURSO DE VANDERVEKEN.....	96
3.1 Das direções de ajuste e dos objetivos discursivos.....	97
3.2 Da forma lógica de um tipo de conversação com um objetivo discursivo.....	103
3.2.1 Do modo de atingir do objetivo discursivo.....	106
3.2.2 Das condições temáticas de uma conversação.....	106
3.2.3 Das condições sobre o <i>background</i> ou pano de fundo conversacional de uma conversação.....	107
3.2.4 Das condições de sinceridade.....	108
3.3 Da tipologia das conversações providas de um objetivo discursivo.....	109
3.3.1 Acerca das unidades de uma conversação.....	110
3.3.2 Acerca da estrutura formal do conjunto dos tipos de discurso possíveis....	112
3.4 Da noção de sucesso na lógica do discurso de Vanderveken.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	124

INTRODUÇÃO

A principal motivação para o desenvolvimento do presente trabalho de dissertação é a apresentação, análise e comparação das teorias que abordam os atos ilocucionários de primeiro nível e as ilocuções de nível superior, ou seja, as conversações¹. Para alcançar tal objetivo devemos perpassar pelos estudos anteriores que foram influentes para o desenvolvimento da teoria da pragmática formal dos discursos ou das conversações concebida por Daniel Vanderveken assim como a teoria dos atos de discurso, a teoria e lógica ilocucionária e a teoria geral da intencionalidade.

Nosso objetivo principal, no presente trabalho de dissertação, é analisar e esclarecer o papel da teoria dos atos de discurso, especificamente, a teoria dos atos ilocucionários, no desenvolvimento da teoria da pragmática formal do discurso, ou seja, a teoria das conversações (ou discursos inteiros) elaborada por Daniel Vanderveken. Nesse contexto, pretendemos apresentar e explicar, de forma detalhada, os princípios que sustentam sua tese de que é possível desenvolver uma teoria dos discursos inteiros tão rigorosa quanto a teoria dos atos ilocucionários que são ilocuções de primeiro nível.

A fim de atingir o objetivo especificado acima, é necessário atingir os seguintes objetivos específicos: a) Apresentar o estado da arte do problema ou do tema a fim de mostrar o percurso histórico-teórico da teoria dos atos de discurso *standard*, desde Austin e Grice até Searle e Vanderveken, mencionando algumas observações e noções acrescentadas por Vanderveken e Sousa Melo; b) Elucidar a posição cética de Searle que, na esteira do segundo Wittgenstein, não acredita ser possível elaborar uma teoria dos discursos inteiros tão rigorosa quanto à teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível; c) Discutir sobre os argumentos de Searle contra à possibilidade de se conceber uma tal teoria e explicar como Vanderveken responde e supera esse desafio lançado por Searle; d) Expor a teoria da pragmática formal dos discursos elaborada por Vanderveken, onde este apresenta os princípios lógicos gerais e uma tipologia dos discursos inteiros ou conversações cujo objetivo é puramente discursivo; e) Ressaltar e explicar o paralelismo que há entre os conceitos e princípios utilizados na teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível e na teoria das ilocuções de nível superior. Esse

¹ Na perspectiva de Vanderveken, os termos conversações, discursos inteiros e intervenções discursivas são termos intercambiáveis. Ao longo do nosso trabalho, utilizamos essas expressões, de maneira indistinta, para expressar a mesma noção de discursos inteiros, ou seja, atos ilocucionários de nível superior.

paralelismo pode ser observado claramente, pois há vários aspectos que o evidenciam. Por exemplo, assim como há objetivos ilocucionários e direções de ajuste das ilocuções de primeiro nível também há objetivos discursivos e direções de ajuste das conversações; assim, vários componentes de força ilocucionária dos atos ilocucionários de primeiro nível também são componentes de força das conversações ou discursos inteiros; f) Explicitar a mudança de posição de Searle após Vanderveken elaborar sua teoria e sobrepor, portanto, o seu desafio.

Antes de fazer uma apresentar breve sobre o contexto e o estado da arte da teoria dos atos de discurso em geral e sua consagração como uma teoria rigorosa e estruturada, vamos fazer uma distinção importante entre atos ilocucionários de primeiro nível e ilocuções de nível superior (ou de segundo nível). Os atos ilocucionários de primeiro nível são ilocuções isoladas, momentâneas e individuais que os locutores realizam, utilizando enunciados bem formados da língua utilizada, em contextos de enunciação. Por outro lado, as ilocuções de nível superior são conversações ou discursos inteiros constituídos de atos ilocucionários auxiliares e atos ilocucionários mestres, sendo que estes últimos os responsáveis pela determinação do objetivo principal da conversação².

De modo geral, a Teoria dos Atos de Discurso – doravante TAD –, inicialmente elaborada por Austin, é uma das principais abordagens, no âmbito da filosofia analítica da linguagem natural e da pragmática. Essa teoria defende que os atos de linguagem, isto é, os atos ilocucionários são, além de um meio de comunicação e expressão dos pensamentos dos locutores, um tipo de ação intencional que esses realizam em contextos de uso da linguagem. Um dos seus principais objetivos é explicar por que e em quais condições as palavras, quando utilizadas segundo regras e em contextos de enunciação específicos, servem para fazer coisas e, assim, transformar o mundo. Posteriormente, a TAD foi aperfeiçoada por Searle e Vanderveken que, com o desenvolvimento da lógica ilocucionária, estabeleceram uma formalização mais rigorosa da TAD. A TAD contém uma lógica ilocucionária que analisa e explica os diversos aspectos e traços dos atos ilocucionários de primeiro nível assim como mostra uma série de relações lógicas que há entre os vários componentes de força ilocucionária e o conteúdo proposicional do ato. Por exemplo, a tipologia dos atos ilocucionários é determinada pelo tipo de objetivo das forças ilocucionárias. Assim, a especificação da força ilocucionária do ato implica a determinação do tipo de ato em questão. Devido à natureza dos

² As noções de atos ilocucionários auxiliares e de atos ilocucionários mestres serão apresentadas e explicadas no Capítulo 3 da presente dissertação.

métodos – analítico e lógico-teórico – utilizados para entender e construir um aparelho lógico-formal rigoroso, capaz de levar em conta tanto as condições de sucesso quanto as condições de satisfação dos atos ilocucionários, a TAD tornou-se uma teoria indispensável, pois fornece uma explicação filosófica e lógica da natureza e das condições de felicidade de qualquer tipo de ato de discurso possível.

Por conseguinte, a TAD pode ser vista também como uma das principais abordagens da pragmática formal. Nessa perspectiva, os atos ilocucionários desempenham um papel fundamental, pois estão diretamente relacionados ao que o locutor tem a intenção ou quer realizar com a sua ilocução, em um dado contexto de enunciação. Em outras palavras, qualquer tipo de ato ilocucionário que um dado locutor realiza, utilizando um enunciado bem formado de sua língua em um contexto de enunciação, tem um conjunto condições de realização e de satisfação determinadas pelo objetivo do ato. Assim, uma asserção, uma promessa e uma ordem, por exemplo, são diferentes, pois cada um desses atos tem condições de realização e de satisfação que lhes são próprios. Ao longo do presente trabalho, aprofundaremos o desdobramento desse longo percurso histórico-teórico da TAD, desde seu desenvolvimento inicial por Austin e Grice até o aperfeiçoamento realizado por Searle e Vanderveken, a fim de compreendermos, de maneira mais clara e detalhada, como essa teoria lógico-filosófica se tornou tão bem consolidada e consagrada.

A TAD defende a ideia de que falar é um modo de agir, e tal visão já estava presente na obra do segundo Wittgenstein, *Philosophical Investigations* (1958). A pesquisa e a concepção de uma teoria específica sobre os atos de discurso (ou de linguagem) foi realizada primeiramente por John Austin e foi apresentado em seu artigo *A plea for Excuses*, incluído na obra *Philosophical Papers* (1962a), onde ele introduzia e analisava a noção de enunciação performativa. Para Austin, tais enunciações, em determinadas circunstâncias, não são nem enunciados “descritivos” nem “avaliativos”³, mas contam como ações, isto é, como eventos linguísticos realizados pelos agentes humanos que assim fazendo criam o fato de descrever ou relatar estados de coisas passados, atuais ou possíveis, no mundo. Um exemplo bem simples de enunciado performativo envolve o verbo “prometer”, pois ao realizar um enunciado (falando ou escrevendo) como “Prometo que irei para a aula da tarde”, o locutor está realizando uma ação que é a de prometer, ao interlocutor, fazer algo no futuro da enunciação, isto é, ir à aula

³ Iremos tratar, mais profundamente, de tais noções ou conceitos mais adiante.

da tarde. Posteriormente, em *How to Do Things with Words* (1962b), Austin continua suas observações sobre as enunciações e defende, explicitamente, o aspecto realizável (performável) ou executivo delas quando ele defende a tese de que “dizer é fazer”. Assim, o projeto de Austin é considerado por muitos como representando o pontapé inicial de uma nova linha de pesquisa. Logo, embora muitos tenham criticado seu escopo muito estreito, pois ele se restringiu à análise dos verbos ilocucionários da língua inglesa, Austin é, sem dúvida, um dos pioneiros da nova linha da filosofia analítica chamada de filosofia da linguagem natural ou comum. Após o trabalho inicial de Austin, que preparou o terreno para que outros pudessem ir além de suas pesquisas, veio John Searle que em sua obra *Speech Acts* (1969)⁴ apresentou uma TAD mais robusta, de caráter mais geral e formal. Seu aparato teórico representa um desenvolvimento das ideias de Austin, mas também traz suas próprias considerações sobre a natureza e papel da significação, nos contextos de uso literal da linguagem.

Outro autor que contribuiu bastante para o desenvolvimento da TAD foi Paul Grice com suas obras *Meaning* (1957) e *Logic and Conversation* (1975). Dentre suas contribuições destacam-se sua teoria sobre as intenções do locutor que auxilia na compreensão do objetivo do locutor quando, em um dado contexto de uso da linguagem, realiza um ato de discurso em vez de outro. Sua teoria das *implicaturas conversacionais* ajuda a compreender e explicar a intenção do locutor, dado os traços ou características presentes ou não no enunciado, quando ele utiliza literal ou não literalmente a linguagem, em situações de comunicação.

Após o período de muitos estudos e pesquisas voltadas aos atos ilocucionários, resultando na publicação de obras importantes como *Speech Acts* (1969), *Expression and Meaning* (1979) e, principalmente, o trabalho desenvolvido em conjunto com Daniel Vanderveken, *Foundations of Illocutionary Logic* (1985), John Searle (1992), seguindo o pensamento do segundo Wittgenstein, expressou ceticismo quanto ao projeto de elaborar um aparelho teórico que desse conta de explicar a estrutura formal dos discursos inteiros (ou das conversações) tão rigoroso quanto a teoria formal dos atos ilocucionários de primeiro nível. Do ponto de vista de Searle, não seria possível construir uma teoria das conversações com o mesmo poder explicativo ou de análise apresentada na TAD do tipo ilocucionário. Porém, ele ressalta que podemos ter algumas intuições instigantes sobre a estrutura das conversações (ver Searle, 2010a). Posteriormente, D. Vanderveken, querendo testar tais intuições e motivado pelo

⁴ Este livro constitui a dissertação de mestrado que ele fez sob a orientação de Austin, em Oxford.

desafio, conseguiu superar as dificuldades apontadas por Searle ao elaborar uma teoria geral formal dos discursos inteiros, cujo objetivo é puramente linguístico.

A fim de organizar da melhor forma a trajetória deste trabalho, os três capítulos que o constitui vão tratar dos seguintes tópicos: No primeiro capítulo, vamos tratar da teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível⁵ que são considerados como as unidades mínimas da comunicação humana. Tais atos são o tipo mais importante de atos de discurso⁶, pois sempre que um locutor realiza uma enunciação com significado, em um contexto apropriado, com certas intenções, ele realiza um ou mais atos ilocucionários (Searle; Vanderveken, 1985). Alguns exemplos de atos ilocucionários são: asserções, promessas, ordens, perguntas, congratulações, desculpas etc. Nesse capítulo, iremos mencionar, de forma breve, alguns fatos importantes necessários para compreendermos como a TAD foi desenvolvida ao fio do tempo. Falaremos das contribuições, mais importantes, dos pioneiros dessa teoria como Austin, Grice, Searle e Vanderveken. Mais especificamente, explicaremos a noção de força ilocucionária e de atos performativos, na abordagem de Austin. Em seguida, esclareceremos por que Searle critica Austin no que concerne à noção de atos performativos e por que tanto sua nova taxonomia dos tipos de força ilocucionária possíveis quanto sua análise lógica dos diferentes componentes de uma força ilocucionária são mais rigorosas dos que àquelas propostas por Austin. Vamos explicar também por que a noção de “intenção do locutor” de Grice serve para determinar o objetivo ilocucionário de um ato de enunciação e assim dá suporte teórico à nova tipologia dos atos ilocucionários. Continuaremos esse percurso histórico falando da grande contribuição de Searle & Vanderveken (em *Foundations of Illocutionary Logic*) ao elaborar um aparelho teórico lógico-formal que apresenta e explica a forma lógica dos atos ilocucionários de primeiro nível, ao analisar os diferentes componentes das forças ilocucionárias, assim como apresentar várias leis que governam a relação de identidade e de implicação entre forças ilocucionárias. Eles também fazem a distinção importante entre tipos de atos de discurso e tipos de atos ilocucionários, na formalização da teoria ilocucionária. Finalizaremos, explicando porque

⁵ Esse termo foi cunhado por J. L. Austin, em sua obra *How to Do Things with Words* (Oxford: Clarendon Press, 1962). Tal obra foi traduzida para o português por Danilo Marcondes, com o título *Quando dizer é fazer* (Porto Alegre: Artes Médicas, 1990).

⁶ Sigo aqui a escolha que Daniel Vanderveken e Candida Jaci de Sousa Melo fazem acerca da utilização da expressão “atos de discurso” em vez de “atos de fala” para traduzir em português a expressão *speech acts*. Nota-se que a expressão “atos de fala” dá a entender que todos os atos são abertos (isto é, quando ele é acessível aos outros (público)), porém há atos cuja realização é silenciosa, ou seja, em solilóquio.

Daniel Vanderveken reduz o número dos componentes de força ilocucionária e expande a TAD ao elaborar sua teoria da pragmática formal dos discursos.

O segundo capítulo trata do ceticismo de Searle, apresentado em seu artigo *Conversation* (1992), que é inspirado na abordagem do segundo Wittgenstein (em *Philosophical Investigations*, 1958). Esse ceticismo refere-se à possibilidade de construir uma teoria das conversações ou dos discursos inteiros tão rigorosa quanto à teoria dos atos ilocucionários, apontando as principais dificuldades para que tal projeto fosse realizado. Logo, nossa principal tarefa será a de apresentar os argumentos que compõem o ceticismo de Searle, além de uma explicação razoável de determinados conceitos e termos que fundamentam sua posição cética como as noções de jogos de linguagem, formas de vida e de intencionalidade coletiva, por exemplo.

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar como o filósofo Daniel Vanderveken conseguiu superar o desafio lançado por Searle, no artigo mencionado acima. A fim de ultrapassar as dificuldades, envolvendo a possibilidade da construção de uma teoria geral dos discursos inteiros, Vanderveken (2001, 2007, 2013) formulou os princípios fundamentais de uma teoria geral dos discursos e, conseqüentemente, enriqueceu, de forma significativa, a lógica dos atos ilocucionários. Daniel Vanderveken, além de contribuir para os fundamentos da lógica dos discursos (das conversações), também apresenta uma tipologia dos diferentes tipos de discurso cujo objetivo é puramente linguístico. Assim, apresentaremos sua tipologia dos objetivos discursivos, assim como as diferentes direções de ajuste dos tipos de discurso. Discorreremos sobre a forma lógica das conversações providas de um objetivo discursivo, da tipologia das conversações providas de objetivos discursivos e, ainda, falaremos de sua definição de condições de sucesso nessa nova teoria formal dos discursos, que ele desenvolveu.

Vale ressaltar que até o advento da teoria da pragmática formal dos discursos, elaborada por Vanderveken, a TAD restringiu seu escopo de explicação aos atos ilocucionários isolados os quais são realizados por locutores ao utilizar na linguagem, em contextos individuais de enunciações⁷. Entretanto, tal como Vanderveken (2001) ressalta, os atos de discurso são raramente realizados sozinhos, no uso da linguagem. Reforçando que:

⁷ Nessa abordagem, uma enunciação é uma ilocução realizada por um agente em um determinado contexto.

Os locutores realizam seus atos ilocucionários dentro de discursos inteiros em que eles estão, o mais frequentemente, em interação verbal com outros locutores que respondem a eles e realizam, por sua vez, seus próprios atos de discurso com a intenção coletiva de conduzir um certo tipo de conversação. [...] (Vanderveken, 2001, p. 243, tradução nossa⁸).

No decorrer do trabalho, em especial no terceiro capítulo, onde será apresentada a teoria da pragmática geral formal do discurso, desenvolvida por Vanderveken, será possível perceber que há um paralelismo entre os objetivos ilocucionários e os objetivos conversacionais; entre as direções de ajuste dos atos ilocucionários e as direções de ajuste das conversações (dos discursos inteiros que Vanderveken também chama de intervenções discursivas); entre os componentes das forças ilocucionárias dos atos ilocucionários de primeiro nível e os componentes de força das conversações que determinam o tipo de discurso etc. Um dos principais motivos para tal paralelismo é o método analítico empregado por Vanderveken que concerne à decomposição das noções complexas, o mesmo utilizado no desenvolvimento da lógica ilocucionária. Dessa vez, ele utilizou-o a fim de analisar a forma lógica dos tipos de discurso ou conversações.

⁸ No original: “*Speakers perform their illocutionary acts within entire discourses where they are most often in verbal interaction with other speakers who reply to them and perform in turn their own speech acts with the collective intention of conducting a certain type of conversation. [...]*”

CAPÍTULO 1

DOS ATOS ILOCUCIONÁRIOS DE PRIMEIRO NÍVEL

Desde o início século XX há duas correntes (ou tendências) na filosofia analítica da linguagem contemporânea que se rivalizam, a saber: 1) a corrente lógica, fundada por G. Frege, B. Russell e o L. Wittgenstein I, que estuda principalmente como a linguagem se relaciona com o mundo e se concentra sobre as condições de verdade dos enunciados (sentenças) do tipo declarativo; 2) a corrente da linguagem natural (ou comum), fundada por G. Moore e L. Wittgenstein II, que estuda especialmente como a linguagem é utilizada no curso das conversações e se concentra sobre os vários tipos de atos de discurso que os locutores realizam nos contextos de enunciação. De acordo com Daniel Vanderveken (1990), nas últimas décadas, os filósofos da corrente lógica têm, por meio do uso de métodos da lógica matemática, desenvolvido lógicas filosóficas poderosas como, por exemplo, a lógica intensional⁹ e a lógica demonstrativa¹⁰ ao lidar com os aspectos verofuncionais¹¹ fundamentais da significação do enunciado (sentença) tais como o sentido, a denotação e o tempo. Observa-se também que os filósofos de tal corrente contribuíram extensivamente para a fundação da semântica formal das linguagens naturais. Em contrapartida, na corrente da linguagem natural (ordinária ou comum), não houve um grande desenvolvimento formal, se comparado à corrente lógica, até recentemente com as pesquisas e trabalhos realizados por Searle e Vanderveken que foram responsáveis por desenvolver uma teoria lógica geral dos atos de discurso e, por conseguinte, contribuíram muito ao oferecer definições recursivas do conjunto de todas as forças ilocucionárias possíveis e das condições de sucesso e de satisfação dos atos ilocucionários elementares ou de primeiro nível.

Em uma das obras de maior relevância sobre a teoria e a lógica dos atos ilocucionários, *Foundations of Illocutionary Logic*¹², escrita em 1985 por Searle e Vanderveken, os autores defendem que as unidades mínimas da comunicação humana são os atos de discurso de um tipo

⁹ A. Church, *A formulation of the logic of sense and denotation*, 1951; R. Carnap, *Meaning and Necessity*, 1956; R. Montague, *Formal Philosophy*, 1974.

¹⁰ D. Kaplan, *On the Logic of Demonstratives*, 1979.

¹¹ No sentido de condições de verdade das proposições que são o conteúdo proposicional dos enunciados do tipo declarativo.

¹² No ano de 2021 foi publicada na Revista Reflexões a tradução do *Chapter I – Introduction to The Theory of Speech Acts* – do livro *Foundations of Illocutionary Logic* para a língua portuguesa sob o título: *Introdução à teoria dos atos de discurso*. Esta tradução foi feita pela Profa. Dra. Candida Jaci de Sousa Melo e permite aos estudantes, que não são competentes em inglês, terem acesso a esse tipo de conteúdo. É importante ressaltar que essa obra fundamental à essa teoria não está ainda disponível em português.

denominado, por Austin (1962b), *atos ilocucionários*. Segundo esses autores, os atos do tipo ilocucionário são os mais importantes dentre os atos de discurso¹³. Recentemente, Vanderveken e Sousa Melo (2019, p. 12) esclareceram que, segundo a TAD, “as primeiras unidades de significação e de comunicação, no uso e na compreensão da linguagem, são atos ilocucionários providos de condições de felicidade”. A noção ‘condições de felicidade’ é uma noção complexa que compreende as noções de condições de sucesso, condições de verdade e de satisfação. Alguns exemplos paradigmáticos de atos ilocucionários são as asserções, as perguntas, as promessas, as ordens, os comandos, as congratulações e as desculpas que fazemos no exercício do pensamento e no uso da linguagem. Por conseguinte, sempre que “um locutor enuncia uma sentença, em um contexto apropriado, com certas intenções, ele realiza um ou mais atos ilocucionários.” (Searle; Vanderveken, 2021, p. 255).

A lógica ilocucionária é a teoria lógica dos atos ilocucionários. Logo, seu objetivo principal é a formalização das propriedades lógicas das forças ilocucionárias. Observa-se que, em geral, um ato ilocucionário é constituído de uma força ilocucionária F e de um conteúdo proposicional P ; sua forma lógica é $F(P)$. Por exemplo, os dois enunciados: 1) “Você sairá da sala.” e 2) “Saia da Sala!” têm ambos o mesmo conteúdo proposicional (isto é, que você sairá da sala), porém, quando analisado logicamente, o primeiro enunciado tem a força ilocucionária de uma previsão enquanto o segundo tem a força ilocucionária de uma ordem. Eles têm, portanto, o mesmo conteúdo proposicional, mas forças ilocucionárias diferentes. Ademais, a tarefa da lógica ilocucionária, de acordo com Searle e Vanderveken, é:

Estudar a gama inteira das forças ilocucionárias possíveis independentemente de como elas são realizadas em línguas naturais particulares. Em princípio, ela estuda todas as forças ilocucionárias possíveis de enunciações em qualquer língua possível, e não meramente a realização dessas possibilidades nos atos de discurso atuais, nas línguas atuais. [...] (Searle; Vanderveken, 2021, p. 256).

Veremos, no presente capítulo, quais são as definições de certos tipos de atos de discurso apresentadas por Austin, Searle e Vanderveken e, conseqüentemente, a relação de tais atos com os atos ilocucionários. Além disso, falaremos dos componentes das forças ilocucionárias, das direções de ajuste dos atos ilocucionários e, por conseguinte, dos tipos diferentes de objetivos

¹³ Veremos mais adiante que além dos atos ilocucionários há outros tipos de atos de discurso como os atos locucionários, perlocucionários, proposicionais, as denegações, os indiretos e as conversações.

illocucionários. Para melhor analisarmos isso tomaremos a seguinte divisão neste capítulo: Na seção 1.1 abordaremos, ligeiramente, a influência dos estudos e pesquisas desenvolvidos por J. Austin e P. Grice para a criação da TAD; na seção 1.2, trataremos da linha de pesquisa inaugurada por Austin e a distinções e definições dos tipos de atos de discurso propostas por ele, em especial, os atos locucionários, illocucionários e os atos perlocucionários; na seção 1.3, apresentaremos a crítica de Searle à distinção de Austin sobre os tipos de força illocucionária; na seção 1.4, abordaremos a tipologia dos atos de discurso apresentada por Searle e Vanderveken (1985) que, em vez de se limitarem à análise dos verbos illocucionários de uma língua em particular, como foi o caso de Austin, realizaram uma investigação mais rigorosa da estrutura lógica das forças illocucionárias, revelando os vários tipos de componentes que constituem uma força. A importância desse trabalho é indubitável, pois tal análise permite determinar, de maneira sistemática, os vários tipos de atos de discurso que os agentes tentam realizar, nos contextos de suas enunciações. Por conseguinte, desde então, a teoria da lógica illocucionária pode ser aplicada em qualquer língua natural¹⁴, para analisar todos os tipos de força illocucionária. Com esse aparelho teórico, eles puderam determinar os vários tipos de atos illocucionários possíveis de realizar, utilizando uma linguagem: os atos de enunciação, os atos proposicionais, os atos de discurso indireto, os atos perlocucionários e as conversações; na seção 1.5, discorreremos sobre os seis componentes de uma força illocucionária que foram apresentados na obra *Meaning and Speech Acts* de Vanderveken; e, por fim, na seção 1.6, comentaremos da importância das quatro direções de ajuste possíveis entre as palavras e as coisas e da relação entre elas e os objetivos illocucionários. Passemos, portanto, a analisar cada um desses tópicos elencados.

1.1 ACERCA DA INFLUÊNCIA DE JOHN AUSTIN E PAUL GRICE NOS FUNDAMENTOS DA TEORIA DOS ATOS DE DISCURSO

A partir do que foi dito acima acerca da filosofia analítica da linguagem, notamos que há duas correntes rivais, nomeadamente: a corrente lógica e a corrente da linguagem natural ou comum. Um dos principais representantes da última corrente é John Austin que produziu e

¹⁴ Ela tem sido aplicada para analisar os vários tipos de força illocucionária e seus marcadores linguísticos (como os verbos illocucionários) que existem em qualquer língua natural. Ela foi aplicada para analisar as seguintes línguas: o Inglês; o Francês; o Japonês; o Espanhol; o Português; o Árabe.

publicou diversas¹⁵ discussões sobre alguns problemas centrais da tradição filosófica como, por exemplo, a responsabilidade e a ação, a percepção e o conhecimento etc. Na apresentação intitulada *A filosofia da Linguagem de J. L. Austin* da obra *Quando dizer é fazer*¹⁶ (1990), Danilo Souza Filho nos apresenta um panorama geral no qual a TAD está situada, além de descrever o percurso de tal teoria, partindo de sua origem até as teses que são defendidas por Austin na obra mencionada acima. Acerca da perspectiva de Austin sobre o método da corrente da filosofia analítica da linguagem natural, utilizado no desenvolvimento de suas discussões, ele considerava um método capaz de clarificar e desmistificar aqueles problemas centrais da tradição filosófica¹⁷, pois situava-os em um plano menos genérico, formal e abstrato e, conseqüentemente, tornava possível uma análise e compreensão de tais problemas sem recorrer a pressupostos metafísicos tradicionais que, de forma inevitável, gerariam novas discussões e novos problemas. Sobre o método utilizado na análise de Austin, Souza Filho discorre que:

Para ilustrar o método de análise austiano bastaria aqui reconstruirmos sua elucidação de um problema dos mais importantes da ética, a questão da responsabilidade que decorre de uma ação. Esta análise encontra-se no que é talvez seu trabalho mais elaborado no gênero, *A Plea for Excuses*. Pelo procedimento que Austin estabelece, em lugar de partir de noções abstratas oriundas de uma teoria ética ou de conceitos muito amplos como responsabilidade, ação, vontade etc., toma como ponto de partida a análise de advérbios como ‘voluntariamente’, ‘deliberadamente’, ‘acidentalmente’, ‘inadvertidamente’ e outros congêneres, exatamente por serem, enquanto advérbios, palavras que qualificam ou determinam o termo ‘ação’. E a razão de assim proceder radica-se no fato de as condições de possibilidade de emprego destes termos revelarem as circunstâncias que permitem ao falante usá-los para justificar, desculpar ou eximir-se da responsabilidade de seu ato. (Souza Filho, 1990, p. 9).

Na análise feita por Austin, nota-se o uso recorrente de exemplos extraídos tanto das ações linguísticas cotidianas quanto de processos criminais em que um indivíduo foi responsabilizado ou não por uma ação. Além disso, ele utiliza situações fictícias e imaginárias. Por conseguinte, segundo Souza Filho, o uso recorrente de exemplos da vida prática, no método de análise de Austin, revela “seu interesse pelas regras de uso da linguagem, pelo que se pode ou não dizer, enfim, pela ‘gramática’” (Ibid., p. 9). Esse uso de exemplos, quer sejam reais ou

¹⁵ Para uma discussão mais aprofundada, ver as obras de J. L. Austin: *Philosophical Papers*, Clarendon Press, 1962a; *How to Do Things with Words*, Clarendon Press, 1962b; e, *Sense and Sensibilia*, Oxford University Press, 1962c.

¹⁶ Trata-se da tradução para o português feita por Danilo Marcondes de Souza Filho do livro de Austin, *How to Do Things with Words*, Clarendon Press, 1962b. Essa tradução foi publicada pela editora Artes Médicas, 1990.

¹⁷ O problema da responsabilidade nas ações, por exemplo.

imaginários, é somente uma maneira de tornar a reflexão mais concreta e precisa, objetivando a aproximação com a nossa experiência de locutor, de modo que ela se apoie no aspecto intersubjetivo da linguagem. Consequentemente, as conclusões feitas por Austin aproximam-se, diretamente, com a nossa prática cotidiana e com o nosso universo de discurso. Dessa maneira, todo problema filosófico fica, de acordo com Souza Filho, restrito a “um ‘campo semântico’ bem delimitado, no contexto do qual o uso de certas expressões deve ser examinado, levando-se em conta quando, como, por que e por quem determinadas expressões podem ser usadas e outras não” (Souza Filho, 1990, p. 9). Com relação a isso, Souza Filho acrescenta:

Neste método de análise, a necessidade de se levar em conta o contexto de uso das expressões e os elementos constitutivos deste contexto indica claramente que a linguagem não deve ser considerada em abstrato, em sua estrutura formal apenas, mas sempre em relação a uma situação em que faz sentido o uso de tal expressão. Desta forma, superam-se as barreiras entre linguagem e mundo, entre o sistema de signos sintaticamente ordenados e a realidade externa a ser representada. [...] (Ibid., p. 10).

Na abordagem de Austin, a análise da linguagem é utilizada não somente para analisar a linguagem propriamente dita, mas para investigar o contexto social e cultural no qual ela está sendo usada. As práticas sociais, os valores, os paradigmas, dentre outros aspectos da comunidade, são elementos indissociáveis ao uso da linguagem. Isso mostra por que a linguagem deve ser considerada também como uma prática social concreta e, portanto, deve ser analisada enquanto tal. Essa perspectiva é justificada por Austin da seguinte maneira:

Em vista da prevalência do slogan ‘linguagem comum’ e de tais nomes como filosofia ‘linguística’ ou ‘analítica’ ou ‘a análise da linguagem’, uma coisa precisa ser especialmente enfatizada para combater mal-entendidos. Quando examinamos o que se deve dizer e quando se deve fazê-lo, que palavras devemos usar e em que situações, estamos a olhar novamente não meramente para as palavras (ou ‘significações’, quaisquer que sejam), mas também para as realidades sobre as quais usamos as palavras para falar sobre: estamos usando uma consciência aguçada das palavras para aguçar nossa percepção, embora não como árbitro final, dos fenômenos. Por esta razão, eu penso que seria melhor usar, para esta maneira de fazer filosofia, algum nome menos errôneo do que os dados acima – por exemplo, ‘fenomenologia linguística’, só que isso é um tanto exagerado. (Austin, 1962a, p. 182, tradução nossa¹⁸).

¹⁸ No original: “In view of the prevalence of the slogan ‘ordinary language’, and of such names as ‘linguistic’ or ‘analytic’ philosophy or ‘the analysis of language’, one thing needs specially emphasizing to counter misunderstandings. When we examine what we should say when, what words we should use in what situations, we are looking again not merely at words (or ‘meanings’, whatever they may be) but also at the realities we use the words to talk about: we are using a sharpened awareness of words to sharpen our perception of, though not as

Logo, segundo Souza Filho, há duas conclusões básicas que podemos obter a partir dessa nova abordagem proposta por Austin, a saber:

Surge um novo paradigma teórico que considera a linguagem como ação, como forma de atuação *sobre* o real, e, portanto, de constituição do real, e não meramente de representação ou correspondência com a realidade. Em decorrência, dá-se a passagem para um segundo plano do conceito de verdade, conceito central da semântica clássica, já que corresponde precisamente à garantia de adequação entre linguagem e realidade, em seu aspecto tanto lógico como epistemológico. A verdade é substituída agora pelo conceito de eficácia do ato, de sua ‘felicidade’, de suas condições de sucesso, e também pela dimensão moral do compromisso assumido na interação comunicativa, sempre enfatizado por Austin. (Souza Filho, 1990, p. 10).

Ademais, ele acrescenta:

O ponto central da concepção de Austin e sua principal contribuição à filosofia da linguagem parece-me ser a ideia de que a linguagem deve ser tratada essencialmente como uma forma de ação e não de representação da realidade. [...] são as condições de uso da sentença que determinam seu significado. Na verdade, o conceito mesmo de significado se dissolve, dando lugar a uma concepção de linguagem como um complexo que envolve elementos do contexto, convenções de uso e intenções dos falantes. [...] a investigação filosófica da linguagem deve realizar-se com base não em uma *teoria do significado*, mas em uma *teoria da ação*. (Ibid., p. 11).

Diante do que foi exposto acima, devemos também destacar as contribuições de Austin para a teoria da significação. Sousa Melo, no artigo *Intentionality and Meaning in Natural Language* (2014), esclarece que as noções básicas da taxonomia dos atos de discurso são devidas a Austin e sua obra *How to Do Things with Words* (1962) foi influenciada pelas considerações sobre a significação feitas por Frege. No que diz respeito a isso, Sousa Melo expressa que:

Na filosofia da linguagem de Frege, força, sentido e denotação são os três componentes básicos da significação de um enunciado. De acordo com Austin, os agentes que usam a linguagem, a fim de significar alguma coisa a alguém, têm, além da intenção de produzir sons orais ou sinais gráficos, a intenção de realizar atos de

the final arbiter of, the phenomena. For this reason, I think it might be better to use, for this way of doing philosophy, some less misleading name than those given above – for instance, ‘linguistic phenomenology’, only that is rather a mouthful.”

discurso que ele chamou de *atos locucionários*, *atos ilocucionários* e *atos perlocucionários*. [...]. (Sousa Melo, 2014, p. 77, tradução nossa¹⁹).

No próximo tópico, que trata do projeto inaugural de Austin e da sua definição de atos de discurso, iremos abordar de forma mais aprofundada os atos de discurso do tipo locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Ressalta-se também a contribuição de Austin para a clarificação dos traços ilocucionários da significação. De acordo com Sousa Melo (Ibid., p. 78, tradução nossa²⁰), Austin conferiu à significação “...uma dimensão pragmática e insistiu na primazia dos atos ilocucionários. Afinal, a significação está ligada a diferentes tipos de atos de discurso que realizamos no uso da linguagem e, principalmente, às ilocuções”.

Outro autor que também desempenhou um papel fundamental para a fundação da corrente analítica da linguagem natural, a teoria dos atos de discurso, em particular, foi Paul Grice, com suas obras *Meaning* (1957) e *Logic and Conversation* (1975). Com a análise feita por Grice²¹, a noção de significação passou a estar relacionada com as propriedades intencionais²², por conseguinte, tal noção passou a pertencer tanto ao campo da filosofia da mente e da ação quanto ao campo da filosofia da linguagem. Com relação à análise de Grice, Sousa Melo observa que:

Grice analisou a significação em termos mentais. De acordo com ele, a significação é derivada das intenções, crenças e ações dos interlocutores. É claro, as palavras de uma linguagem são portadoras de significação em virtude das convenções adotadas pela comunidade linguística dos agentes que usam essa linguagem. No entanto, a significação particular das enunciações específicas depende, além disso, das intenções do locutor. Grice defende a ideia de que a significação e a comunicação são ontologicamente dependentes da intencionalidade do locutor. Sua noção de significação do locutor está baseada em certas atitudes proposicionais, nomeadamente, *as intenções do locutor para produzir certos efeitos sobre o(s) interlocutor(es)*. Qualquer um que faz uma asserção intenta convencer o interlocutor

¹⁹ No original: “*In Frege’s philosophy of language, forces, senses and denotations are the three basic components of sentence meaning. According to Austin, agents who use language in order to mean something to someone, have in addition to the intention of producing oral sounds or graphic signs the intention of performing speech acts that he called locutionary, illocutionary and perlocutionary acts. [...]*”

²⁰ No original: “*... a pragmatic dimension and insisted on the primacy of illocutionary acts. After all, meaning is linked to different kinds of speech acts that we do in language use and primarily to illocutions.*”

²¹ De acordo com Sousa Melo (2014, p. 76, tradução nossa): “Paul Grice pode ser considerado o primeiro filósofo contemporâneo a sustentar a ideia de que a significação linguística é completamente derivada de pensamentos humanos (atitudes). Em seu artigo (1957), Grice quer reduzir a significação das enunciações às intenções dos locutores” (no original: “*Paul Grice is may be the first contemporary philosopher to sustain the idea that linguistic meaning is completely derived from human thoughts (attitudes). In his paper (1957) Grice wants to reduce the meaning of utterances to speakers’ intentions*”).

²² No segundo capítulo do presente trabalho, aprofundaremos a nossa investigação sobre os estados intencionais (as atitudes proposicionais) e a intencionalidade coletiva intrínsecos aos agentes humanos.

da verdade da proposição assertada. Qualquer um que dá uma ordem intenta influenciar o comportamento do interlocutor ao tentar levá-lo a realizar a ação ordenada. Segundo Grice, as ilocuições são então relacionadas às intenções de realizar atos perlocucionários como atos de convencer e de influenciar interlocutores. (Sousa Melo, 2014, p. 77, tradução nossa²³).

Outra contribuição bastante importante da metodologia proposta por Grice é a noção de *implicatura conversacional*, apresentada no seu artigo *Logic and Conversation* (1975). Acerca da pesquisa desenvolvida por Grice, nesse artigo, Galvão argumenta que Grice:

Sugere um método cuja força está justamente na *reconstrução dos elementos implícitos e usos indiretos da linguagem*, que são ‘geradores de significado’, e que estão fora do alcance de qualquer análise puramente semântica ou sintática, já que estes elementos estão *ocultos* (não explícitos no discurso). O método sugerido por Grice permite, sob certas condições, recuperar as intenções do falante, tornando passível de estudo a parte não literal da comunicação. Trata-se de uma proposta pragmática, na medida em que está comprometida com o *uso* da linguagem, e onde o recurso ao contexto é fundamental. (Galvão, 2007, p. 1).

Vanderveken (1991b), em seu artigo *Non-literal Speech Acts and Conversational Maxims*, observa que Grice e Searle fizeram algumas considerações importantes na análise da significação não-literal ao explorar a ideia de que o uso da linguagem é regido por certas máximas nas quais o locutor se baseia a fim de levar o interlocutor a compreender suas enunciações não-literais²⁴. No que concerne à análise dos atos de discurso não-literais desenvolvida por Grice, Vanderveken esclarece que:

²³ No original: “Grice analysed meaning in mental terms. According to him, meaning is derived from the intentions, beliefs and actions of interlocutors. Of course, the words of a language are bearers of meaning in virtue of conventions adopted by the linguistic community of agents who use that language. But moreover, the particular meaning of specific utterances depends on the speaker’s intentions. Grice defends the idea that the meaning and communication are ontologically dependent on the speaker’s intentionality. His notion of speaker’s meaning is based on certain propositional attitudes, namely the speaker’s intentions to produce certain effects on the hearer(s). Whoever makes an assertion intends to convince the hearer of the truth of the asserted proposition. Whoever gives an order intends to influence the hearer’s behavior by trying to get him to carry out the ordered action. According to Grice, illocutions are then related to intentions to perform perlocutionary acts like acts of convincing and of influencing hearers.”

²⁴ Como bem evidencia Vanderveken (1991b, p. 371), as análises informais da significação do locutor feitas por Grice e Searle permanecem, em grande parte, heurísticas e parciais, carecendo também de um conteúdo teórico preciso. É importante explicitar que o artigo escrito por ele tem como objetivo geral contribuir com os fundamentos da pragmática, por meio da formulação de princípios de uma teoria lógica geral da significação do locutor. Segundo Vanderveken, a teoria da significação do locutor é capaz de construir a habilidade que os locutores têm de realizar e compreender enunciações não-literais, explorando as s máximas conversacionais.

Os atos de discurso não-literais que um locutor intenta realizar no contexto de uma enunciação são, em geral, *contextualmente canceláveis*, no sentido de que há outros contextos possíveis onde o mesmo locutor poderia usar os mesmos enunciados sem ter a intenção de realizar esses atos de discurso não-literais. Por exemplo, em um contexto onde o locutor tem um quarto no Hotel Metropole e convidou o interlocutor para visitá-lo, uma enunciação da sentença ‘Você sabe o caminho para o Hotel Metropole?’ é apenas uma pergunta literal sobre o estado de conhecimento do interlocutor. Além disso, atos de discurso não-literais também são, em geral, *não destacáveis*, no sentido de que não é possível imaginar que a enunciação de outra sentença que expresse o mesmo ato ilocucionário literal, no mesmo contexto, também não os teria gerado. (Vanderveken, 1991b, p. 374, tradução nossa²⁵).

Segundo Vanderveken (Ibidem), há duas razões pelas quais a explicação de Grice acerca desses aspectos dos atos de discurso não-literais é importante, de um ponto de vista pragmático: 1) Ele mostra porque os atos de discurso não-literais são, em geral, canceláveis. Para Grice, somente se determinadas condições necessárias forem preenchidas um locutor que utiliza um enunciado em um contexto de enunciação, com um certo pano de fundo conversacional, significa alguma coisa diferente do que o enunciado que ele utiliza significa, naquele contexto; e, 2) Ele mostra porque os atos de discurso não-literais são não destacáveis. Para Grice, quando determinadas condições que dizem respeito à forma do ato de discurso e ao pano de fundo conversacional são preenchidas, a significação do locutor não pode ser inteiramente literal, no contexto da enunciação.²⁶

A fim de tentar reformular e integrar a análise das conversações de Grice, em termos da lógica ilocucionária²⁷, Vanderveken previamente apresenta e elucida, de maneira breve, as ideias presentes na abordagem griceniana. No que diz respeito à essa abordagem, ele argumenta que:

²⁵ No original: “*The non-literal speech acts that a speaker means to perform in the context of an utterance are in general contextually cancellable, in the sense that there are other possible contexts where the same speaker could use the same sentences without having the intention of performing these non-literal speech acts. For example, in a context where the speaker has a room at the Metropole Hotel and has invited the hearer to come and visit him, an utterance of the sentence “Do you know the way to the Metropole Hotel?” is just a literal question about the hearer’s state of knowledge. Furthermore, non-literal speech acts are also in general not detachable, in the sense that it is not possible to imagine that the utterance of another sentence expressing the same literal illocutionary act in the same context would not also have generated them.*”

²⁶ Como bem observa Vanderveken (1991b, p. 374), Grice foi o primeiro a fazer progresso definitivo, na análise da significação não-literal.

²⁷ Não vamos nos aprofundar no projeto de Vanderveken, pois o nosso objetivo, nesta seção, é apenas apresentar a explicação feita por ele das ideias de Grice a fim de ressaltar a importância de Grice para o desenvolvimento da teoria geral dos atos de discurso. Assim, para uma discussão mais aprofundada sobre tal projeto, sugerimos a leitura do artigo de Vanderveken, *Non-literal Speech Acts and Conversational Maxims*, 1991.

Toda conversação é regida por certas *máximas conversacionais* gerais que o locutor e o interlocutor devem, necessariamente, respeitar se quiserem conduzir com sucesso uma conversação sem serem susceptíveis de erro. De acordo com Grice, o locutor e o interlocutor não apenas respeitam essas máximas conversacionais em conversações onde eles cooperam, mas, além disso, também é razoável que eles respeitem tais máximas, se quiserem que suas conversações sejam jogos de linguagem bem-sucedidos e eficientes. (Vanderveken, 1991b, p. 374, tradução nossa²⁸).

Ao fazer referência às categorias kantianas de quantidade, qualidade, modo e relação, Grice (1982, p. 86-87) apresenta a seguinte classificação de máximas conversacionais:

- a. Máxima de quantidade: “Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação)”; “Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido”;
- b. Máxima de qualidade: “Não diga o que você acredita ser falso”; “Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada”;
- c. Máxima de relação: “Seja relevante”;
- d. Máxima de modo: “Seja claro”²⁹; “Evite obscuridade de expressão”; “Evite ambiguidades”; “Seja breve (evite prolixidade desnecessária)” e “Seja ordenado”.

No entanto, Vanderveken (1991b) evidencia que apesar de Grice fornecer diversos exemplos de derivações em que a significação não-literal do locutor é inferida da hipótese do respeito dessas máximas conversacionais, ele não analisa de forma detalhada a natureza dessas derivações. Ao utilizar a TAD, Vanderveken resume a abordagem geral de Grice da seguinte maneira:

No contexto de uma enunciação não-literal, o locutor intenta fazer com que o interlocutor o compreenda ao confiar (1) na habilidade do interlocutor de *compreender a significação no contexto* da sentença enunciada; (2) no seu *conhecimento mútuo de certos fatos do pano de fundo conversacional*; e (3) na *habilidade do interlocutor de fazer inferências* com base na hipótese de que o locutor respeita as máximas conversacionais. A conclusão de tais inferências é sempre a de que o locutor pretende realizar certos atos ilocucionários não-literais porque sua realização é requerida para o respeito das máximas, dada a natureza do ato de discurso

²⁸ No original: “Any conversations governed by certain general conversational maxims that the speaker and hearer must necessarily respect if they want to pursue successfully a conversation without being liable of misleading. According to Grice, the speaker and hearer not only respect these conversational maxims in conversations where they cooperate, but moreover it is also reasonable for them to respect such maxims if they want their conversations to be successful and efficient language games.”

²⁹ De acordo com Grice (1982, p. 87), essa é uma supermáxima.

literal e a existência dos fatos do pano de fundo conversacional. (Vanderveken, 1991b, p. 375, tradução nossa³⁰).

Vale enfatizar que, após esse breve resumo das ideias de Grice, Vanderveken identifica que, de um ponto de vista lógico, há duas maneiras principais segundo as quais um locutor pode levar o interlocutor a fazer inferências a fim de levá-lo a compreender os atos de discurso não-literais realizados, pelo locutor, no contexto de enunciação. Essas duas maneiras são nomeadas por Vanderveken de *exploração* e de *uso de uma máxima conversacional*.³¹

Ao longo desta seção, falamos das ideias de Austin e de Grice e da importância delas para a fundamentação da TAD assim como foi ressaltado o seu valor ao permitir um avanço considerável para a análise do uso das línguas naturais. Vamos finalizar esta seção com uma observação de Vanderveken, na passagem abaixo, sobre a contribuição da TAD para o desenvolvimento de diversas disciplinas:

Nas últimas décadas, a teoria dos atos de discurso e a semântica formal têm influenciado o desenvolvimento de várias disciplinas, incluindo não apenas filosofia, linguística e psicologia cognitiva, mas também lógica, inteligência artificial, leis, negócios, tradução, educação, estudos literários e engenharia. Além disso, a teoria dos atos de discurso também se tornou um ponto focal de interações teóricas criativas em centros de pesquisa interdisciplinares de ciências cognitivas. [...] (Vanderveken, 1990, p. 5, tradução nossa³²).

³⁰ No original: “*In the context of a non-literal utterance, the speaker intends to get the hearer to understand him by relying (1) on the hearer’s ability to understand the meaning in context of the uttered sentence, (2) on their mutual knowledge of certain facts of the conversational background, and (3) on the hearer’s ability to make inferences on the basis of the hypothesis that the speaker respects the conversational maxims. The conclusion of such inferences is always that the speaker means to perform non-literally certain illocutionary acts because their performance is required for the respect of the maxims, given the nature of the literal speech act and the existence of the facts of the conversational background.*”

³¹ Como o nosso objetivo, na presente seção, é apresentar, de maneira breve, a influência das ideias de Grice no desenvolvimento da TAD, não vamos nos aprofundar sobre as noções de exploração e de uso de uma máxima conversacional elaboradas por Vanderveken. Para uma discussão mais detalhada, conferir o artigo de Vanderveken: *Non-literal Speech Acts and Conversational Maxims*, 1991, p. 375-376.

³² No original: “*In the past few decades, speech act theory and formal semantics have influenced the development of several disciplines, including not only philosophy, linguistics, and cognitive psychology, but also logic, artificial intelligence, law, business, translation, education, literary studies, and engineering. Moreover, speech act theory has also become a focal point of creative theoretical interactions in interdisciplinary research centers of cognitive science. [...]*”

Na próxima seção, vamos prosseguir com nossa investigação sobre o projeto inaugural de Austin explicando, mais detalhadamente, sua distinção entre os vários tipos de atos de discurso.

1.2 MAIS SOBRE O PROJETO INAUGURAL DE AUSTIN: DA SUA TIPOLOGIA DOS ATOS DE DISCURSO

As doze conferências ministradas por John Austin na Universidade de Havard em 1955, como parte da série de *Conferências William James*, serviu como fundamento da nova corrente da filosofia analítica da linguagem denominada “Filosofia da linguagem ordinária” e que nós preferimos, seguindo as observações de Lycan, Vanderveken e Sousa Melo, chamar de “Filosofia da linguagem natural”. As conferências e todo o material escrito por Austin consiste em uma nova teoria da linguagem – a TAD. As conferências de Austin foram publicadas na obra *How to Do Things with Words*³³, em 1962. Observa-se que o título do livro de Austin alude e resume a ideia principal defendida por ele, a saber: o dizer algo não é somente transmitir informações, mas é também uma forma de agir no mundo e, portanto, tais ações afetam os interlocutores e o mundo. Assim, a investigação filosófica da linguagem que Austin realizou está apoiada na ideia de que os atos de discurso são um tipo de ação. posteriormente, esta linha de investigação filosófica será considerada como um ramo da Filosofia da ação. Essa nova teoria considera o uso que os locutores fazem da linguagem sobre em contextos de suas enunciações.

No capítulo *Lecture VIII*, do livro *How to Do Things with Words*, ao ter iniciado uma investigação para encontrar uma lista de verbos performativos explícitos, da língua inglesa, Austin observou que nem sempre seria fácil distinguir os proferimentos constataativos³⁴ dos proferimentos performativos³⁵. Sobre a distinção entre esses dois tipos de atos de discurso, na visão de Austin, podemos dizer, de forma breve, o seguinte: as enunciações declarativas, isto é,

³³ Neste livro, Austin observou que todos os enunciados ou sentenças possuem um aspecto executivo (isto é, pragmático) e que, conseqüentemente, dizer é de certa maneira sempre fazer ou, simplesmente, *todo dizer é um fazer*. Isto abriu o caminho para uma nova perspectiva acerca do fenômeno linguístico em termos de “ação”. (Sigo aqui as observações de Souza Filho, 1990).

³⁴ Há obras publicadas em língua portuguesa nas quais os tradutores traduzem o termo em inglês “constative” como constativo ou constativo. Na presente dissertação, adotamos ambos os termos para designar a mesma noção

³⁵ O termo inglês “utterance” foi traduzido por Souza Filho (1990) como proferimento. Nós seguimos aqui a escolha que Vanderveken e Sousa Melo (2019) fizeram em traduzi-lo como enunciação ou ilocução.

os proferimentos constataivos são atos de discurso que servem para descrever como as coisas são no mundo (os objetos, estados de coisas, fatos e eventos). Tais proferimentos podem, portanto, ser verdadeiros ou falsos. Assim, as enunciações declarativas como “Está quente ou não está quente” e “Está quente e não está quente” são verdadeiras ou falsas em função de sua forma lógica, e não de uma adequação a estados de coisas do mundo. Portanto, eles consistem apenas na ação de dizer algo. Por outro lado, os proferimentos performativos não são verdadeiros ou falsos. Eles não consistem em descrições de objetos, estados de coisas, fatos e eventos do mundo. Eles consistem na ação de fazer algo, que — é preciso enfatizar — não equivale à ação de dizer algo (no sentido constataivos). Eis por que eles são considerados “felizes” ou “infelizes”³⁶ e que os constataivos não o são.

Na seguinte passagem, Austin sugere que devemos considerar os vários sentidos que pode ter a noção de *performance* – execução ou realização de atos de discurso:

Considerar desde a base em quantos sentidos se pode entender que dizer algo é fazer algo, ou que *ao* dizer algo estamos fazendo algo, ou mesmo os casos em que *por* dizer algo fazemos algo. E começamos distinguindo todo um grupo de sentidos de ‘fazer algo’ que dizer algo é, em sentido normal e completo, fazer algo. [...] (Austin, 1990, p. 85).

Logo, o ato de *dizer algo*, na acepção normal e completa apresentada por Austin, é a realização de um ato *locucionário*, que corresponde ao ato de enunciar uma sentença. Este é o primeiro tipo de ato de linguagem que Austin define como sendo extremamente importante para a definição de um ato *ilocucionário*. Já o ato *fazer algo*, por meio da linguagem, inclui o ato de proferir certos ruídos, certas palavras em uma determinada construção, e com um certo ‘significado’, no sentido filosófico favorito da palavra, isto é, com um sentido e uma referência determinados. (Ibid., p. 85).

Em sua perspectiva, os atos ilocucionários são proferimentos que têm uma certa força (convencional) conferida pelo verbo que serve para nomeá-la como, por exemplo, ordenar, informar, prevenir, comprometer-se etc. Assim, o ato ilocucionário corresponde ao ato que o locutor realiza quando enuncia uma sentença com determinadas condições e intenções. De acordo com o autor (Ibid., p. 88), “realizar um ato locucionário é, em geral, *eo ipso*, realizar um

³⁶ Falaremos mais adiante sobre a doutrina das infelicidades (das noções de felicidade), na perspectiva de Austin.

ato *ilocucionário*”. A fim de determinar que este ato ilocucionário é realizado de tal forma, Austin esclarece que temos que determinar de que maneira estamos usando a locução, isto é:

Perguntando ou respondendo a uma pergunta; dando alguma informação, ou garantia ou advertência; anunciando um veredito ou uma intenção; pronunciando uma sentença; marcando um compromisso, fazendo um apelo ou uma crítica; fazendo uma identificação ou descrição e muitos outros casos semelhantes. [...] (Austin, 1990, p. 88).

Entretanto, Austin ressalta que não está de maneira alguma sugerindo que a classe dos atos ilocucionários seja nitidamente definida. Ele observa que

Não há nada de misterioso aqui a respeito do nosso *eo ipso*. O problema reside realmente no número de diferentes sentidos de uma expressão tão vaga quanto ‘a maneira pela qual estamos usando...’ Isto pode referir-se até ao ato locucionário, ou mesmo aos atos perlocucionários [...] (Ibid., p. 88).

Observa-se que o termo ato *perlocucionário* ou *perlocução* é definido por Austin da seguinte maneira: “dizer algo frequentemente, ou até normalmente, produzirá certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas.” (Ibid., p. 89). Logo, isso pode ser realizado com o objetivo, intenção, propósito ou finalidade de produzir determinados efeitos. Em outras palavras, o ato perlocucionário corresponde aos efeitos/consequências que dados atos ilocucionários produzem nos interlocutores. Exemplos de verbos perlocucionários são “convencer” e “persuadir”. Neste caso, de acordo com Austin, o locutor realizou um ato de discurso que pode ser descrito como fazendo uma referência meramente oblíqua ou sem fazer referência alguma à realização do ato locucionário ou ilocucionário. A fim de elucidar como os atos de discurso se relacionam, Austin apresenta o seguinte exemplo:

Ato (A) ou Locução: Ele me disse ‘Atire nela!’ querendo dizer com ‘atire’ atirar e referindo-se a ela por ‘nela’; Ato (B) ou Ilocução: Ele me instigou (ou aconselhou, ordenou etc.) a atirar nela; Ato (C.a) ou Perlocução: Ele me persuadiu a atirar nela; Ato (C.b): Ele me obrigou a (forçou-me a etc.) atirar nela. [...] (Ibid., p. 90).

Outro ponto bastante importante ao projeto de Austin refere-se a doutrina das forças ilocucionárias, isto é, a doutrina dos diferentes tipos de função da linguagem. Como foi elucidado acima, a realização de um ato locucionário é *eo ipso* de servir para realizar um ato ilocucionário. Austin, a fim de determinar que esse ato ilocucionário é realizado dessa forma, analisou e determinou as maneiras como utilizamos a locução como, por exemplo, se estamos perguntando ou respondendo a uma pergunta; se estamos dando alguma informação ou advertência; fazendo uma identificação ou descrição, entre outros casos. Posteriormente, na *Lecture XII*, Austin apresenta uma classificação³⁷ de cinco³⁸ classes de enunciações em função da sua força ilocucionária, a saber:

- i. As enunciações *veriditivas* se caracterizam por dar um veredito por um corpo de jurados, por um árbitro, ou por um desempatador (terceiro árbitro). Porém, não é necessário que sejam definitivos. Podem constituir uma estimativa, um cálculo, uma apreciação. Tais enunciações constituem essencialmente o estabelecimento de algo (fato ou valor) a respeito do qual, por diferentes razões, é difícil se estar seguro.
- ii. As enunciações *exercitivas* consistem no exercício de poderes, direitos ou influências. Exemplos de verbos dessa classe são designar, votar, ordenar, aconselhar etc.
- iii. As enunciações *comissivas* ou *compromissivas* se caracterizam por prometer ou de alguma forma assumir algo. As enunciações dessa classe comprometem a pessoa a fazer algo, mas incluem também declarações ou anuncias de intenção, que não constituem promessas. Elas também incluem coisas que são um tanto vaga, que Austin nomeia de adesões como, por exemplo, tomar partido. Observa-se que as enunciações comissivas têm relações com as veriditivas e as exercitivas.
- iv. As enunciações *comportamentais* constituem um grupo bastante diversificado, pois envolve as atitudes e comportamento social. Exemplos de verbos dessa classe são pedir desculpas, felicitar, elogiar, dar os pêsames, desafiar etc.

³⁷ Sigo aqui, de maneira resumida, a classificação e definição apresentada por Austin em sua obra *How to Do Things with Words*.

³⁸ Observa-se, no entanto, que o próprio Austin não está totalmente satisfeito com essa classificação gerais de verbos, dada a dificuldade de estabelecer critérios para a classificação de verbos ilocucionários. Posteriormente, Searle publica o artigo *A taxonomy of illocutionary acts*, com o objetivo de estabelecer critérios de classificação de tais verbos, visto que na época esse era um dos principais problemas no desenvolvimento da teoria dos atos de discurso.

- v. As enunciações *expositivas*, de acordo com o ponto de vista de Austin, são difíceis de definir, pois elas esclarecem o modo como as nossas enunciações se encaixam no curso de uma argumentação ou de uma conversação, como estamos usando as palavras. Exemplos de verbos expositivos são contestar, argumentar, conceder, exemplificar, postular, supor entre outros. Por fim, Austin nota também a existência de amplas possibilidades de aparecerem casos marginais ou embaraçosos, ou casos de sobreposições entre as classes de forças ilocucionárias apresentadas anteriormente.

Para compreender melhor as noções de força ilocucionária e de realização bem-sucedida dos atos ilocucionários é preciso compreender a noção austiana de condições de felicidade ou como é chamada também de doutrina das infelicidades. Abordaremos agora, de forma abreviada, as condições de felicidade dos atos ilocucionários.

Como foi observado anteriormente, os atos ilocucionários são ações que os locutores realizam e, portanto, elas podem ser bem-sucedidas ou fracassadas. A fim de realizar qualquer tipo de ato ilocucionário – que para Austin todos têm um caráter performativo³⁹, no sentido mais geral de serem realizáveis e daí o termo escolhido por ele –, é necessário que certas condições sejam satisfeitas. Na perspectiva de Austin, o sucesso e o fracasso próprios das ações convencionais⁴⁰ (que incluem também as ações verbais) são denominados de felicidade e infelicidade, respectivamente. Em sua investigação, Austin observa que compreender as razões pelas quais as ações convencionais, principalmente as ações verbais, podem fracassar, total ou parcialmente, implica compreender quais condições devem ser satisfeitas para que a realização de um proferimento performativo seja feliz ou infeliz. Portanto, se uma dessas regras não for respeitada, o proferimento performativo será infeliz, i. e. fracassado. Assim, na abordagem austiana, tais regras fundamentais à realização feliz, i.e., bem-sucedida, são nomeadas condições de felicidade e têm o seguinte esquema apresentado por Austin (1962b, p. 14-15, tradução nossa⁴¹):

³⁹ Explicaremos, mais adiante, por que na abordagem de Searle e Vanderveken a noção de performativo tem uma outra significação, servindo para nomear um tipo de força ilocucionária e um tipo de ato ilocucionário, em particular, a saber: os atos declaratórios ou declarações performativas.

⁴⁰ Isto é, as ações que são realizadas segundo regras ou convenções. As ações linguísticas são regidas por regras ou convenções, por exemplo. Tais convenções servem para determinar se a realização de um dado ato ilocucionário é bem-sucedida ou fracassada, no contexto da enunciação.

⁴¹ No original: “(A.1) *There must exist an accepted conventional procedure having a certain conventional effect, that procedure to include the uttering of certain words by certain persons in certain circumstances, and further,*

(A.1) Deve haver um procedimento convencional aceito que tenha um certo efeito convencional, procedimento este que deve incluir o proferimento de certas palavras por certas pessoas, em certas circunstâncias; além disso,

(A.2) as pessoas e as circunstâncias particulares, em um dado caso, devem ser apropriadas para a invocação do procedimento particular invocado.

(B.1) O procedimento deve ser executado por todos os participantes de modo correto e

(B.2) completo.

(Γ.1) Quando, como frequentemente ocorre, o procedimento destina-se ao uso por pessoas que têm certos pensamentos ou sentimentos ou ao desencadeamento de um determinado comportamento consequente por parte de qualquer um dos participantes, então, uma pessoa que participa e invoca o procedimento deve, de fato, ter esses pensamentos ou sentimentos e os participantes devem intentar, portanto, se comportar dessa maneira. E, além disso,

(Γ.2) devem, posteriormente, realmente se comportarem dessa maneira.

Concluimos, assim, a elucidação do projeto inaugural de Austin, em particular, de sua tipologia dos atos de discurso. Agora, devemos prosseguir nosso trabalho, analisando a crítica de Searle à taxonomia de Austin e à sua abordagem sobre os tipos de força ilocucionária. Nosso objetivo é esclarecer por que tal crítica aprimorou e contribuiu para o refinamento da teoria geral dos atos de discurso, além de expor os pontos fracos da abordagem apresentada por Austin.⁴²

(A.2) the particular persons and circumstances in a given case must be appropriate for the invocation of the particular procedure invoked.

(B.1) The procedure must be executed by all participants both correctly and

(B.2) completely.

(Γ.1) Where, as often, the procedure is designed for use by persons having certain thoughts or feelings, or for the inauguration of certain consequential conduct on the part of any participant, then a person participating in and so invoking the procedure must in fact have those thoughts or feelings, and the participants must intend so to conduct themselves, and further

(Γ.2) must actually so conduct themselves subsequently."

⁴² É importante destacar que não temos a pretensão de fazer uma análise exaustiva da teoria de Austin, pois extrapola o escopo de nossa pesquisa. O nosso objetivo aqui é apenas mostrar o estado da arte em que se situa Austin e sua pesquisa e qual é sua relação e importância para o desenvolvimento subsequente da teoria dos atos de discurso.

1.3 DA CRÍTICA DE SEARLE À DISTINÇÃO DOS TIPOS DE FORÇA ILOCUCIONÁRIA E DOS TIPOS DE ATOS DE DISCURSO PROPOSTAS POR AUSTIN

Embora a TAD tenha sido inicialmente desenvolvida por J. L. Austin, ao lado de H. P. Grice, alguns pensadores discordaram da tipologia ou taxonomia dos tipos de atos de discurso apresentadas por Austin, como é o caso da crítica de Searle, apresentada em seus artigos: *Austin on Locutionary and Illocutionary Acts* (1968) e *A taxonomy of illocutionary acts* (1975). O objetivo desta seção é o de apresentar e elucidar as críticas de Searle. Ademais, como foi mostrado no início do presente capítulo, as teorias de Austin e de Grice, sobre os atos de discurso, encontravam-se ainda em um estágio não sistemático. Elas tiveram o importante papel de indicar o caminho para um novo ramo da filosofia analítica da linguagem; a linha de pesquisa sobre a linguagem natural e sobre a intencionalidade dos agentes de qualquer língua comum. Veremos como John Searle contribuiu para fortalecimento dessa nova corrente da filosofia analítica da linguagem⁴³.

Tendo em vista essas explanações, daremos prosseguimento à investigação, explicando por que a abordagem de Searle é mais elaborada e tem um caráter mais sistemático do que a de Austin. Searle torna mais explícita e sistemática sua crítica à taxonomia de Austin no seu texto *A Taxonomy of Illocutionary Acts*⁴⁴ no qual ele afirma que “qualquer tentativa para desenvolver uma taxinomia deve levar em conta o modo como Austin classifica os atos ilocucionários em suas cinco categorias básicas – vereditivos, expositivos, exercitivos, comportativos e compromissivos” (Searle, 2002b, p.1). Fato é que esse artigo de 1975 engloba as ideias fundamentais padrões que estão no seu outro artigo crítico: *Austin on Locutionary and Illocutionary Acts* (Searle, 1968) assim como na sua obra *Speech Acts* (Searle, 1969). Por esta razão, nós vamos nos concentrar sobre o que Searle diz, no artigo de 1975, sobre a taxonomia de Austin. Destacamos que no livro *Speech Acts* (1969), Searle observa que há uma distinção entre a força ilocucionária de uma enunciação e seu conteúdo proposicional, o que ele notifica

⁴³ Searle é o primeiro autor que apresenta uma teoria sistematizada dos atos de discurso. Conferir a obra dele: *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge University Press, 1969.

⁴⁴ A fim de facilitar a nossa exposição acerca das principais observações apontadas por Searle sobre o que ele considera inadequado na classificação de Austin, utilizaremos a tradução portuguesa do artigo *Uma taxonomia dos atos ilocucionários* feita por Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza M. Garcia e publicada no Capítulo I – Uma taxinomia dos atos ilocucionários, disponível no livro *Expressão e Significado*, Martins Fontes, 2002.

simbolicamente com a forma $F(p)$. O objetivo geral de Searle no texto de 1975 é apresentar uma classificação dos diferentes tipos de força ilocucionária. Ao fazer isso, Searle clarifica os aspectos porque a classificação de Austin se revela inadequada.

O primeiro aspecto a ser observado na taxinomia de Austin é que a lista apresentada por ele não se trata de uma classificação de tipos de atos ilocucionários, mas de verbos ilocucionários da língua inglesa. Acerca dessa observação, Searle argumenta que:

Austin parece assumir que uma classificação de diferentes verbos é *eo ipso* uma classificação de espécies de atos ilocucionários, que dois verbos quaisquer não sinônimos devem marcar diferentes atos ilocucionários. Não há, porém, razão para supor que seja esse o caso. Como veremos, alguns verbos marcam, por exemplo, o modo como um ato ilocucionário é realizado; por exemplo, ‘anunciar’. É possível anunciar ordens, promessas e relatos, mas anunciar não equivale a ordenar, prometer e relatar. Anunciar, para antecipar um pouco, não é o nome de um tipo de ato ilocucionário, mas do modo como um ato ilocucionário é realizado. Um anúncio nunca é somente um anúncio. Deve ser também um enunciado, uma ordem etc. (Searle, 2002b, p. 14).

Logo, mesmo admitindo que as listas apresentadas por Austin se trata de verbos ilocucionários, e não atos ilocucionários diferentes, Searle aponta alguns pontos fracos presentes nelas⁴⁵, a saber:

- a) Alguns verbos catalogados são sequer verbos ilocucionários. Por exemplo, *sympathize* (solidarizar-se), *regard as* (considerar como), *mean to* (pretender), *intend* (ter a intenção) e *shall* (dever). Consideremos *intend* (ter a intenção); claramente não é um verbo performativo. Dizer “Tenho a intenção” não é ter a intenção; tampouco, quando utilizado na terceira pessoa, essa expressão nomeia um ato ilocucionário: “Ele teve a intenção...” não relata um ato de discurso, por exemplo. Obviamente, há o ato ilocucionário de *expressar uma intenção*, mas o sintagma verbal ilocucionário é “expressar uma intenção”, não “ter a intenção”. Ter uma intenção nunca é um ato de discurso; expressar uma intenção, normalmente, o é, mas nem sempre.
- b) Não há nenhum princípio ou conjunto de princípios claro e consistente segundo os quais a taxinomia esteja construída. Apenas, no caso dos Compromissivos, Austin usou, clara e inequivocamente, o objetivo ilocucionário como a base da definição de uma categoria.

⁴⁵ Sigo de perto o artigo de Searle, *A Taxonomy of Illocutionary Acts* (1975), onde ela apresenta os pontos fracos da taxinomia de Austin.

Os Expositivos parecem ser definidos em termos de relações discursivas. Os Exercitivos parecem estar, pelo menos, parcialmente, definidos em termos do exercício da autoridade. Tanto considerações de estatuto quanto considerações institucionais, lá, intervêm furtivamente. Os Comportativos não parecem, de maneira alguma, estar bem definidos; eles parecem envolver as noções do que é bom ou mau para o locutor e para o interlocutor, bem como expressões de atitudes.

- c) Porque não há um princípio claro de classificação e porque há uma confusão persistente entre atos ilocucionários e verbos ilocucionários, há muita sobreposição entre categorias e muita heterogeneidade, no interior de algumas categorias. O problema não está no fato de haver casos fronteiriços – qualquer taxinomia que lide com o mundo real está propensa a engendrar casos fronteiriços –, nem no mero fato de que alguns poucos casos incomuns terão as características definidoras de mais de uma categoria, mas no fato de que um grande número de verbos pode estar no centro de duas categorias concorrentes, pois os princípios de classificação são assistemáticos. Considere-se, por exemplo, o verbo *describe* (descrever), um verbo muito importante em qualquer TAD. Austin cataloga-o como um vereditivo e como um expositivo. Considerando suas definições, é fácil perceber por quê: descrever pode ser tanto a apresentação de alguma descoberta ou um veredito como pode ser um ato de exposição. Neste caso, porém, qualquer “ato de exposição que envolve a explanação de concepções” poderia ser também, no sentido bastante particular de Austin, “a pronúncia de um veredito, oficial ou não-oficial, sobre evidência ou razões”.

De fato, uma olhada na lista dos verbos expositivos de Austin (1962, p. 161-162) é suficiente para perceber que a maioria de seus verbos se ajusta à sua definição de vereditivos, tanto quanto *describe* (descrever). Considere-se *affirm* (afirmar), *deny* (negar), *state* (afirmar), *class* (classificar), *identify* (identificar), *conclude* (concluir) e *deduce* (deduzir). Todos eles estão catalogados como expositivos, mas também poderiam facilmente ter sido catalogados como vereditivos. Os poucos casos que, claramente, não são vereditivos são casos em que o significado do verbo tem a ver, apenas, com relações discursivas como *begin by* (começar por), *turn to* (voltar-se para); ou casos em que não entram em questão evidências ou razões como *postulate* (postular), *neglect* (negligenciar), *call* (chamar) e *define* (definir). Isso não basta, porém, para justificar a existência de uma categoria distinta, principalmente porque muitos desses verbos – *begin*

by (começar por), *turn to* (voltar-se para), *neglect* (negligenciar) –, simplesmente, não são nomes de atos ilocucionários.

- d) Não só há muita sobreposição entre uma categoria e outra, mas há, no interior de certas categorias, tipos de verbos bastante distintos. Assim, Austin cataloga *dare* (afrontar), *defy* (contestar) e *challenge* (desafiar) ao lado de *thank* (agradecer), *apologize* (desculpar-se), *deplore* (deplorar) e *welcome* (dar as boas-vindas), como comportativos. Entretanto, *dare* (afrontar), *defy* (contestar) e *challenge* (desafiar) têm a ver com as ações subsequentes do interlocutor e alinham-se com *order* (ordenar), *command* (comandar) e *forbid* (proibir), por razões tanto sintáticas quanto semânticas. E, se procuramos pela família que inclui *order* (ordenar), *command* (comandar) e *urge* (exortar), descobrimos que estão catalogados como exercitativos, ao lado de *veto* (*vetar*), *hire* (empregar) e *demote* (rebaixar). No entanto, na perspectiva de Searle, tais verbos pertencem a duas categorias bastante diferentes.
- e) Relacionada com essas objeções, há ainda outra dificuldade, a de que nem todos os verbos catalogados no interior das classes, realmente satisfazem as definições oferecidas, mesmo se tomadas essas definições num sentido bastante vago e sugestivo, que claramente é o pretendido por Austin. Assim, *nominate* (nomear), *appoint* (designar) e *excommunicate* (excomungar) não são “dar uma decisão em favor de ou contra um determinado curso de ação”, muito menos eles estão “advogando” isso. São, como o próprio Austin poderia ter dito, realizar uma ação, não advogar uma ação. Isto é, no sentido em que poderíamos concordar que ordenar, comandar e exortar alguém a fazer alguma coisa são todos casos de advogar que esse alguém o faça, não podemos concordar que nomear ou designar também sejam advogar. Por exemplo, quando um locutor designa alguém como presidente, ele não está advogando para que esse alguém seja ou se torne presidente, o locutor está *fazendo-o* presidente.

Concluída a exposição e observações acerca dos pontos fracos inter-relacionados que a taxinomia de Austin apresenta, Searle declara que:

Não creio ter comprovado completamente todas essas seis acusações, e não tentarei fazê-lo nos limites desse artigo⁴⁶, que tem outros objetivos. Acredito, entretanto, que minhas dúvidas sobre a taxinomia de Austin ganharão mais clareza e força depois que eu apresentar uma alternativa. [...] (Searle, 2002b, p. 18).

Por conseguinte, a tarefa que Searle propõe fazer é tomar o objetivo ilocucionário e seus corolários, a direção de ajuste e as condições de sinceridade expressas, como base para a construção e desenvolvimento de uma classificação. A partir dessa taxinomia alternativa, Searle apresenta uma lista do que ele considera como sendo as categorias básicas dos atos ilocucionários, nomeadamente:

- 1) *Assertivos*: o objetivo dos membros da classe assertiva é o de comprometer o locutor (em diferentes graus) com o fato de algo ser o caso, com a verdade da proposição expressa. Todos os membros da classe assertiva são avaliáveis na dimensão de avaliação que inclui o verdadeiro e o falso. A direção de ajuste dos assertivos é das palavras ao mundo; o estado psicológico expresso é o de Crença (que *p*). Enfatiza-se nesse ponto que as palavras como “crença” e “compromisso” intervêm para marcar dimensões, elas são, segundo Searle (2002b, p.19), “determináveis, mais do que determinações”. Uma vez reconhecida a existência de assertivos como uma classe distinta, com base na noção de objetivo ilocucionário, a existência de muitos verbos performativos que denotam ilocuições, que parecem ser avaliáveis na dimensão Verdadeiro-Falso e, entretanto, não são simples “enunciados”, será facilmente explicável em termos do fato de que marcam características da força ilocucionária que se somam ao objetivo ilocucionário. Assim, por exemplo, *boast* (gabar-se) e *complain* (reclamar) denotam assertivos, com a característica adicional de que têm algo a ver com o interesse do locutor. *Conclude* (concluir) e *deduce* (deduzir) são também assertivos, com a característica adicional de que marcam certas relações entre o ato ilocucionário assertivo e o resto do discurso ou o contexto da enunciação. Essa classe conterá a maioria dos expositivos de Austin e muitos dos seus vereditivos, pelo fato de que todos têm o mesmo objetivo ilocucionário e apenas diferem por outras características da força ilocucionária. Na perspectiva de Searle, o teste mais simples para um assertivo é: “pode-se caracterizá-lo literalmente

⁴⁶ Searle, no entanto, apresenta uma classificação alternativa nesse mesmo artigo.

como verdadeiro ou falso” (Searle, 2002b, p. 20). Entretanto, assim como ressalta Searle, não é dessa maneira que se formulam condições necessárias, nem suficientes.

- 2) *Diretivos*: o objetivo ilocucionário dos diretivos consiste no fato de que são tentativas (em graus variáveis e, portanto, mais precisamente, são determinações do determinável que inclui a tentativa) do locutor de levar o interlocutor a fazer alguma coisa. A direção de ajuste é do mundo às palavras e a condição de sinceridade é a vontade (ou desejo). O conteúdo proposicional é sempre que o interlocutor faça alguma ação futura. Os verbos que denotam os membros dessa classe são: *ask* (perguntar), *order* (ordenar), *command* (comandar), *request* (pedir), *beg* (suplicar), *plead* (pleitear), *pray* (rezar), *entreat* (rogar), e também *invite* (convidar), *permit* (permitir) e *advise* (aconselhar). Na ótica de Searle, os verbos *dare* (afrontar), *defy* (contestar) e *challenge* (desafiar), que Austin cataloga como comportativos, estão na classe dos diretivos tal como muitos dos exercitivos, apresentados por Austin. Ademais, as perguntas são uma subclasse dos diretivos, pois são tentativas, por parte do locutor, de levar o interlocutor a responder, isto é, a realizar um ato de discurso.
- 3) *Compromissivos*: na visão de Searle, a definição de Austin dos compromissivos é irrepreensível. Por conseguinte, Searle apropria-se dela sem modificações, ressaltando apenas que muitos dos verbos catalogados por Austin como verbos compromissivos não pertencem a essa classe de forma alguma, como *shall* (dever), *intend* (ter a intenção de), *favor* (favorecer) e outros. Portanto, os compromissivos são os atos ilocucionários cujo objetivo é comprometer o locutor (também, neste caso, em graus variáveis) com alguma ação futura. A direção de ajuste é do mundo às palavras e a condição de sinceridade é a intenção. O conteúdo proposicional é sempre que o locutor faça alguma ação futura. Searle enfatiza-se que a taxinomia seria mais elegante se fosse possível mostrar que os compromissivos e diretivos são membros de uma mesma categoria, tendo em vista que têm a direção de ajuste. No entanto, tal tarefa não é possível, visto que o objetivo de uma promessa é o de comprometer o locutor a fazer alguma coisa (e não necessariamente tentar levá-lo a fazer alguma coisa), enquanto o objetivo de um pedido é o de tentar levar o interlocutor a fazer alguma coisa (e não necessariamente

comprometê-lo ou obrigá-lo a fazer alguma coisa)⁴⁷. Em suma, trata-se de duas categorias distintas com a mesma direção de ajuste.

- 4) *Expressivos*: o objetivo ilocucionário dessa classe é o de expressar um estado psicológico, especificado na condição de sinceridade, a respeito de um estado de coisas, especificado no conteúdo proposicional. Os paradigmas dos verbos expressivos são *thank* (agradecer), *congratulate* (congratular), *apologize* (desculpar-se), *condole* (apresentar condolências), *deplore* (deplorar) e *welcome* (dar as boas-vindas). Ressalta-se que, nos expressivos, não há direção de ajuste. Ao realizar um expressivo, o locutor não está tentando fazer com que o mundo corresponda às palavras, nem está tentando fazer com que as palavras correspondam ao mundo; pelo contrário, a verdade da proposição expressa é pressuposta. Assim, por exemplo, quando um locutor se desculpar por ter pisado no pé de alguém, ele não tem como objetivo alegar que o pé dessa pessoa foi pisado, muito menos fazer com que ele seja pisado. Tal fato é refletido, nitidamente, na sintaxe do inglês pelo fato de que os verbos expressivos paradigmáticos não admitem, em suas ocorrências performativas, cláusulas *that* (que), mas requerem uma transformação de nominalização gerundiva (ou alguma outra nominal). Logo, não se pode dizer “I apologize that I stepped on your toe” (Desculpe-me que pisei em seu pé), mas a maneira, no inglês correto, é “I apologize for stepping on your toe” (Desculpe-me por pisar em seu pé). Esses fatos sintáticos são consequências do fato de não haver uma direção de ajuste propriamente dita, no caso dos expressivos. A verdade da proposição expressa em um expressivo é pressuposta.

Sobre esse ponto, Searle (2002b, p. 25) enfatiza que seria mais econômico poder “incluir todos os atos ilocucionários nessas quatro classes, e isso daria mais sustentação ao padrão geral de análise adotado em *Speech Acts*, mas parece-me que a taxinomia ainda não está completa”. Ele observa que ainda falta uma classe importante de casos em que o estado de coisas representado na proposição expressa é realizado ou torna-se existente em virtude do marcador

⁴⁷ Vale ressaltar também que Searle recebeu algumas sugestões para assimilar as duas categorias compromissivas e diretivas, a saber: a) Sugestão de Julian Boyd: a necessidade de provar que as promessas são realmente uma espécie de pedido a si mesmo; e, b) Sugestão de William Alston e John Kearns: a necessidade de provar que os pedidos impõem ao interlocutor uma obrigação. Diante de tais sugestões, Searle (2002b, p. 23) afirma: “não fui capaz de fazer com que nenhuma dessas duas análises funcionasse e fiquei com a solução deselegante de duas categorias distintas com a mesma direção de ajuste”.

(ou dispositivo indicador) da força ilocucionária. Os casos em que um estado de coisas passa a existir pelo fato de ser declarado que ele existe são os casos em que “dizer é fazer existir” como, por exemplo, “Renuncio”, “Você está demitido”, “Eu o excomungo” etc. Além disso, Searle (2002b, p. 26) fala sobre esses casos como: “paradigmáticos nas primeiras discussões dos performativos, mas parece-me que ainda não foram adequadamente descritos na literatura, e sua relação com outros tipos de atos ilocucionários é comumente mal-entendida”. Por conseguinte, ele nomeia tal classe como:

- 5) *Declarações*: a característica definidora dessa classe é que a realização bem-sucedida de um de seus membros produz a correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade, a realização bem-sucedida garante a correspondência entre o conteúdo proposicional e o mundo. Por exemplo, se um locutor é bem-sucedido em realizar o ato de designar alguém como presidente, então, essa pessoa é o presidente. A estrutura sintática superficial de muitas sentenças usadas para realizar declarações oculta esse aspecto, pois nelas não há distinção sintática superficial entre conteúdo proposicional e força ilocucionária. As declarações produzem uma alteração no estatuto ou condição do referido, em relação a objeto ou objetos, somente em virtude do fato de que a declaração tenha sido realizada com sucesso. Essa característica das declarações distingue-as das outras categorias. Em sua exposição, Searle (Ibid., p. 27) elucida que, na história das discussões acerca desses tópicos, “desde a primeira vez em que Austin introduziu sua distinção entre performativos e constativos, essa característica das declarações não tem sido adequadamente compreendida”, uma vez que a distinção original entre constativos e performativos tinha a pretensão de ser uma distinção entre as enunciações que consistem em dizer (como é o caso dos constativos que são asserções realizadas por enunciados declarativos) e as enunciações que consistem em fazer existir fatos (como promessas, apostas, advertências, por exemplo). Dessa maneira, o que Searle está chamando de declaração foi incluído, na taxonomia dele, na classe dos performativos. Fazer uma declaração é realizar um ato ilocucionário assim como fazer uma promessa, uma aposta, uma advertência entre outros. Assim, qualquer enunciação consistirá na realização de um ou mais atos ilocucionários. O marcador da força ilocucionária, na sentença, opera sobre o conteúdo proposicional para indicar, entre outras coisas, a direção de ajuste entre o conteúdo proposicional e a realidade. No

entanto, no caso das declarações observa-se uma relação bastante peculiar, pois a realização de uma declaração produz um ajuste precisamente por ser uma realização bem-sucedida. Em virtude desse caráter peculiar das declarações, a sua direção de ajuste é tanto das palavras às coisas quanto das coisas às palavras ou, simplesmente, direção de ajuste dupla. Além disso, destaca-se que todos os exemplos apresentados até este momento envolvem uma instituição extralinguística, isto é, um sistema de regras constitutivas que se acrescentam às regras constitutivas da linguagem, a fim de que a declaração possa ser realizada com sucesso. Entretanto, o domínio das regras que constituem a competência linguística, por ambos locutor e interlocutor, não é suficiente para a realização de uma declaração. Por conseguinte, na perspectiva de Searle (2002b, 28), deve existir também uma instituição extralinguística e que tanto o locutor quanto o interlocutor devem ocupar lugares especiais no interior dessa instituição. Em razão da existência de instituições como a Igreja, a Propriedade privada, o Estado, O direito etc., em adição às posições especiais que os locutores e interlocutores podem ter no interior de tais instituições, é possível excomungar, designar, doar bens e assim por diante.

No entanto, no que concerne ao princípio de que toda declaração requer uma instituição extralinguística, Searle (2002b, p. 28) constata que há duas classes que constituem exceções, a saber: 1) declarações sobrenaturais: por exemplo, quando Deus diz “Faça-se a luz”, trata-se de uma declaração; e, 2) declarações que dizem respeito à própria linguagem: por exemplo, quando alguém diz “Eu defino, abrevio, nomeio, denomino ou intitulo”.

Antes de concluirmos o presente tópico, devemos ressaltar que a conclusão mais importante a ser tirada dessa exposição crítica de Searle, que concerne diretamente o objetivo de nosso trabalho, é a de que não há um número infinito ou indefinido de jogos de linguagem ou usos da linguagem, como defende Wittgenstein. Na abordagem de Searle (2002b, p. 46), isso decorre de “... uma enorme falta de clareza sobre o que sejam os critérios que permitem distinguir um jogo de linguagem de outro, um uso da linguagem de outro”. Considerando o objetivo ilocucionário como a noção básica para a classificação dos usos da linguagem, Searle verifica um número bem limitado de coisas básicas que fazemos com a linguagem, a saber:

Nós dizemos às pessoas como as coisas são, tentamos levá-las a fazer coisas, comprometemo-nos a fazer coisas, expressamos os nossos sentimentos e atitudes e

provocamos mudanças através das nossas enunciações. Frequentemente, nós fazemos mais de uma dessas coisas ao mesmo tempo na mesma enunciação. (Searle, 1975, p. 29, tradução nossa⁴⁸).

O objeto de análise de nosso próximo tópico concerne à relação entre os atos ilocucionários e os outros tipos de atos de discurso. Tal análise foi uma condição necessária para a formalização da teoria da lógica ilocucionária, desenvolvida por Searle e Vanderveken na obra *Foundations of Illocutionary Logic* (1985).

1.4 DA RELAÇÃO ENTRE OS ATOS ILOCUCIONÁRIOS E OS OUTROS TIPOS DE ATOS DE DISCURSO, NA FORMALIZAÇÃO DA TEORIA DA LÓGICA ILOCUCIONÁRIA DE SEARLE E VANDERVEKEN

O objetivo Searle e Vanderveken, na obra *Foundations of Illocutionary Logic*, de 1985, foi preparar o caminho para a formalização da teoria dos atos ilocucionários e para que isso fosse possível era necessário esclarecer as relações entre os atos ilocucionários e os outros tipos de atos de discurso, a saber: os atos de enunciação, os atos proposicionais, os atos de discurso indiretos, os atos perlocucionários e as conversações. Como observaremos, no decorrer do presente tópico, tais atos de discurso serão analisados, pelos autores, a fim de elucidar as distinções entre eles.

De início, devemos explicar que, segundo Searle e Vanderveken, os enunciados (ou sentenças) que são utilizados para realizar atos de discurso do tipo ilocucionário têm a forma $f(p)$, onde f representa o marcador linguístico da força ilocucionária e p o conteúdo proposicional. De acordo com os autores, os atos ilocucionários elementares têm “a forma lógica $F(P)$, onde F representa a força ilocucionária, e P o conteúdo proposicional.” (Searle; Vanderveken, 2021, p. 262). Os autores também observam que essa distinção, envolvendo a força ilocucionária e o conteúdo proposicional, é determinada pelo fato de que suas condições de identidade são diferentes, isto é:

⁴⁸ No original: “We tell people how things are, we try to get them to do things, we commit ourselves to doing things, we express our feelings and attitudes and we bring about changes through our utterances. Often, we do more than one of these at once in the same utterance.”

O mesmo conteúdo proposicional pode ocorrer com diferentes forças ilocucionárias, e a mesma força pode ocorrer com diferentes conteúdos proposicionais. O caráter do ato ilocucionário inteiro é totalmente determinado pela natureza de sua força ilocucionária e de seu conteúdo proposicional. [...] (Searle; Vanderveken, 2021, p. 263).

Sobre o tipo de ato de discurso chamado *ato proposicional*, os autores esclarecem que eles constituem o ato de expressão de uma proposição (conteúdo proposicional). Assim, eles são atos subsidiários ou secundários que o locutor realiza em realizando um ato ilocucionário da forma $F(P)$. Um ato proposicional é, portanto, uma “abstração do ato ilocucionário total, no sentido de que o locutor não pode simplesmente expressar uma proposição e não fazer nada além disso.” (Ibidem). A realização desse tipo de ato de discurso sempre ocorre como parte da realização do ato ilocucionário total. Acerca disto, os autores esclarecem que:

Sintaticamente, esse fato é refletido nas línguas naturais pelo fato de que as cláusulas ‘que’, a forma característica de isolar o conteúdo proposicional, não podem ficar sós. Elas não fazem sentenças completas. Podemos dizer ‘Prometo que sairei da sala’, mas não podemos dizer simplesmente ‘Que sairei da sala’. (Searle; Vanderveken, 2021, p. 263).

Ademais, devemos nos lembrar que alguns tipos de força ilocucionária permitem um conteúdo que não constitui uma proposição inteira, mas apenas uma referência como na enunciação “Viva o Corinthians!”, por exemplo. Esta enunciação não tem a forma $F(P)$ e sim a forma $F(u)$, onde u refere-se à alguma entidade do universo do discurso. Observemos também que alguns tipos de força ilocucionária permitem uma enunciação que consiste apenas de uma força ilocucionária sem nenhum conteúdo proposicional como “Viva”, “Ai!”, por exemplo. Tais enunciações têm apenas a forma F . Porém, com exceção desses poucos casos, Searle e Vanderveken esclarece que “todos os atos ilocucionários têm um conteúdo proposicional e, conseqüentemente (com essas exceções), todas as realizações de atos ilocucionários são realizações de atos proposicionais.” (Ibidem).

Acerca do *ato de enunciação*, os autores explicam que ele consiste, meramente, na enunciação de uma expressão. Assim, os atos ilocucionários são realizados pela enunciação de expressões. O locutor que realiza um ato ilocucionário pode realizar dois atos de enunciação diferentes como quando enunciamos que “Está chovendo”, em português, ou “It is raining”, em inglês, por exemplo. Isto também pode ocorrer até na mesma língua, isto é, ao utilizarmos

enunciados sinônimos para realizar o mesmo ato ilocucionário como “João ama Maria” ou “Maria é amada por João”, por exemplo. Além disso, Searle e Vanderveken elucidam que:

Um ato de enunciação pode ser realizado sem realizar um ato ilocucionário, por exemplo, quando simplesmente murmuramos palavras sem dizer nada. E, finalmente, o mesmo tipo de ato de enunciação pode ocorrer na realização de diferentes atos ilocucionários. Exemplificando: se Bill diz ‘Estou com fome’ e John diz ‘Estou com fome’, nas duas instâncias (*token*) de enunciação o mesmo tipo de ato de enunciação é realizado, porém dois atos ilocucionários diferentes são realizados, uma vez que a referência e, conseqüentemente, a proposição são diferentes nos dois casos. (Searle; Vanderveken, 2021, p. 263-264).

Sobre os atos de discurso indiretos, os autores explicam que, geralmente, os locutores realizam um ato ilocucionário implicitamente ao realizar outro ato ilocucionário explicitamente. Segundo os autores, o ato realizado de forma explícita é utilizado para realizar outro ato de discurso e o locutor confia no conhecimento prévio do pano de fundo conversacional (*background*) e nas capacidades mentais que ele compartilha com o interlocutor a fim de ser compreendido. Para ilustrar isto, os autores exemplificam que:

Se alguém na rua diz-lhe ‘Você sabe o caminho para o Hotel Palace?’ seria inapropriado, na maioria dos contextos, responder simplesmente ‘sim’ ou ‘não’, pois o locutor está fazendo mais do que apenas *fazer uma pergunta* sobre o seu conhecimento: ele está *pedindo* que você lhe diga o caminho para o hotel. [...]. (Ibid., p. 264).

Nesse caso, observamos que dois atos de discurso estão envolvidos: o ato de discurso primário não literal (isto é, “Diga-me o caminho para o Hotel Palace!”) é realizado de forma indireta, por meio da realização de um ato de discurso secundário literal (isto é, “Você conhece o caminho para o Hotel Palace?”). Este ato implícito é denominado *ato de discurso indireto*. O locutor, de acordo com Searle e Vanderveken (2021), pode expressar de forma indireta uma força ilocucionária ou um conteúdo proposicional diferente do que é diretamente exposto. Conseqüentemente, em um ato de enunciação, o locutor pode realizar um ou mais atos ilocucionários não literais, indiretos.

É um fato reconhecido que os atos de discurso indiretos são bastante difundidos na vida cotidiana. Por conseguinte, os atos ilocucionários raramente são realizados sozinhos, eles fazem

parte de conversações ou trechos maiores de um determinado discurso. Acerca disto, Searle e Vanderveken argumentam que:

Linguistas tradicionais tendem a construir a competência linguística de um locutor como uma questão de sua capacidade para produzir e compreender sentenças, e a teoria dos atos de discurso tradicional tende a construir cada ato ilocucionário como uma unidade isolada. Entretanto, não teremos uma abordagem adequada da competência linguística ou dos atos de discurso até que possamos descrever a capacidade do locutor para produzir e compreender enunciações (isto é, para realizar e compreender atos ilocucionários) em *sequências ordenadas de atos de discurso* que constituem argumentos, discussões, compras e vendas, troca de cartas, contação de piadas etc. [...] (Searle; Vanderveken, 2021, p. 265).

Os autores, por conveniência terminológica, denominam tais sequências ordenadas de *conversações*. De acordo com eles, a chave para compreender a estrutura das conversações é “perceber que cada ato ilocucionário cria a possibilidade de um conjunto finito e, geralmente, bastante limitado de atos ilocucionários apropriados como réplicas.” (Ibid., p. 265). Além disso, observa-se que algumas vezes a réplica apropriada do ato ilocucionário é fortemente restringida pelo ato que lhe antecede como ocorre em sequências constituídas por perguntas e respostas, por exemplo. Às vezes, tal restrição é mais aberta como no caso das conversações casuais, onde os tópicos mudam de um para outro.

Quando um ato ilocucionário é realizado com sucesso e sem defeito,⁴⁹ sempre decorrerá um efeito produzido no interlocutor, ou seja, o efeito da compreensão da enunciação. Entretanto, além desse efeito ilocucionário, segundo Searle e Vanderveken (2021), as enunciações normalmente produzem e são, frequentemente, destinadas a produzir outros efeitos sobre as atitudes, os sentimentos e o comportamento posterior dos interlocutores. Esses efeitos são denominados *efeitos perlocucionários*. No tocante aos atos de produzir tais efeitos, eles são chamados de *atos perlocucionários*. Por exemplo, quando um locutor faz uma asserção, (um ato ilocucionário do tipo assertivo), ele pode convencer ou persuadir sua audiência, (produzindo assim um ato de discurso do tipo perlocucionário). Os efeitos perlocucionários podem ser atingidos intencionalmente quando, por exemplo, alguém consegue levar um interlocutor a fazer algo, lhe pedindo para fazê-lo, ou não intencionalmente quando alguém irrita ou exaspera sua audiência sem ter a intenção de fazê-lo. Por conseguinte, diferentemente

⁴⁹ Falaremos mais detalhadamente sobre as condições de sucesso dos atos ilocucionários, na próxima seção.

dos atos ilocucionários, os atos perlocucionários não são essencialmente linguísticos, isto é, é possível atingir efeitos perlocucionários sem sequer realizar algum ato de discurso. Acerca disto, Searle e Vanderveken (2021) elucidam que:

Visto que os atos ilocucionários têm a ver com a compreensão, eles são convencionalizáveis. Em geral, é possível ter uma convenção linguística que determina que tal e tal enunciação conta como a realização de um ato ilocucionário. Porém, uma vez que os atos perlocucionários têm a ver com efeitos subsequentes, isso não é possível para eles. Não poderia haver qualquer convenção para o efeito de que tal e tal enunciação contasse como convencendo, persuadindo, irritando, exasperando ou divertindo você. E isso é a razão pela qual nenhum desses verbos perlocucionários tem um uso performativo. [...] (Searle; Vanderveken, 2021, p. 266).

As sentenças *performativas* consistem em um verbo performativo utilizado na primeira pessoa do tempo presente, do modo indicativo, com uma cláusula complementar adequada. Quando um locutor faz uma enunciação de uma sentença performativa, ele realiza o ato ilocucionário com a força ilocucionária nomeada pelo verbo performativo, se representando como realizando o tal ato. Alguns exemplos de enunciados performativos são: “*Prometo* que virei amanhã”, “*Admito* que cometi o crime” etc.

Conforme observamos no início da presente da seção, os atos ilocucionários elementares têm a forma simples $F(P)$. No entanto, há atos ilocucionários *complexos* e os enunciados utilizados para expressá-los são chamados de enunciados complexos. Esses enunciados complexos são constituídos de enunciados mais simples e de conectivos que por sua vez são chamados de conectivos ilocucionários. Com o intuito de clarificar a noção de conectivos ilocucionários, Searle e Vanderveken exemplificam que:

Os conectivos de conjunção (‘e’, ‘mas’) permitem os locutores unir diferentes atos ilocucionários em uma enunciação. Em geral, a enunciação de uma sentença que é a conjunção de duas sentenças constitui a realização de dois atos ilocucionários expressos pelas duas sentenças. Assim, em um certo contexto, ao proferir ‘Eu irei à casa dele, mas estará ele lá?’, um locutor faz tanto uma asserção quanto uma pergunta. Essa conjunção de dois atos ilocucionários constitui a realização de um ato ilocucionário complexo, cuja forma lógica é $(F_1(P_1) \& F_2(P_2))$. (Ibid., p. 258).

Vale ressaltar que o conectivo ilocucionário é uma *função de sucesso*⁵⁰, isto é, a realização bem-sucedida de um ato ilocucionário complexo da forma $(F_1(P_1) \& F_2(P_2))$ é uma função das realizações bem-sucedidas de seus componentes. Outro aspecto observado pelos autores (1985, p. 258), acerca desses conectivos, é que nem sempre um par de enunciados admitirá, na sua forma gramatical, todo conectivo ilocucionário como no caso do enunciado “Quando João veio e eu ordeno-lhe sair da sala?”, sintaticamente malformado em português, por exemplo.

Há também os atos de *denegação ilocucionária* que constituem outro tipo de ato ilocucionário complexo, pois eles envolvem a negação da força ilocucionária. De modo geral, um ato de denegação ilocucionária é um ato de discurso cujo objetivo é tornar explícito que o locutor não realiza um certo ato ilocucionário. Os autores ressaltam a fundamental importância em distinguir entre atos que de denegação ilocucionária e atos ilocucionários que têm um conteúdo proposicional negativo. Assim, no enunciado “Não prometo vir”, o locutor que utiliza tal enunciação realiza um típico ato de denegação ilocucionária da forma $\neg F(P)$, por exemplo. Por outro lado, no enunciado “Prometo não vir”, o locutor realiza um ato ilocucionário com um conteúdo proposicional negativo da forma $F(\sim P)$, por exemplo. É importante destacar que a denegação ilocucionária não é considerada uma função de sucesso, pois está claro que a não realização de um ato ilocucionário não é a mesma coisa que a realização de sua denegação ilocucionária. A título de exemplo, o fato de não fazer uma promessa não decorre da recusa ou rejeição de fazer uma promessa. Vejamos um exemplo dado pelos autores: “O silêncio de uma pessoa pode ser suficiente para alguém dizer dela verdadeiramente (13) ‘ela não prometeu’. O silêncio de uma pessoa, no entanto, não é o mesmo que um ato aberto (*overt act*)⁵¹ de dizer (14) ‘Eu não prometo’.” (Searle; Vanderveken, 2021, p. 258).

Por fim, há os *atos ilocucionários condicionais*, cuja realização exige a utilização de conectivos ilocucionários, que linguisticamente são marcados (ou indicados) por expressões gramaticais como “se” e “se...então”. Os atos de discurso condicionais são realizados sob uma determinada condição. Os enunciados que servem para expressar tais atos de discurso são da forma “se p , então $f(q)$ ” e “se p , $f(q)$ ”. Os enunciados “Se ela vier, então fique comigo!” e “Se chover, prometo emprestar-lhe o meu guarda-chuva” são exemplos típicos de atos de discurso

⁵⁰ No original, em inglês, *success functional*.

⁵¹ Um ato é aberto quando ele é acessível aos outros (público), ao contrário de um ato que é privado, cuja realização é silenciosa (o ato ocorre em solilóquio). Observa-se que a expressão “overt act” pode ser traduzida também por ato público.

condicionais. Assim como é essencial distinguir denegação ilocucionária e atos ilocucionários com um conteúdo proposicional negativo, também é essencial fazer a distinção entre um ato de discurso condicional e um ato de discurso cujo conteúdo proposicional é um condicional. A respeito dessa distinção, vejamos como Searle e Vanderveken esclarecem e exemplificam:

Em um ato de discurso condicional expresso por uma sentença da forma ‘Se p , então $f(q)$ ’, o ato de discurso expresso por ‘ $f(q)$ ’ é realizado sob condição p . Sintaticamente, a cláusula ‘se’ modifica o marcador de força ilocucionária. Essa forma é bastante distinta daquela do ato de discurso realizado por uma enunciação de uma sentença da forma ‘ f (se p então q)’, cujo conteúdo proposicional é condicional, pois, nesse caso, um ato ilocucionário de força F é categoricamente realizado. Assim, por exemplo, em uma aposta sob um condicional da forma (17) ‘Aposto com você cinco dólares que, se um candidato presidencial conseguir a maioria dos votos eleitorais, ele ganhará’, um de nós ganhará ou perderá cinco dólares dependendo da verdade ou falsidade da proposição condicional (todas as pressuposições sendo mantidas). Por outro lado, em uma aposta condicional da forma (18) ‘Se Carter for o próximo candidato democrata, aposto com você cinco dólares que os republicanos ganharão’, há um ganhador ou um perdedor somente se Carter for o próximo candidato democrata. A forma lógica de (18) é $P \rightarrow F(Q)$. Esse condicional não é verofuncional, pois do fato de Carter não concorrer à presidência, não decorre que cada locutor realiza uma aposta condicional da forma (18). (2021, p. 259).⁵²

Chegamos ao fim de nossa exposição sobre a relação e a distinção entre os diferentes tipos de atos de discurso; entre os atos ilocucionários e os atos proposicionais, de enunciação, atos indiretos, as conversações, os atos perlocucionários, os atos complexos, os atos de denegação ilocucionária, os atos de denegação proposicional e os atos condicionais.

Nosso próximo tópico consistirá na apresentação das definições e da relação entre os seis componentes que compõem uma força ilocucionária, na perspectiva de Vanderveken apresentada em sua obra *Meaning and Speech Acts* (vol 1, 1990).

⁵² Os números entre parênteses se referem à lista de exemplos utilizados no texto. Eles são elencados numericamente.

1.5 OS SEIS COMPONENTES DE UMA FORÇA ILOCUCIONÁRIA NA PERSPECTIVA DE VANDERVEKEN⁵³

Na lógica ilocucionária, a noção de força ilocucionária não é considerada como uma noção primitiva. Ela é uma noção complexa, pois é derivada de noções mais primitivas. Na perspectiva de Vanderveken (1990), cada força ilocucionária é dividida em seis componentes, que servem para determinar as condições de sucesso e de satisfação de todos os atos de discurso com essa força. Em sua análise, os seis componentes de uma força ilocucionária são: um objetivo ilocucionário, um modo de atingir do objetivo ilocucionário, condições sobre o conteúdo proposicional, condições preparatórias, condições de sinceridade e um grau de força. Além disso, Vanderveken observa que:

Há uma relação lógica entre os seis tipos de componentes de uma força ilocucionária, as condições de sucesso e de satisfação dos atos de discurso elementares com essa força e os objetivos linguístico acompanhados por essa força ilocucionária. Os diferentes componentes da força ilocucionária determinam diferentes condições de sucesso ou de satisfação e, conseqüentemente, servem diferentes objetivos linguísticos. [...] (Vanderveken, 1990, p. 104, tradução nossa⁵⁴).

Uma das consequências lógicas que decorrem dessa abordagem é a determinação de duas forças ilocucionárias idênticas. Quando duas forças ilocucionárias têm os mesmos componentes, elas são idênticas, pois todos os atos ilocucionários elementares com essas duas forças e com o mesmo conteúdo proposicional têm as mesmas condições de sucesso e de satisfação.

A tarefa da lógica ilocucionária é analisar logicamente a estrutura, i.e., os vários componentes que constituem as forças ilocucionárias. Os vários componentes determinam as

⁵³ Vale ressaltar que em *Foundations of Illocutionary Logic* (1985), Searle e Vanderveken apresentam a noção de força ilocucionária como sendo constituída por sete componentes, a saber: o objetivo ilocucionário, o grau de força do objetivo ilocucionário, o modo de atingir, as condições sobre o conteúdo proposicional, as condições preparatórias, as condições de sinceridade e o grau de força das condições de sinceridade. Entretanto, mais tarde, Vanderveken (1990) reduz o número dos componentes para seis. Seu objetivo era simplificar a estrutura lógica da noção de força ilocucionária. Portanto, segurei de perto a análise apresentada na obra *Meaning and Speech Acts*, vol. 1 – Principles of Language Use.

⁵⁴ No original: “There is a logical relation between the six types of components of an illocutionary force, the conditions of success and of satisfaction of elementary speech acts with that force, and the linguistic purposes served by that illocutionary force. Different components of illocutionary force determine different conditions of success or of satisfaction, and consequently serve different linguistic purposes. [...]”

várias condições de condições de sucesso dos atos ilocucionários. Por exemplo, o objetivo de uma força é o componente que determinar o objetivo linguístico que o locutor intenta atingir, no contexto de enunciação. Uma forma de compreender a noção de ato ilocucionário é explicando as condições que devem ser satisfeitas, no contexto de uso da linguagem, para que a realização do tipo de ato tentado seja bem-sucedida e sem defeito. Vejamos abaixo a explicação de Searle e Vanderveken sobre essas duas noções:

Os atos ilocucionários, como todos os atos humanos podem ser bem-sucedidos ou fracassar. [...] Assim como qualquer fala adequada sobre proposições envolve o par de conceitos verdade e falsidade, qualquer fala adequada sobre atos de discurso (e de atos, em geral) envolve o par de conceitos sucesso e fracasso. E, mesmo quando eles são bem-sucedidos, os atos ilocucionários estão sujeitos a várias falhas e defeitos, tais como a insinceridade ou o fracasso das pressuposições. [...] (Searle; Vanderveken, 2021, p. 266-267).

Há, portanto, três possibilidades de valores de sucesso que podem ser atribuídos em casos de realização dos atos ilocucionários: a) um ato de discurso pode ser fracassado; b) ele pode ser bem-sucedido, mas defeituoso; e c) ele pode ser bem-sucedido e sem defeito. Nos casos considerados ideais⁵⁵, o ato de discurso é bem-sucedido e realizado sem defeito. Para cada força ilocucionária, os componentes de tal força servem para determinar sob quais condições esse tipo de ato de discurso é *bem-sucedido* e *sem defeito*, pelo menos enquanto sua força ilocucionária é concernida. Como foi mencionado anteriormente, na obra *Meaning and Speech Acts* (1990), Vanderveken expõe os seis componentes que constituem uma força ilocucionária com o objetivo de elucidar como eles determinam as condições de realização bem-sucedida e sem defeito das ilocuições, em contextos de uso da linguagem.

Na próxima seção que começa logo abaixo, vamos discorrer sobre tais componentes e suas definições, além de elucidar as maneiras pelas quais eles estão inter-relacionados.

⁵⁵ Na lógica ilocucionária, o valor de sucesso é atribuído quando o ato é realizado. Há casos em que pode haver realização do ato, porém com defeito (quando, por exemplo, o locutor é insincero ou quando as condições preparatórias não são obtidas). A realização sem defeito é o caso ideal, pois todas as condições de sucesso são obtidas. Quando não há realização do ato, temos um caso em que o ato é fracassado.

1.5.1 Do objetivo ilocucionário

Na realização de um ato de discurso elementar ou de primeiro nível, o locutor sempre relaciona de uma determinada maneira o conteúdo proposicional com o mundo da enunciação assim como determina a direção de ajuste⁵⁶ entre a linguagem e o mundo. No que concerne ao objetivo ilocucionário, Vanderveken exemplifica que:

Se, por um lado, o locutor faz uma asserção ou um relato, o objetivo de sua enunciação é representar como as coisas são, e o conteúdo proposicional do ato de discurso deve corresponder a um estado de coisas existente, em geral, independente, no mundo. Tais enunciações têm a direção de ajuste das palavras ao mundo. Se, por outro lado, um locutor faz um pedido ou dá um conselho, o objetivo de sua enunciação não é dizer como as coisas são, mas tentar levar o interlocutor a agir de uma tal maneira que seu comportamento no mundo corresponda ao conteúdo proposicional do ato de discurso. Tais enunciações têm a direção de ajuste do mundo às palavras. (Vanderveken, 1990, p. 104, tradução nossa⁵⁷).

Na sua perspectiva, como também na ótica de Searle, o objetivo ilocucionário é o componente principal da força ilocucionária, pois ele determina a direção de ajuste das ilocuções com essa força. Observa-se que um locutor que realiza um ato ilocucionário pode ter todos os tipos de outras intenções e objetivos perlocucionários. Por exemplo, quando o locutor faz uma asserção, ele pode querer convencer, advertir ou envergonhar o interlocutor. No entanto, segundo Vanderveken (1990), o locutor tem pelo menos a intenção de atingir o objetivo ilocucionário sobre o conteúdo proposicional, pois esse objetivo é o propósito que é essencial ao tipo de ato de discurso que ele realiza.

De acordo com as investigações feitas por Searle e Vanderveken, há somente cinco objetivos ilocucionários básicos das enunciações, a saber: o objetivo assertivo, o objetivo compromissivo, o objetivo diretivo, o objetivo declaratório e o objetivo expressivo⁵⁸. Assim,

⁵⁶ A expressão “direção de ajuste” é devido a J. L. Austin, *Philosophical Papers* (Oxford: Clarendon Press, 1962), porém a ideia está mais próxima a G. E. M. Anscombe, *Intention* (Oxford: Blackwell, 1957).

⁵⁷ No original: “If, on the one hand, the speaker makes an assertion or a report, the point of his utterance is to represent how things are, and the propositional content of the speech act is supposed to match a state of affairs existing in general independently in the world. Such utterances have the words-to-world direction of fit. If, on the other hand, a speaker makes a request or gives advice, the point of his utterance is not to say how things are, but to try to get the hearer to act in such a way that his behavior in the world matches the propositional content of the speech act. Such utterances have the world-to-words direction of fit.”

⁵⁸ Iremos aprofundar mais esse assunto e sobre as direções de ajuste que são determinadas por cada um desses objetivos ilocucionários, na próxima seção.

Vanderveken declara que, de um ponto de vista lógico, essa classificação dos objetivos ilocucionários está “empiricamente justificada, pois somente esses cinco objetivos ilocucionários são necessários para analisar os marcadores de força ilocucionária e os verbos performativos, no inglês e em outras linguagens naturais atuais [...]”. (Vanderveken, 1990, p.105, tradução nossa)⁵⁹.

Por conseguinte, é o objetivo ilocucionário que determina segundo qual direção o sucesso do ajuste deve ser atingido entre a linguagem e o mundo. No caso de satisfação de uma ilocução, a realização do objetivo ilocucionário sobre o conteúdo proposicional é interno à realização de um ato de discurso. Portanto, na realização de um ato ilocucionário da forma $F(P)$, o locutor sempre atinge o objetivo ilocucionário de F sobre o conteúdo proposicional P , no contexto de sua enunciação. Por exemplo, quando um locutor faz uma asserção de que “Sousa Esporte Clube é um time do interior da Paraíba”, ele representa como real um estado de coisas particular de que o Sousa Esporte Clube é um time do interior da Paraíba. Da mesma maneira, quando um locutor faz uma promessa da forma “Hoje irei assistir ao jogo do Sousa Esporte Clube, no Estádio do Marizão”, esse locutor engaja-se a realizar uma ação futura a de que irá hoje ao Estádio do Marizão assistir ao jogo do Sousa Esporte Clube.

Por fim, Vanderveken (Ibid., p. 109, tradução nossa⁶⁰) elucida que “o objetivo ilocucionário é inquestionavelmente o componente *mais importante* da força ilocucionária. De fato, ele determina a *condição de sucesso essencial* ou principal de cada enunciação”. Contudo, ele não é o único componente da força ilocucionária, como é demonstrado pelo fato de que há muitas forças ilocucionárias diferentes como o mesmo objetivo ilocucionário. As perguntas, os comandos, as demandas, as súplicas, os pedidos e as ordens são ato de discurso com o mesmo objetivo ilocucionário diretivo, porém com diferentes forças ilocucionárias. As forças ilocucionárias específicas desses atos ilocucionários diretivos diferem em outros aspectos que são instâncias de outros componentes da força ilocucionária. (Ver Vanderveken, 1990, p. 110).

⁵⁹ No original: “empirically justified, because only these five illocutionary points are needed in order to analyze the illocutionary force markers and performative verbs in English and other actual natural languages. [...]”

⁶⁰ No original: “illocutionary point is unquestionably the most important component of illocutionary force. Indeed, it determines the principal or essential condition of success of each utterance.”

1.5.2 Do modo de atingir⁶¹

Os objetivos ilocucionários, assim como a maioria dos objetivos de nossas ações, devem ser atingidos de várias maneiras e por meios diferentes. O modo de atingir do objetivo ilocucionário de uma força ilocucionária é o componente dessa força que determina como seu objetivo deve ser atingido sobre o conteúdo proposicional em uma realização bem-sucedida de um ato de discurso com essa força. A fim de clarificar o modo de atingir e traços relacionados a ele, Vanderveken exemplifica que:

Em um pedido, o locutor deve deixar a opção de recusa ao interlocutor ao fazer sua tentativa de levá-lo a fazer alguma coisa. Por outro lado, em um comando, ele deve ser mais peremptório e invocar uma posição de autoridade sobre o interlocutor. Tais traços, que distinguem pedir de comandar, são partes do que eu chamo *seu modo de atingir* do objetivo ilocucionário. De um ponto de vista lógico, o modo de atingir de uma força ilocucionária restringe as condições de atingir de seu objetivo ao requerer certos meios ou maneiras específicas de atingir esse objetivo. [...] (Vanderveken, 1990, p. 110, tradução nossa⁶²).

Ademais, nota-se que um modo de atingir é um modo especial de atingir de um objetivo ilocucionário quando ele restringe apropriadamente as condições de atingir desse objetivo. Tomemos, como exemplo, o modo de atingir de um comando, que exige que o locutor invoque uma posição de poder ou de autoridade, (imaginemos a relação general-soldado), sobre o interlocutor a fim de levar este a realizar uma determinada ação, no mundo. Trata-se, nesse caso, de um modo especial de atingir do objetivo ilocucionário diretivo. Entretanto, há muitas outras maneiras de atingir o objetivo ilocucionário diretivo que não requer o uso da posição de autoridade como as súplicas e os pedidos, por exemplo.

⁶¹ Vanderveken (1990, p. 110, tradução nossa) observa que “frequentemente, a relação entre o modo de atingir e o objetivo ilocucionário é uma relação de meio-fim, que tem sido estudada na filosofia, desde Aristóteles” (no original: “Often the relation in which the mode of achievement stands with respect to illocutionary point is the relation of a means towards an end, which has been studied in philosophy since Aristotle”).

⁶² No original: “In a request, the speaker must leave the option of refusal to the hearer in making his attempt to get him to do something. On the other hand, in a command he must be more peremptory and invoke a position of authority over the hearer. Such features, which distinguish requesting from commanding, are part of what I call their mode of achievement of illocutionary point. From a logical point of view, the mode of achievement of an illocutionary force restricts the conditions of achievement of its point by requiring certain specific means or ways of achievement of that point. [...]”

1.5.3 Das condições sobre o conteúdo proposicional

Algumas forças ilocucionárias impõem condições sobre o conjunto de proposições que podem ser tomadas como conteúdos proposicionais dos atos de discurso com essa força, em um dado contexto de enunciação. O conteúdo proposicional de uma promessa deve representar uma ação futuro do locutor, enquanto o conteúdo proposicional de um relato deve representar um estado de coisas que ou é passado ou presente com relação ao momento da enunciação, por exemplo. Tais condições são nomeadas, na TAD, de *condições sobre o conteúdo proposicional*; elas constituem o terceiro componente de uma força ilocucionária. Algumas condições sobre o conteúdo proposicional são determinadas pelo seu objetivo ilocucionário. Com relação a isso, Vanderveken exemplifica e argumenta que:

Portanto, por exemplo, todas as forças ilocucionárias diretivas têm a condição de que seu conteúdo proposicional representa um curso de ação futuro do interlocutor em cada contexto. De fato, um locutor não pode fazer uma tentativa linguística de levar um interlocutor a fazer alguma coisa a menos que ele expresse a proposição de que o interlocutor realizará uma ação futura com o objetivo de atingir um sucesso de ajuste entre o mundo e as palavras. Entretanto, outras condições sobre o conteúdo proposicional das forças ilocucionárias são condições *especiais* dessas forças. Por exemplo, a condição sobre o conteúdo proposicional de um relato é especial, uma vez que podemos representar estados de coisas como futuro atual, bem como passado ou presente. (Vanderveken, 1990, p. 112, tradução nossa⁶³).

1.5.4 Das condições preparatórias

Sempre que um locutor tenta realizar um ato ilocucionário, ele pressupõe ou toma como garantido a verdade de certas proposições, no contexto de sua enunciação. Quando as proposições pressupostas são falsas, mesmo se o locutor obtiver sucesso realizando o ato de discurso, a realização do tal ato ilocucionário poderia ainda ser defeituosa, nesses contextos. No que diz respeito a isso, Vanderveken apresenta um ótimo exemplo. Vejamos:

⁶³ No original: “Thus, for example, all directive illocutionary forces have the condition that their propositional content represents a future course of action of the hearer at each context. Indeed, a speaker cannot make a linguistic attempt to get a hearer to do something unless he expresses the proposition that the hearer will carry out a future action with the aim of achieving a world-to-words success of fit. However, other propositional content conditions of illocutionary forces are special conditions of these forces. For example, the propositional content conditions of a report is special, since one can represent as actual future as well as past or present states of affairs.

Um locutor que testemunha na corte pressupõe que ele tenha testemunhado o estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional, mas ele poderia mentir e essa pressuposição pode ser falsa. Assim, um locutor pode ter testemunhado alguma coisa na corte, com sucesso, e ter atingido sua intenção perlocucionária de convencer o júri, mesmo que ele não tenha testemunhado o que ele disse ter. No entanto, em um tal caso, seu testemunho bem-sucedido seria defeituoso, como é mostrado pelo fato de que ele poderia depois ser acusado por perjúrio. [...] (Vanderveken, 1990, p. 114, tradução nossa⁶⁴).

Na lógica ilocucionária, as condições preparatórias são condições necessárias à realização bem-sucedida e sem defeito dos atos de discurso. As condições preparatórias são, portanto, traços determinados pelas forças ilocucionárias. Por conseguinte, cada força ilocucionária *F* tem um componente, nomeado condição preparatória de *F*, que determina quais proposições o locutor deve pressupor quando ele realizar um ato ilocucionário com essa força, em um possível contexto de enunciação.

Há algumas condições preparatórias que são determinadas pelo objetivo ilocucionário, enquanto há outras condições preparatórias que não o são. Por exemplo, as forças ilocucionárias compromissivas têm a condição preparatória de que o locutor pode realizar uma ação futura representada pelo conteúdo proposicional, pois um locutor não pode se engajar em fazer alguma coisa, sem pressupor que ele é capaz de fazer isso. No entanto, como observa Vanderveken (1990), há outras condições preparatórias das forças ilocucionárias compromissivas que são condições *especiais* para essas forças. Por exemplo, a força ilocucionária de uma promessa tem a condição preparatória especial de que a ação futura, representada pelo conteúdo proposicional, é boa para o interlocutor, pois se o conteúdo proposicional for ruim para o interlocutor, pode tratar-se de uma ameaça, por exemplo.

⁶⁴ No original: “A speaker who testifies in court presupposes that he has witnessed the state of affairs represented by the propositional content, but he could lie and that presupposition might be false. Thus, a speaker might have successfully testified to something in court, and have achieved his perlocutionary intention of convincing the jury, even though he has not witnessed what he says he has. However, in such a case his successful testimony would be defective, as is shown by the fact that he could later be accused of perjury. [...]”

1.5.5 Das condições de sinceridade

Ao realizar um ato ilocucionário, o locutor também expressa⁶⁵ ou manifesta estados mentais, de determinados modos psicológicos, sobre o estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional. Por exemplo, um locutor que promete alguma coisa expressa uma intenção de fazer o que ele promete; quando locutor que faz um pedido para um interlocutor fazer alguma coisa, ele expressa um desejo de que o interlocutor faça o que ele pediu. Na TAD, esses estados mentais são chamados de atitudes proposicionais que têm a forma $m(P)$, em que m é um modo psicológico tal como uma crença, um desejo, uma intenção, medo, arrependimento etc. e P é um conteúdo em forma de proposição. Com relação às condições de sinceridade, Vanderveken argumenta que:

Um locutor pode, é claro, expressar um estado mental que ele não tem, e isto é a razão pela qual os atos ilocucionários têm condições de sinceridade. Uma realização de um ato ilocucionário é *sincera* quando o locutor tem os estados mentais que ele expressa na realização desse ato, e ela é *insincera*, no caso contrário. As condições de sinceridade são traços intrínsecos às forças ilocucionárias. Portanto, cada força ilocucionária F tem um componente chamado a *condição de sinceridade* de F , que determina os modos psicológicos dos estados mentais que o locutor deve ter, se ele está realizando sinceramente um ato de discurso com essa força, em um possível contexto de enunciação. [...] (Vanderveken, 1990, p. 117, tradução nossa⁶⁶).

Há algumas condições de sinceridade que são determinadas pelo objetivo ilocucionário, como no caso das condições preparatórias e das condições sobre o conteúdo proposicional. Acerca disso, Vanderveken apresenta o seguinte exemplo:

Todas as forças ilocucionárias assertivas têm a condição de sinceridade de que o locutor acredita no conteúdo proposicional. De fato, não é possível para um locutor representar um estado de coisas como atual sem *eo ipso* expressar sua crença na existência desse estado de coisas. No entanto, a condição de sinceridade de que o

⁶⁵ Na perspectiva de Vanderveken, o verbo “express” em Inglês (“expressar” em português) é ambíguo, pois os locutores podem utilizá-lo tanto para expressar proposições (que são sentidos) quanto para expressar estados psicológicos como medo e intenção.

⁶⁶ No original: “A speaker can of course express a mental state that he does not have, and this is why illocutionary acts have sincerity conditions. A performance of an illocutionary act is sincere when the speaker has the mental states that he expresses in the performance of that act, and it is insincere otherwise. Sincerity conditions are features intrinsic to illocutionary forces. Thus, each illocutionary force F has a component, called the sincerity condition of F , which determines the psychological modes of the mental states that the speaker must have if he is sincerely performing a speech act with that force in a possible context of utterance. [...]”

locutor está orgulhoso da existência do estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional é uma condição de sinceridade *especial* da força ilocucionária de se orgulhar que é independente do objetivo assertivo. [...] (Vanderveken, 1990, p. 117-118, tradução nossa⁶⁷).

Por fim, vale enfatizar que Searle e Vanderveken constatarem que a expressão do estado psicológico é interna à realização da ilocução, pois seria paradoxal realizar uma ilocução e negar, simultaneamente, que temos o estado psicológico correspondente. No que se refere a isto, os autores esclarecem que:

Incidentalmente, isso explica o paradoxo de Moore de que não podemos consistentemente dizer ‘Está chovendo, mas não acredito que está chovendo’, mesmo se a proposição de que está chovendo é consistente com a proposição de que não acredito que está chovendo. A razão para isso é que quando realizamos o ato de discurso, necessariamente expressamos a condição de sinceridade; portanto, unir a realização do ato de discurso com a negação da condição de sinceridade seria expressar e negar a presença de um mesmo estado psicológico. (Searle; Vanderveken, 2021, p. 272).

1.5.6 Do grau de força

Os estados mentais que entram nas condições de sinceridade dos atos de discurso são expressos com diferentes graus de força, dependendo da força ilocucionária. O grau de força das condições de sinceridade de uma súplica, por exemplo, é maior do que o grau de força de um pedido, pois o locutor que faz uma súplica expressa um desejo mais forte do que um locutor que faz um pedido. De acordo com Vanderveken (1990), o grau de força é, em geral, expresso na forma oral, pelo contorno da entonação, das línguas naturais atuais. Por conseguinte, um aumento no grau de força do contorno de entonação serve, em geral, para aumentar o grau de força das condições de sinceridade. Acerca do grau de força, Vanderveken assinala que:

De um ponto de vista teórico, não há limite superior sobre o grau de força maior com o qual os estados psicológicos, determinados por uma condição de sinceridade, podem ser expressos em uma enunciação. De fato, o uso de dispositivos sintáticos que

⁶⁷ No original: “All assertive illocutionary forces have the sincerity condition that the speaker believes the propositional content. Indeed, it is not possible for a speaker to represent a state of affairs as actual without eo ipso expressing his belief in the existence of that state of affairs. However, the sincerity condition that the speaker is proud of the existence of the state of affairs represented by the propositional content is a special sincerity condition of the illocutionary force of boasting that is independent of the assertive point. [...]”

expressam um aumento do grau de força pode, em princípio, ser reiterados indefinidamente. [...] No entanto, é importante notar que o locutor sempre expressa com um grau de força máximo os estados mentais que ele expressa na realização de um ato ilocucionário, visto que todas as enunciações têm um comprimento finito. (Vanderveken, 1990, p. 119, tradução nossa⁶⁸).

Além disso, Searle e Vanderveken (1985) argumentam que o grau de força das condições de sinceridade de uma força ilocucionária F é, em geral, mas nem em sempre, idêntico ao grau de força com o qual o objetivo ilocucionário é atingido sobre o conteúdo proposicional, no caso de uma realização bem-sucedida de um ato ilocucionário da forma $F(P)$. Como foi observado, no exemplo da súplica e do pedido mencionados anteriormente, a súplica expressa um desejo mais forte do locutor do que um pedido, pois uma súplica é uma tentativa mais forte, do que um pedido, de levar o interlocutor a fazer alguma coisa.

Após a apresentação dos seis componentes que constituem uma força ilocucionária, podemos concluir que a análise da noção de força ilocucionária, realizada por Vanderveken, está completa. É importante notificar que há um contraste entre a análise de Vanderveken (em *Meaning and Speech Acts*, 1990) e a análise de Searle e Vanderveken (em *Foundations of Illocutionary Logic*, 1985). Na obra de 1985, os autores analisaram a noção de força em termos de sete componentes, mencionados na seção 1.5 desta dissertação.

Embora tenha sido preservado os fundamentos dos componentes da força ilocucionária, Vanderveken, em suas obras *Les actes de discours* (1988) e *Meaning and Speech Acts* (1990), elimina o grau de força do objetivo ilocucionário pois, de uma perspectiva lógica, ele não é um componente independente da força ilocucionária. Além disso, o grau de força das condições de sinceridade passou a ser denominado grau de força e, por conseguinte, os componentes da força ilocucionária foram reduzidos em seis. Acerca dessa redução, o autor justifica que o grau maior de um dado objetivo ilocucionário “pode ser medido pelo número inteiro que é o máximo dos dois números que medem o grau de força das condições de sinceridade e o grau de força

⁶⁸ No original: “From a theoretical point of view, there is no upper limit on the greatest degree of strength with which the psychological states determined by a sincerity condition can be expressed in an utterance. Indeed, the use of syntactic devices which express an increase of degree of strength can in principle be reiterated indefinitely. [...] However, it is important to notice that the speaker always expresses with a maximal degree of strength the mental states that he expresses in the performance of an illocutionary act, because all utterances have a finite length.”

determinados pelo modo de realização dessa força ilocucionária.” (Vanderveken, 1990, p. 121, tradução nossa⁶⁹).

Outro ponto que distingue as duas abordagens é que, segundo Vanderveken (1990), não há outros componentes independentes de força ilocucionária além do objetivo ilocucionário, do modo de atingir o objetivo, do grau de força, das condições sobre o conteúdo proposicional, das condições preparatórias e das condições de sinceridade. A partir disso é possível determinar quando duas forças ilocucionárias são idênticas. Segundo a lógica ilocucionária, duas forças ilocucionárias são idênticas quando elas têm os mesmos componentes e as relações entre seus componentes são as mesmas.

No próximo tópico iremos apresentar e elucidar as quatro direções de ajuste e os cinco objetivos ilocucionários que são responsáveis por determinar a direção de ajuste das ilocuções com a força ilocucionária.

1.6 AS DIREÇÕES DE AJUSTE E OS OBJETIVOS ILOCUCIONÁRIOS

Nas subseções anteriores, mencionamos o quão importante são as direções de ajuste das ilocuções para determinar suas condições de felicidade. Foi mencionado também a relação que há entre o objetivo ilocucionário e as condições de sucesso e de satisfação das ilocuções. Nosso objetivo agora é explicar por que, na perspectiva dos autores da TAD, o objetivo ilocucionário⁷⁰ é o componente mais importante de uma força ilocucionária. Acerca do objetivo ilocucionário, Vanderveken esclarece que:

Um locutor que realiza um ato ilocucionário pode ter todos os tipos de outras intenções e objetivos perlocucionários. Por exemplo, quando ele faz uma asserção, ele pode querer divertir, convencer ou embaraçar o interlocutor. Porém, ele sempre tem, pelo menos, a intenção de atingir o objetivo ilocucionário sobre o conteúdo proposicional, porque esse objetivo é o propósito que é essencial para o tipo de ato de discurso que ele realiza. (Vanderveken, 1990, p. 104, tradução nossa⁷¹).

⁶⁹ No original: “*can be measured by the integer which is the maximum of the two numbers measuring the degree of strength of the sincerity conditions and the degree of strength determined by the mode of achievement of that illocutionary force.*”

⁷⁰ A formalização das forças ilocucionárias foi desenvolvida por Vanderveken em seu artigo *What is an illocutionary force?* (1985).

⁷¹ No original: “*A speaker who performs an illocutionary act may have all sorts of other intentions and perlocutionary purposes. For example, when he makes an assertion, he may want to amuse, convince, or*

Assim, segundo essa abordagem, o objetivo de uma força ilocucionária sempre se relaciona ao conteúdo proposicional do ato de discurso com essa força, no mundo da enunciação. Em outras palavras, é o objetivo ilocucionário que determina segundo qual direção as palavras e as coisas se ajustam. Os autores, tanto Searle (1979) e Vanderveken (1988 e 1990) observam que há um número limitado de maneiras pelas quais os conteúdos proposicionais podem ser relacionados ao mundo de uma enunciação. É o objetivo ilocucionário que determina segundo qual direção de ajuste um conteúdo proposicional está relacionado com o mundo da enunciação.

De acordo com Searle e Vanderveken (1985, p. 37), há “cinco e somente cinco objetivos ilocucionários” básicos⁷², a saber:

1. O *objetivo assertivo* que consiste em representar como atual um estado de coisas, isto é, dizer como as coisas são no mundo. Os locutores que realizam atos ilocucionários com um objetivo assertivo têm a intenção de representar como as coisas são no mundo por meio de enunciados do tipo declarativo. O conteúdo proposicional desses atos ilocucionários representam um ou mais estado(s) de coisas atuais, do mundo da enunciação⁷³.
2. O *objetivo compromissivo* consiste em comprometer o locutor com um curso de ação futuro, ou seja, comprometer o locutor a fazer alguma coisa. Os locutores que realizam atos ilocucionários com um objetivo compromissivo ou engajante têm a intenção de se comprometer em realizar uma ação futura, no mundo da enunciação. O conteúdo proposicional desses atos ilocucionários representam uma promessa do locutor em realizar uma ação futura⁷⁴.

embarrass the hearer. But he always has at least the intention to achieve the illocutionary point on the propositional content, because that point is the purpose which is essential to the type of speech act that he performs.”

⁷² Esta classificação dos objetivos ilocucionários foi apresentada, pela primeira vez, por J. R. Searle em seu artigo *A taxonomy of illocutionary acts*, 1975, mencionado acima.

⁷³ Segundo a análise dos verbos ilocucionários da língua portuguesa, feita por D. Vanderveken, D. Marcondes de Sousa e C. de Sousa Melo, os verbos “assertar”, “afirmar”, “reivindicar”, “informar”, “admitir”, “argumentar”, entre outros, são verbos assertivos. Essa análise está disponível no livro de D. Vanderveken *Atos de discurso e atitudes*, no prelo, em College Publications.

⁷⁴ Seguindo a análise exposta na obra *Atos de discurso e atitudes* de D. Vanderveken, os verbos “prometer”, “comprometer”, “engajar”, “pactuar”, “ameaçar”, entre outros, são verbos compromissivos.

3. O *objetivo diretivo* consiste em fazer uma tentativa para levar o interlocutor a fazer alguma coisa, isto é, tentar fazer com que outras pessoas façam coisas. Os locutores que realizam atos ilocucionários com um objetivo diretivo têm a intenção de dar diretivas (conselhos, ordens, comandos etc.) ao interlocutor por meio de enunciados do tipo imperativo. O conteúdo proposicional desses atos ilocucionários representam as diretivas do locutor para o interlocutor do contexto da enunciação⁷⁵.
4. O *objetivo declaratório* consiste em realizar uma ação que torna atual ou existente o estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional da declaração, em virtude da própria declaração. Os locutores que realizam atos ilocucionários com um objetivo declaratório têm a intenção de transformar o mundo, em virtude da realização bem-sucedida do ato de declaração, tornando atual o estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional⁷⁶.
5. O *objetivo expressivo* consiste em expressar as atitudes proposicionais do locutor sobre um estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional do ato. Os locutores que realizam atos ilocucionários com um objetivo expressivo têm a intenção de expressar suas atitudes (estados mentais intencionais) sobre os fatos representados pelo conteúdo proposicional⁷⁷ do ato, no mundo da enunciação, por meio de enunciados do tipo exclamativo⁷⁸.

No tocante às direções de ajuste, Vanderveken (1990, p. 105) esclarece que “existem quatro e apenas quatro possíveis direções de ajuste de enunciações”. Estas quatro direções de

⁷⁵ De acordo com a análise apresentada na obra *Atos de discurso e atitudes*, (acima mencionado), os verbos “solicitar”, “ordenar”, “comandar”, “convidar”, “pedir”, entre outros, são verbos diretivos.

⁷⁶ Segundo a análise exposta por D. Vanderveken, em sua obra *Atos de discurso e atitudes*, os verbos “declarar”, “nomear”, “aprovar”, “renunciar” etc. são verbos declaratórios ou performativos.

⁷⁷ As atitudes proposicionais, de acordo com Searle (1983), são os estados intencionais que possuem conteúdos proposicionais completos como, crenças, desejos e intenções, por exemplo. Acerca da intencionalidade, Searle define-a como “a propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual esses são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo”. (Searle, 1995, p. 1). Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver o livro de John Searle, *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*, CUP, 1983. Segundo Sousa Melo (2001), além da definição dada por Searle, podemos destacar que Descartes (1973) descreve as crenças, intenções, vontades, arrependimentos, desejos, tristezas e alegrias como *paixões da alma*. A TAD adota o termo atitudes proposicionais, seguindo Russell (1980), que são estados mentais que temos quando pensamos. Tais atitudes podem ser conscientes ou não. (Porém, não se trata da noção de inconsciente, sentido de Freud, 1959).

⁷⁸ De acordo com D. Vanderveken, os verbos “congratular”, “agradecer”, “cumprimentar”, d’entre outros, são verbos expressivos. Ver seu livro *Atos de discurso e atitudes*, no prelo.

ajuste correspondem aos cinco objetivos ilocucionários. Por conseguinte, as quatro⁷⁹ direções de ajuste possíveis⁸⁰ são:

- a. *A direção de ajuste das palavras ao mundo*: quando o ato ilocucionário é satisfeito, seu conteúdo proposicional ajusta-se a um estado de coisas existente, em geral, independentemente no mundo. Os atos de discurso com o objetivo assertivo tais como previsões, testemunhos, afirmações, conjecturas e objeções têm a direção de ajuste das palavras ao mundo, por exemplo. O seu objetivo é representar como as coisas são no mundo.
- b. *A direção de ajuste do mundo às palavras*: quando o ato ilocucionário é satisfeito, o mundo é transformado para se ajustar ao conteúdo proposicional. Os atos de discurso com o objetivo promissivo ou diretivo tais como, promessas, juramentos, recomendações, suplicações e demandas têm a direção de ajuste do mundo às palavras, por exemplo. O seu objetivo é levar o mundo a ser transformado pelo curso de ação futuro do locutor (promissivos) ou do interlocutor (diretivos) a fim de corresponder o conteúdo proposicional ao mundo da enunciação. Os locutores e interlocutores desempenham papéis fundamentais na realização de atos de discurso que, segundo Vanderveken (1990, p. 106), a linguagem distingue naturalmente dois objetivos ilocucionários diferentes com a direção de ajuste do mundo às palavras: o objetivo promissivo, que tem a direção de ajuste baseada no locutor enquanto o objetivo diretivo tem a direção de ajuste baseada no interlocutor. Logo, no caso das enunciações promissivas, a responsabilidade por atingir o sucesso de ajuste é atribuída ao locutor ao passo que no caso das enunciações diretivas, ela é atribuída ao interlocutor.
- c. *A direção de ajuste dupla*: quando o ato ilocucionário é satisfeito, o mundo é transformado pela ação presente do locutor que ajusta o conteúdo proposicional ao mundo ao tornar atual o fato representado, em virtude da realização da declaração do locutor que se representa o mundo assim transformado. Os atos de discurso com o objetivo ilocucionário declaratório tais como os atos de eleger, designar, endossar e nomear têm a direção de ajuste dupla, por exemplo. O seu objetivo é levar o mundo a

⁷⁹ A classificação das direções de ajuste que estou seguindo aqui concerne diretamente àquela apresentada por D. Vanderveken, em sua obra *Meaning and Speech Acts*, Vol.1, Cambridge University Press, 1990.

⁸⁰ Para uma discussão mais aprofundada, ver Sousa Melo, C. J., *Possible Directions of Fit between Mind, Language and the World*, em D. Vanderveken & S. Kubo (orgs.), *Essays in Speech Act Theory*, 2001, p. 109-117.

corresponder o conteúdo proposicional ao dizer que o conteúdo proposicional corresponde ao mundo.

- d. *A direção de ajuste nula ou vazia*: para alguns atos ilocucionários, não existe questão de sucesso ou fracasso de ajuste de seu conteúdo proposicional, em geral, pressuposto como verdadeiro. Os atos de discurso com o objetivo expressivo tais como desculpas, agradecimentos, congratulações e condolências têm a direção de ajuste nula ou vazia, por exemplo. Segundo Vanderveken, o objetivo desses atos ilocucionários é somente expressar uma atitude proposicional do locutor sobre o estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional. Assim, seu objetivo não é representar esse estado de coisas como atual ou de tentar levar a fazer com que ele seja atual no mundo.

Portanto, segundo Vanderveken (1990, p. 107), no objetivo ilocucionário determina qual direção de ajuste o sucesso deve ser atingido entre a linguagem e o mundo. No caso de satisfação de uma enunciação, o alcance do objetivo ilocucionário sobre o conteúdo proposicional é interno à realização de um ato de discurso. Por conseguinte, na realização de um ato ilocucionário da forma $F(P)$, o locutor sempre atinge o objetivo ilocucionário de F sobre o conteúdo proposicional P no contexto de sua enunciação. Acerca disto, Vanderveken exemplifica que: “Ao assertar que Paris está na França, um locutor representa como atual o estado de coisas particular de que Paris está na França. Similarmente, ao prometer ir a Paris, um locutor engaja-se a realizar o curso de ação futuro de ir a Paris.” (Ibid., p.107, tradução nossa⁸¹).

Até o presente momento, apresentamos e esclarecemos a influência de Austin e Grice para a TAD e para a filosofia da linguagem, as definições dos tipos de atos de discurso concebidas por Austin, a crítica de Searle e sua distinção dos tipos de força ilocucionária em relação à distinção proposta por Austin, os tipos de atos de discurso expressos por Searle e Vanderveken, os seis componentes que constituem a força ilocucionária na perspectiva de Vanderveken, as direções de ajustes e a relação destes com os cinco objetivos ilocucionários. Portanto, observa-se a rigidez e consistência que a teoria e a lógica dos atos ilocucionários de primeiro nível detém. Entretanto, ela inclina-se somente ao estudo das ilocuições momentâneas,

⁸¹ No original: “In asserting that Paris is in France, a speaker represents as actual the particular state of affairs that Paris is in France. Similarly, in promising to go to Paris a speaker commits himself to carrying out the particular course of action of going to Paris.”

individuais e isoladas que os protagonistas (locutores/interlocutores) realizam ao utilizar enunciados elementares (ou de primeiro nível), em contextos de enunciação. Portanto, negligenciando a análise da estrutura dos discursos inteiros que os locutores conduzem durante a conversação.

Diante de tudo isso que apresentamos até o momento, e levando-se em consideração o escopo de nossa pesquisa dissertativa, torna-se necessário compreender as colocações e apontamentos que caracterizam a posição cética de Searle, seguindo o pensamento do segundo Wittgenstein, visto que, na ótica dele, é impossível elaborar uma teoria geral formal do discurso tão rigorosa quanto a teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível. Acerca disso nos ocuparemos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

DO CETICISMO DE JOHN SEARLE SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA TEORIA FORMAL DA PRAGMÁTICA DO DISCURSO

Conforme evidenciamos no capítulo anterior, a TAD, por tradição, ocupa-se apenas com a análise dos atos ilocucionários de primeiro nível realizados isoladamente, ou seja, das ilocuições momentâneas e individuais que os locutores realizam ao utilizarem enunciados elementares, em contextos de enunciação. Todavia, como bem observaram alguns autores como Searle (1992) e Vanderveken (2001), o discurso no dia a dia consiste em sequências extensas de vários atos de discurso tais como o discurso contínuo realizado por um único locutor ou sequências de troca de atos de discurso durante uma conservação, em que há a alternância do papel do locutor em interlocutor e vice-versa.

Na perspectiva de Vanderveken (2001, 2013), a linguística e a filosofia da linguagem tenderam a priorizar a análise das competências linguísticas como a habilidade do locutor para utilizar e compreender sentenças simples, por exemplo. Portanto, tais áreas de pesquisa deixaram de lado a habilidade do locutor de contribuir no decorrer dos discursos inteiros ou conversações. Algo semelhante ocorreu com a TAD, pois esta teoria se restringiu ao estudo os atos ilocucionários isolados que são realizados em contextos de enunciações individuais. Contudo, na vida real, dificilmente os atos ilocucionários são realizados de forma isolada, no uso da linguagem. A respeito disto, Vanderveken detalha que:

Os locutores realizam seus atos ilocucionários dentro de discursos inteiros em que eles estão, o mais frequentemente, em interação verbal com outros locutores que respondem a eles e realizam, por sua vez, seus próprios atos de discurso com a intenção coletiva de conduzir um certo tipo de conversação. Acima de tudo, o uso da linguagem é uma *forma social de comportamento linguístico*. Consiste, em geral, de sequências ordenadas de enunciações feitas por vários locutores que tendem, por suas interações verbais, atingir objetivos comuns tais como discutir notícias, coordenar sua ação conjunta, negociar ou mais simplesmente trocar saudações. [...] (Vanderveken, 2001, p. 243, tradução nossa⁸²).

⁸² No original: “*Speakers perform their illocutionary acts within entire discourses where they are most often in verbal interaction with other speakers who reply to them and perform in turn their own speech acts with the collective intention of conducting a certain type of conversation. Above all, the use of language is a social form of linguistic behavior. It consists, in general, of ordered sequences of utterances made by several speakers who tend by their verbal interactions to achieve common goals such as discussing news, coordinating their joint action, negotiating or more simply exchanging greetings. [...]*”

Assim, segundo ele, há uma questão fundamental que precisa ser considerada, a saber: “Poderíamos enriquecer a atual teoria dos atos de discurso para desenvolver uma teoria do discurso mais geral, mas igualmente poderosa? Poderíamos fazer uma tipologia fundamentada das conversações e analisar adequadamente suas condições de sucesso e satisfação?” (Vanderveken, 2001, p. 243, tradução nossa⁸³). Sobre isso, Searle, no seu artigo *Conversation*, publicado em 1992, expressou ceticismo sobre essa possibilidade de construir um aparelho teórico similar que dê conta das conversações, apresentando vários argumentos baseados na perspectiva do segundo Wittgenstein (1958). No entanto, Vanderveken considerou os argumentos da posição de Searle como um desafio a ser superado e concebeu, para tanto, ele concebeu uma teoria formal do discurso tão rígida quanto à teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível. Iremos apresentar os argumentos de Searle e como Vanderveken respondeu, mais adiante.

Antes de adentrarmos na discussão detalhada do projeto desenvolvido por Vanderveken, que suplantou o ceticismo de Searle, devemos, em primeiro lugar, apresentar e detalhar as principais dificuldades evidenciadas por Searle (1992), que, segundo ele, impediriam a elaboração de uma teoria formal geral das conversações. Por conseguinte, a fim de melhor apresentar e esclarecer o ceticismo de Searle, adotamos a seguinte divisão no presente capítulo: na seção 2.1, abordaremos duas noções mais fundamentais no pensamento do segundo Wittgenstein, a saber: os *jogos de linguagem* e *formas de vida*, (tendo em vista que as conversações, segundo a perspectiva de Searle, são jogos de linguagem nos moldes da teoria wittgensteiniana); e, por fim, na seção 2.2, explicitaremos os principais obstáculos apresentados por Searle para a elaboração de uma teoria formal do discurso e os argumentos expressos por Vanderveken para cada um deles, em uma espécie de diálogo. Nesse tópico também discutiremos sobre as noções de *pano de fundo conversacional* (*background*) e *intencionalidade coletiva*. Prossigamos, então, com a exposição acerca dos tópicos preliminarmente citados.

⁸³ No original: “*Could we enrich current speech act theory so as to develop a more general but equally powerful theory of discourse? Could we make a reasoned typology of conversations and analyze adequately their conditions of success and satisfaction?*”.

2.1 DAS NOÇÕES DE *JOGOS DE LINGUAGEM* E DE *FORMAS DE VIDA* NO PENSAMENTO DO SEGUNDO WITTGENSTEIN

Antes de evidenciarmos e aprofundarmos as dificuldades que Searle aponta, em relação à possibilidade de elaborar uma teoria geral formal do discurso, é essencial revisarmos, de maneira introdutória, o pensamento filosófico de Wittgenstein, particularmente no que diz respeito às suas noções de *jogos de linguagem* e *formas de vida*, respectivamente.

O propósito de Wittgenstein ao fazer uma analogia entre o uso da linguagem e a prática de jogos, como o xadrez, conforme descrito em sua obra *Philosophical Investigations* (1958), é ressaltar diversos aspectos paradigmáticos do uso da linguagem que, frequentemente, são negligenciados nas teorias que tratam da linguagem. Assim, por meio de tal analogia, Wittgenstein nos convida a analisar a linguagem sob novas perspectivas. De acordo com seu ponto de vista, a prática (ou *práxis*) ou uso de qualquer linguagem é regida por regras constitutivas e ou regulativas que devem ser observadas nas diversas circunstâncias de uso quando um ou mais agentes (os participantes do discurso) tentam interagir conversando.

Essas duas noções foram utilizadas por Searle, que as introduz no seu livro *Speech Acts*, 1969. No âmbito da TAD, elas são fundamentais para a compreensão do uso da linguagem que serve não somente para descrever os objetos, estados de coisas, fatos e eventos do mundo, mas também para criá-los. Vejamos como Searle as distingue:

As regras regulativas regulam antecedentemente ou independentemente formas existentes de comportamento. Por exemplo, muitas regras de etiqueta regulam relacionamentos interpessoais que existem independentemente das regras. No entanto, as regras constitutivas não meramente regulam, elas criam ou definem novas formas de comportamento. As regras de futebol ou do xadrez, por exemplo, não regulam apenas jogar futebol ou xadrez, mas, por assim dizer, criam a própria possibilidade de jogar tais jogos. As atividades de jogar futebol ou xadrez são constituídas agindo de acordo com (pelo menos um grande subconjunto do) o apropriado. As regras regulativas regulam uma atividade pré-existente, uma atividade cuja existência é logicamente independente das regras. As regras constitutivas constituem (e também regulam) uma atividade cuja existência é logicamente dependente das regras. (Searle, p. 33-34, tradução nossa⁸⁴)

⁸⁴ No original: “*regulative rules regulate antecedently or independently existing forms of behavior; for example, many rules of etiquette regulate inter-personal relationships which exist independently of the rules. But constitutive rules do not merely regulate, they create or define new forms of behavior. The rules of football or chess, for example, do not merely regulate playing football or chess, but as it were they create the very possibility of playing such games. The activities of playing football or chess are constituted by acting in accordance with (at*

O processo de aprendizagem de uma dada língua é, portanto, um exemplo de jogo de linguagem que exige a interação entre diferentes agentes que compartilham o mesmo objetivo linguístico. Assim:

O que aprende *denomina* os objetos. Isto é, fala a palavra, quando o professor aponta para a pedra. – Sim, encontrar-se-á aqui o exercício ainda mais simples: o aluno repete a palavra que o professor pronuncia – ambos processos de linguagem semelhantes. (Wittgenstein, 1975, p. 16).

A metodologia que está sendo descrita por Wittgenstein se trata do método ou processo de aprendizagem por ostensão, isto é, uma abordagem cognitiva e educacional em que a compreensão de um conceito ou palavra é facilitada através da indicação ou gestos que apontem diretamente para um determinado objeto. Um exemplo da aplicação dessa abordagem é quando você deseja introduzir um termo, expressão ou conceito no vocabulário de alguém, tomemos a palavra “violão”, deve-se mostrar simplesmente à essa pessoa um exemplar do objeto em questão, no caso “violão”, e expressar algo parecido com “isso é um violão”. Além disso, na perspectiva wittgensteiniana, observa-se que todos os processos de denominação de objetos como “violão” e da repetição da palavra pronunciada podem ser nomeados de *jogos de linguagem*. Por conseguinte, os jogos de linguagem podem ser compreendidos e definidos como a totalidade ou o conjunto que abrange a linguagem, os participantes e as atividades que eles desenvolvem com ou por meio da linguagem. Com o objetivo de reforçar a explicação da analogia entre os jogos e a linguagem apresentada por Wittgenstein, Arruda Júnior esclarece que:

Os jogos são atividades públicas que pressupõem o uso de regras, reações comuns, habilidades, disposições, certas capacidades geradas pelo domínio de técnicas etc. Equiparada com eles, a linguagem é, dessa perspectiva, concebida como uma *práxis*, isto é, como uma atividade humana também guiada por regras, cuja efetivação pressupõe, igualmente, reações comuns, capacidades adquiridas por meio de treino, o domínio da técnica de sua aplicação etc. (Arruda Júnior, 2017, p. 73).

least a large subset of) the appropriate. Regulative rules regulate a pre-existing activity, an activity whose existence is logically independent of the rules. Constitutive rules constitute (and also regulate) an activity the existence of which is logically dependent on the rules.”

Portanto, a noção de *jogos de linguagem* proposta por Wittgenstein envolve a analogia entre as práticas de jogos e as práticas ou uso da linguagem. Dessa maneira, observa-se um dos principais traços no pensamento dele que é a suposição que há uma conexão entre as interações humanas e o uso de uma linguagem. Tal traço é sustentado pela concepção de que toda a prática ou uso da linguagem está totalmente imersa em um complexo de ações interrelacionadas. Ademais, Arruda Júnior (2017, p. 74) reforça o pensamento de Wittgenstein ao esclarecer que “os *jogos* que constituem a linguagem compreendem não só as expressões da linguagem, mas também todas as ações com as quais essas expressões estão interligadas”. Observamos que, na perspectiva de Wittgenstein, a linguagem faz parte de um conjunto mais amplo de práticas sociais e comportamentais. O significado das palavras e dos enunciados podem ser compreendidos apenas no interior do contexto das práticas e ações nas quais são empregados⁸⁵. Logo, a compreensão das diversas formas de uso da linguagem – os jogos de linguagem – depende das interações que ocorrem dentro de uma rede diversificada e complexa de outras atividades humanas – as formas de vida.

Deve-se ressaltar que os próprios jogos de linguagem, no pensamento do segundo Wittgenstein, são uma parte de um contexto mais abrangente que ele nomeia de *formas de vida*. Além disso, a noção de jogos de linguagem indica que eles são, por natureza, regidos por regras de linguagem como é um jogo de xadrez, por exemplo. São as regras que determinam a maneira como o jogo é jogado. Entretanto, isso não pressupõe modelos de regras bem definidos e determinados para todos e quaisquer jogos de linguagem, mas mostra a natureza convencional das regras que regem as atividades humanas desse tipo. No que diz respeito a isso, Wittgenstein assinala que:

Em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra, – mas sim que estão *aparentados* uns com os outros de muitos modos diferentes. E por causa desse parentesco ou desses parentescos, chamamo-los todos de ‘linguagens’. (Wittgenstein, 1975, p. 42).

⁸⁵ Com essa explicação, é possível observar que Wittgenstein faz uma referência direta ao famoso “princípio do contexto”, de Frege. De maneira simplificada, tal princípio diz que uma palavra só tem significado no contexto do enunciado. Para uma discussão mais aprofundada sobre esse princípio de G. Frege, utilizado pelo segundo Wittgenstein, conferir o livro *10 lições sobre Wittgenstein* de Gerson Francisco de Arruda Júnior. Esse princípio está na obra de Frege, *Die Grundlagen der Arithmetik*, publicada em 1884.

Por conseguinte, levando em consideração o que foi esclarecido sobre os jogos de linguagem, observa-se que não há uma uniformidade – uma forma única – na determinação da significação das palavras utilizadas, pois o contexto em que elas são usadas também serve para determinar o significado delas. Além do mais, há uma multiplicidade e diversidade de circunstâncias em que os jogos de linguagem podem ser praticados. Portanto, há uma pluralidade de tipos distintos de regras que regem o emprego das palavras que constituem uma língua, em particular. Assim, é devido à sua diversidade que uma variabilidade do significado das palavras é possível. Acerca disso, Arruda Júnior comenta que:

Considerando que é o uso que determina o significado das palavras, e que há uma diversidade e pluralidade das *circunstâncias* em que as práticas da linguagem são efetivadas, não devemos esperar que os usos das palavras sejam uniformes. Pelo contrário, haverá, nesse caso, ‘*inúmeras espécies diferentes de emprego*’ das palavras que constituem a nossa linguagem, e, por isso mesmo, tal variedade não é algo fixo, dado de uma vez por todas. Sob essas condições, qualquer tentativa de ‘encontrar o real e exato significado das palavras’ torna-se, portanto, uma tarefa inexequível. (2017, p. 89-90).

Prosseguindo com nossa discussão sobre as noções de jogos de linguagem e formas de vida, assumimos que o conjunto dos jogos de linguagem possíveis, decorrente da relação entre linguagem e as atividades a ela relacionadas, representa o que Wittgenstein nomeia de *formas de vida* humana. Abaixo está uma passagem das *Investigações filosóficas* onde ele fala de tipos diferentes de jogos de linguagem que representam formas de vida:

Pode-se representar facilmente uma linguagem que consiste apenas de comandos e informações durante uma batalha. – Ou uma linguagem que consiste apenas de perguntas e de uma expressão de afirmação e de negação. E muitas outras. – E representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida. (Wittgenstein, 1975, p. 19).

Acrescenta-se que o termo *jogo de linguagem*, no pensamento de Wittgenstein, também possui o papel de salientar que a utilização da linguagem é uma parte constitutiva das diversas atividades humanas ou de uma forma de vida. De acordo com Wittgenstein (Ibid., p. 22), o termo jogo de linguagem enfatiza que “o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”. Logo, o conceito de *formas de vida*, na filosofia de Wittgenstein, é

fundamental para compreender como ele vê a relação entre a linguagem e o mundo. No que diz respeito a essas duas noções podemos resumir com uma consideração de Arruda Júnior:

Um dos principais aspectos para o qual a analogia entre as práticas da linguagem e as práticas do jogo deseja chamar a nossa atenção é o da alegada conexão existente entre o falar de uma língua e as ações humanas. Tal ideia baseia-se na convicção wittgensteiniana de que toda a prática da linguagem está totalmente imersa num complexo de ações. Assim, os *jogos* que constituem a linguagem compreendem não só as expressões da linguagem, mas também todas as ações com as quais essas expressões estão interligadas. O conjunto resultante dessa especial imbricação entre a linguagem e as atividades a ela associadas – também designado pelos termos: ‘o jogo de linguagem’, ‘jogo de linguagem total’, ‘jogo de linguagem humano’, ‘nosso jogo de linguagem’ – constitui aquilo que o autor das *Investigações* chamou de *forma de vida* humana.

.... Ao assegurar essa necessária participação intersubjetiva dos seres humanos no desenvolvimento e efetivação das práticas linguísticas, Wittgenstein considera esse fenômeno humano como sendo um produto da atividade social dos homens. (Arruda Júnior, 2017, p. 74-75).

Conforme relatado anteriormente, a análise da linguagem, na perspectiva do segundo Wittgenstein, não pode ser separada de seu uso em contextos. Constatamos também que o significado das palavras é encontrado na maneira que utilizamos a linguagem em circunstâncias do dia a dia e que tentativas para achar definições abstratas e universais para as palavras são consideradas tarefas impossíveis. Consequentemente, essas práticas e atividades constituem o que Wittgenstein denomina de *forma de vida*. Essa noção concerne ao contexto sociocultural em que uma linguagem é utilizada e entendida. A forma de vida é um modo de compreender que o significado das palavras, termos e expressões está bastante enraizada nas práticas e nas atividades cotidianas das pessoas e comunidades. Portanto, tal noção auxilia também a explicar e esclarecer a razão por que diferentes comunidades podem apresentar interpretações e usos da linguagem tão distintos, ou seja, cada grupo de pessoa ou comunidade tem seu próprio conjunto de práticas e experiências que caracterizam a maneira como compreendem e empregam a linguagem.

Ainda sobre os jogos de linguagem, um traço característico – que já foi mencionado brevemente – assinalado por Wittgenstein é a vasta multiplicidade de jogos de linguagem e que, segundo ele (1975, p. 221), “a indizível diversidade de todos os jogos de linguagem cotidianos não nos vem à consciência porque as roupas de nossa linguagem tornam tudo igual”. No que diz respeito à tal multiplicidade dos jogos de linguagem, ele complementa que:

Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? — Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de ‘signo’, ‘palavras’, ‘frases’. E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos. [...] (Wittgenstein, 1975, p. 22).

Neste ponto, é relevante apresentar o pensamento de Searle (1992), que apesar de sua posição cética sobre a possibilidade de elaborar uma teoria formal dos discursos, ele apresenta algumas regularidades e princípios gerais sistemáticos que podem ser observados ou encontrados na estrutura das conversações. Um dentre eles é que em um diálogo ou uma conversação cada ato de discurso cria um espaço de possibilidades de atos de discurso de respostas adequadas. Assim, a perspectiva de Searle segue claramente o pensamento do segundo Wittgenstein (1958), sobretudo no que concerne à noção de jogos de linguagem. Visando aprofundar o princípio citado antes, Searle argumenta que:

Assim como num jogo um movimento cria um espaço de contramovimentos possíveis e adequados, numa conversação cada ato de fala cria um espaço de possíveis atos de fala que serão adequados como resposta ao ato de fala anterior. Os rudimentos de uma teoria do jogo conversacional poderiam consistir na tentativa sistemática de explicar de que modo certos ‘movimentos’ particulares, atos ilocucionários particulares, restringem a quantidade de possíveis respostas adequadas. A meu ver, porém, essa abordagem não nos levaria muito longe. Consideremos primeiro os casos mais favoráveis, de modo que se perceba quanto são específicos e incomuns. Refiro-me àqueles casos em que ocorrem relações sistemáticas entre determinado ato de fala e o ato de fala que lhe serve de resposta adequada. Os melhores casos são os erroneamente denominados ‘pares adjacentes’, como pergunta/resposta, saudação/saudação, oferta/aceitação ou oferta/rejeição. Se considerarmos as sequências de perguntas e respostas, veremos que são muito rígidos os conjuntos de restrições que determinam quais respostas são idealmente adequadas a uma pergunta em particular. De fato, essas restrições são tão rígidas que a estrutura semântica da pergunta determina a estrutura semântica da resposta e combina com ela. Por exemplo: se dirijo a você uma pergunta do tipo sim/não, sua resposta, se for de fato uma resposta à pergunta, deve ser uma afirmação ou uma negação do conteúdo proposicional apresentado na pergunta. [...] (Searle, 2010a, p. 297).

Outra perspectiva relevante para esse momento é a de Dascal (1992), que tem o intuito de esclarecer as críticas⁸⁶ e a posição cética de Searle ao discutir que:

⁸⁶ Para uma discussão mais aprofundada, conferir os artigos *On the Pragmatic Structure of Conversation*, de Dascal (1992) e *Conversation*, de Searle (1992).

Três tipos de teorias da conversação são criticados por Searle, embora apenas duas sejam referidas a seus verdadeiros proponentes. A primeira consiste em ver a conversação como um jogo de linguagem wittgensteiniano, onde os movimentos são atos de discurso. Cada movimento restringe o conjunto de movimentos subsequentes possíveis e apropriados. Uma pergunta requer uma resposta, uma oferta requer uma aceitação ou uma rejeição etc. Às vezes, observa Searle, tais restrições parecem ser bastante específicas, indo além da especificação do tipo apropriado de objetivo ilocucionário de contra-ataque. Por exemplo, perguntas de formas sim/não e por que⁸⁷ parecem determinar também a estrutura sintática e semântica das respostas apropriadas, e as apostas não são ‘totalmente feitas’ a menos que sejam seguidas pela aceitação do interlocutor. Casos como estes mostram não apenas que a sequência conversacional é restringida por seus atos de discurso componentes, mas também que, às vezes, apenas a sequência garante a ‘conclusão’ de um único ato de discurso. Ainda, de acordo com Searle, tais casos de sequências de atos de discurso ‘internamente relacionadas’ são bastante excepcionais e, conseqüentemente, a abordagem wittgensteiniana oferece pouco de perspectivas como meio de estender a análise que vá além da do simples ato de discurso. [...] (Dascal, 1992, p. 37, tradução nossa⁸⁸).

Por fim, retomando o pensamento de Wittgenstein (1958), destaca-se o fato de que conversar é engajar-se em atividades entrelaçadas com várias *formas de vida* sociais. De maneira geral, a forma de vida social está relacionada ao conjunto de normas, práticas, valores, contextos sociais e culturais que compõem a vida social de um grupo de pessoas ou de uma comunidade. No que concerne a isto, Vanderveken declara que:

Não podemos desvincular as significações e propósitos dos locutores em um discurso do *pano de fundo* de sua conversação que contém uma *rede aberta de estados mentais dos locutores* tais como desejos e intenções além de crenças direcionadas aos fatos do mundo assim como uma série de *habilidades e práticas* dos locutores relacionadas às suas formas de vida comuns ou herdadas de sua constituição biológica de seres humanos. [...] (Vanderveken, 2001, p. 244, tradução nossa⁸⁹).

⁸⁷ No original, *wh-questions*. Essa expressão diz respeito à forma das perguntas em inglês que utilizam palavras iniciadas por *wh*, por exemplo, *why* (por que), *what* (o que), *where* (onde) e assim por diante.

⁸⁸ No original: “Three kinds of theories of conversation are criticized by Searle, though only two are referred to their actual proponents. The first consists in viewing conversation as a Wittgensteinian language game, where the moves are speech acts. Each move constrains the set of possible and appropriate ensuing moves. A question requires an answer, an offer requires an acceptance or a rejection, etc. Sometimes, Searle observes, such constraints seem to be quite specific, going beyond the specification of the appropriate kind of illocutionary point of the countermove. For example, yes/no and wh-questions seem to establish also the semantic and syntactic structure of appropriate answers, and bets are not even ‘fully made’ unless followed by the hearer’s acceptance. Cases such as the latter show not only that the conversational sequence is constrained by its component speech acts, but also that sometimes only the sequence ensures the ‘completion’ of a single speech act. Yet, according to Searle, such cases of ‘internally related’ sequences of speech acts are rather exceptional, and consequently the Wittgensteinian approach yields little prospect as a way of extending the analysis beyond the single speech act. [...]”

⁸⁹ No original: “One cannot dissociate the meanings and purposes of speakers in a discourse from the background of their conversation which contains an open network of mental states of speakers such as desires, intentions as

Considerando o que foi apresentado acima, na perspectiva de Wittgenstein (1958) e de Searle (1992) é impossível realizar uma descrição teórica que descreva sistematicamente e exaustivamente a estrutura das formas de vida possíveis ou do pano de fundo conversacional. Pois, como argumenta Vanderveken (2001, p. 244), tais tentativas de descrição “nunca poderiam parar e nos levaria à uma regressão *ad infinitum*”⁹⁰. Como Vanderveken vai sobrepor essa e outras dificuldades, elencadas por Searle (1992), que supostamente impedem a elaboração de um aparelho teórico-formal e geral das conversações ou discursos inteiros, será o objeto do próximo capítulo.

Dando seguimento ao plano deste capítulo, iremos nessa próxima seção, após termos introduzido as noções de *jogos de linguagem* e de *formas de vida*, na perspectiva de Wittgenstein, apresentar e analisar, as principais objeções de Searle contra o projeto de elaborar uma teoria formal das conversações.

2.2 OS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS APRESENTADOS POR SEARLE

Levando em consideração as explicações apresentadas até o presente momento da nossa investigação, observamos que, desde Austin (1962) até o final da década de 1990, a TAD se consagrou, sobretudo, ao estudo dos atos ilocucionários de primeiro nível. No entanto, tal teoria negligenciou a análise da estrutura dos discursos inteiros que os agentes, isto é, os locutores e interlocutores, conduzem ao conversar. A fim de preencher essa lacuna, Vanderveken se propôs responder ao questionamento, já mencionado na introdução do presente capítulo, qual seja: “Poderíamos enriquecer a atual teoria dos atos de discurso para desenvolver uma teoria do discurso mais geral, mas igualmente poderosa? Poderíamos fazer uma tipologia razoável das conversações e analisar adequadamente suas condições de sucesso e de satisfação?” (2001, p.

well as beliefs directed at facts of the world as well as a series of speakers' abilities and practices relating to their common forms of life or coming from their biological constitution of human beings. [...]”

⁹⁰ Sobre essa impossibilidade, Wittgenstein (1975, p. 221) defende que “a indizível diversidade de todos os jogos de linguagem cotidianos não nos vem à consciência porque as roupas de nossa linguagem tornam tudo igual”. O comentário seguinte, sobre essa passagem, enfatiza a ideia de Wittgenstein compartilhada por Searle de que “há incontáveis maneiras pelas quais a linguagem se entrecruza com as ações humanas e dos inúmeros detalhes que podem ser encontrados nas *circunstâncias* em que se dão as práticas linguísticas, que a perspectiva pragmática defende a ideia de que os *jogos* que constituem a linguagem são muito variados.” (Arruda Júnior, 2017, p. 75).

243. Ver o texto original, na nota n. 83 acima). Vejamos abaixo como Searle responde ao questionamento levantado por Vanderveken⁹¹:

Poderíamos construir uma explicação da conversação semelhante àquela de que dispomos para os atos de fala? Poderíamos, por exemplo, construir uma explicação que nos fornecesse as regras constitutivas da conversação, assim como conhecemos as regras constitutivas dos atos de fala? Minha resposta é ‘não’. Mas podemos dizer algo sobre a conversação, podemos ter intuições instigantes sobre sua estrutura. (Searle, 2010a, p. 296).

É assim que Searle, influenciado pelo pensamento do segundo Wittgenstein (1958), expressa explicitamente a ideia de que é impossível construir um aparelho teórico-formal sobre as conversações que se assemelhe à TAD, ou seja, que fosse capaz de explicar e especificar as regras constitutivas dos discursos inteiros da mesma forma que a TAD faz para os atos ilocucionários de primeiro nível. Essa posição de Searle foi considerada por Vanderveken como sendo um tipo de ceticismo.

Vanderveken, em seu artigo *Illocutionary Logic and Discourse Typology* (2001, p. 243-245), enfrenta e supera o ceticismo de Searle, que mais se parece com um desafio lançado ao autor de *Meaning and Speech Acts*. Nesse artigo, Vanderveken expõe os principais obstáculos⁹² apontados por Searle e responde de forma objetiva e bastante clara a cada um deles⁹³. Convidamos agora aos leitores para acompanhar a evolução dessa discussão entre eles. Vamos organizar a apresentação dos argumentos e contra-argumentos de ambos, sobre a tal questão, sob a forma de uma simulação de uma conversação entre ambos. A sequência das intervenções feitas, por Searle e Vanderveken, sobre essa questão específica, foi escolhida pelo mediador e apresentador delas, isto é, o presente autor deste trabalho, que faz observações sobre o conteúdo de cada intervenção. A proposta de construir uma tal simulação de conversação é a de trazer para um mesmo lugar as várias contribuições feitas por Searle e Vanderveken. ao longo dos

⁹¹ Vale destacar, no entanto, que uma questão semelhante foi abordada por Searle em seu artigo *Conversation* (1992), publicado alguns anos antes do artigo de Vanderveken.

⁹² Seguirei aqui os principais obstáculos que constituem a posição cética de Searle (1992), observados por Vanderveken (2001), além dos comentários deste autor sobre as noções de pano de fundo conversacional (*background*) e de intencionalidade coletiva. Vale destacar que um desses obstáculos já foi evidenciado anteriormente, a saber, a perspectiva de Wittgenstein e de Searle acerca da impossibilidade de realizar uma descrição teórica exaustiva da estrutura das formas de vidas e do *background* conversacional (Conferir a página 77 do presente trabalho).

⁹³ A superação do desafio, lançado por Searle, e a apresentação dos princípios gerais que fundam a teoria formal geral dos discursos, elaborada por Vanderveken, serão abordados, mais especificamente, no próximo capítulo do presente trabalho.

anos⁹⁴. Assim, vamos ilustrar as contribuições de Searle e Vanderveken à discussão, apresentando as intervenções de cada um deles enquanto participantes de uma conversação que serão representados por S e V, respectivamente. A ordem de apresentação de suas intervenções no decurso dessa simulação de conversação corresponde à ordem cronológica que elas foram apresentadas nos artigos dos dois participantes. Além de Searle e Vanderveken há também um outro participante desse jogo discursivo que tem o papel de apresentar: os participantes principais; suas contribuições sobre o tema; a ordem na qual elas ocorreram; o contexto das intervenções. Esse mediador, representado como B, introduz observações que precedem cada uma das intervenções de Searle e Vanderveken concernindo à dinâmica, conteúdo e tom delas. Elas estão notificadas como observações de B. Desse modo, I1S serve para designar a intervenção 1 de Searle; I1V serve para designar a intervenção 1 de Vanderveken; O1B serve para designar a observação 1 de Igor Barbosa.

O1B: Mencionamos acima que Searle, no seu artigo *Conversation*, afirma ter algo a dizer sobre as conversações. Vejamos agora o que ele disse sobre isso. A intervenção abaixo, constitui a intervenção 1 que foi feita por de Searle e iniciou e determinou o tema dessa presente simulação de conversação.

I1S: “o primeiro princípio a reconhecer (e trata-se de coisa óbvia) é que, num diálogo ou numa conversação, cada ato de fala cria um espaço de possibilidades no qual determinados atos de fala se configurarão como respostas adequadas.” (2010a, p. 296).

O2B: É bom ressaltar aqui a observação que Vanderveken (2001, p. 243) faz sobre essa fala de Searle. Segundo Vanderveken, Searle admite, mesmo não especificando, que certas regras devem ser seguidas a fim de conduzir com sucesso diversos tipos de conversação. Ele explica que uma dessas regras básicas da condução de um discurso é que todo ato de discurso, realizado em um determinado tempo, em um diálogo, delimita, de maneira geral, o conjunto de atos

⁹⁴ O artigo de Searle (1992) – traduzido para o português em 2010 por Plínio J. Smith – e o de Vanderveken (2001) foram publicados em anos diferentes, o que significa que há um hiato temporal entre os argumentos e ideias apresentadas pelos autores. Todavia, optamos por apresentar as análises de ambos os autores, em seus respectivos artigos, estruturando as intervenções como sendo uma sequência de contribuições em uma conversação, ou seja, um tipo de diálogo cujos participantes são os dois autores, a saber, Searle e Vanderveken. Observa-se que Vanderveken, em seu artigo de 2001, apresenta, de maneira simplificada, os argumentos que constituem o ceticismo de Searle assim como ele expõe cada um de seus próprios contra-argumentos. A fim de evidenciar e aprofundar a nossa compreensão acerca do ceticismo de Searle, decidimos utilizar o seu artigo de 1992, preservando assim seu discurso e informações originais. Dessa maneira, justifica-se a utilização da proposta de uma conversação entre Searle (que introduz os argumentos que constituem a sua posição cética, apresentada no artigo mencionado) e Vanderveken (que responde a Searle apresentando seus contra-argumentos a fim de refutar os argumentos de Searle).

ilocucionários possíveis que são respostas adequadas, nesse diálogo, para o ato anterior. Vejamos abaixo algumas de suas observações que Vanderveken apontou sobre essa observação de Searle (1992):

IIV: “Mesmo quando há relações sistemáticas entre um ato de discurso e suas possíveis réplicas, tal como é o caso entre as perguntas e suas respostas, as restrições ou limitações discursivas são menos fortes do que se expectaria. Logo, a forma das respostas adequadas possíveis para questões pode não corresponder à estrutura de seu conteúdo proposicional. Ademais, um locutor pode constantemente mudar o assunto de uma conversação ou mesmo realizar um ato de discurso inapropriado que não tem nada a ver com o que foi dito antes sem *eo ipso* violar uma regra constitutiva da conversação que pode continuar com sucesso. Assim, a óbvia irrelevância, fracasso, defeito ou insatisfação de atos ilocucionários particulares, em determinados momentos de tempo, em uma conversação, não necessariamente interrompem essa conversação ou impedem que ela seja bem-sucedida”.⁹⁵ (2001, p. 243, tradução nossa⁹⁶).

O3B: Observa-se que a principal hipótese que fundamenta a posição cética de Searle diz respeito à razão pela qual as conversações não são providas de uma estrutura interna, pois, enquanto tais, elas não têm um objetivo ou um propósito particular. Em contrapartida, todo ato ilocucionário é provido de um objetivo ilocucionário que lhe é interno que o torna um ato de tal tipo; no que se refere à sua natureza própria. De acordo com o pensamento de Searle (2010a, p. 318), é devido ao fato da existência de objetivos ilocucionários que “nos permite construir uma taxonomia bem definida dos diferentes tipos de atos ilocucionários”. Ao expor que as conversações não têm objetivos ou propósitos que são internos a elas, ele esclarece que:

I2S.: “No caso de um ato de fala, sabemos o que é necessário para que sejam satisfeitas suas condições de êxito e completude; mas, no caso de uma sequência de atos de fala numa conversação, ainda não sabemos o que é preciso para garantir uma continuidade pertinente. Para isso, temos de conhecer algo que por ora deve ser considerado externo à sequência, a saber,

⁹⁵ Outros casos que servem para exemplificar tais relações sistemáticas são os erroneamente chamados de “pares adjacentes”, tais como saudação/saudação, oferta/aceitação, oferta/negação.

⁹⁶ No original: “... Even when there are systematic relations between a speech act and its possible replies, as is the case between questions and their answers, the discursive constraints are much less strong than one would expect. Thus, the form of possible appropriate answers to questions may not correspond to the structure of their propositional content. Moreover, a speaker may often change the subject of a conversation or even perform an inappropriate speech act which has nothing to do with what has been said before without *eo ipso* violating a constitutive rule of the conversation which can continue successfully. Thus, the obvious irrelevance, failure, defectiveness or unsatisfaction of particular illocutionary acts at certain moments of time in a conversation do not necessarily interrupt that conversation or prevent it from being successful.”.

seu propósito. Mas o simples fato de se tratar de uma conversação não determina até aqui um propósito específico, porque as conversações como conversações não têm um propósito equivalente àquele que rege certos tipos de atos de fala como atos de fala desse tipo. As afirmações, as perguntas e comandos, e esses propósitos se incorporam em suas condições essenciais. Mas as conversações não têm uma condição essencial que lhes determine um propósito. Em relação a um propósito conversacional, uma enunciação numa sequência pode ser pertinente; em relação a outro, pode ser impertinente.” (Searle, 2010a, p. 305).

O4B: Na intervenção de Searle, podemos observar que ele chama a atenção sobre a continuidade e a pertinência dentro de uma sequência de atos de discurso em uma conversação, ressaltando a dificuldade para identificar um objetivo interno às conversações, diferente do caso dos atos ilocucionários que são providos de um objetivo interno à sua força. Na perspectiva de Searle, a fim de assegurar a continuidade e a relevância de uma conversação, devemos ter uma compreensão mais ampla sobre os objetivos que os locutores e interlocutores têm em um diálogo, pois tais objetivos podem variar e mudar ao longo da conversação o que torna a determinação de relevância e de pertinência um problema. Vejamos agora como Vanderveken responde a essa observação de Searle:

I2V.: “Ao contrário dos atos ilocucionários que são sempre providos de um objetivo interno à sua força, as conversações, de acordo com Searle, não têm um objetivo ou propósito que é interno a elas *qua* conversações. Por esta razão, as análises que Grice, Sperber e Wilson e outros fizeram da máxima de relevância dificilmente poderiam levar a uma teoria da conversação. A relevância de um ato ilocucionário, em um momento de enunciação, é essencialmente dependente do objetivo específico dos participantes, na conversação, nesse momento. Ora, tais objetivos podem mudar, arbitrariamente, no decurso de uma conversação. Ao realizar uma enunciação, em um certo momento, um locutor pode ter um novo objetivo que é bastante diferente do objetivo previamente existente da conversação. Consequentemente, o requisito de relevância de Grice impõe relativamente poucas restrições sobre a estrutura apropriada de um grande número de conversações.” (2001, p. 243-244, tradução nossa⁹⁷)

⁹⁷ No original: “*unlike illocutionary acts which are always provided with a point internal to their force, conversations according to Searle do not have a point or purpose which is internal to them qua conversations. For this reason, the analysis that Grice, Sperber and Wilson and others have made of the maxim of relevance could hardly lead to a theory of conversation. The relevance of an illocutionary act at a moment of utterance is essentially dependent on the specific purposes of the participants in the conversation at that moment. Now such purposes can change arbitrarily in the course of a conversation. In making an utterance at a certain moment a speaker may have a new purpose which is quite different from the previously existing purpose of the conversation.*”

O5B: Apesar do pessimismo de Searle quanto a determinados modos de explicar a conversação, ele acredita que é possível apresentar explicações teóricas da estrutura das conversações ou propor alguns elementos relevantes e sugestivos nesse contexto. Na perspectiva de Searle, há dois traços essenciais para a compreensão da conversação ou discurso em geral, saber, a intencionalidade coletiva e o pano de fundo conversacional (*background*). Esses dois traços serão abordados de maneira mais aprofundada posteriormente. Todavia, neste momento, é necessário explicitar a importância da intencionalidade coletiva nas conversações. Searle (2010a, p. 320) reconhece que “as conversações implicam uma intencionalidade compartilhada. Elas são um paradigma de comportamento coletivo”. Para ele, a intencionalidade compartilhada não se restringe a uma conjunção de estados intencionais individuais sobre os estados intencionais de outra pessoa. Vejamos abaixo como Searle enfatiza a importância da intencionalidade coletiva nas conversações:

I3S.: “O fenômeno do comportamento coletivo compartilhado é um fenômeno social autêntico e está na base de muitos comportamentos sociais. Não enxergamos esse fato porque nos ofuscam os artifícios analíticos tradicionais, que tratam toda intencionalidade estritamente como uma questão do indivíduo. Creio que o reconhecimento da intencionalidade compartilhada e de suas implicações é um dos conceitos básicos de que carecemos para entender como funcionam as conversações. A ideia de que a intencionalidade compartilhada pode ser inteiramente definida em razão de crenças complexas e outros estados intencionais conduz a essas explicações incorretas do significado, segundo as quais precisamos dispor de um número muito grande de intenções para realizar atos de fala simples como dizer “Adeus”, pedir mais uma bebida ou dizer “olá” a alguém na rua. São necessários, é claro, alguns estados intencionais; mas a explicação da intencionalidade individual torna-se bem mais simples quando percebemos que nos comportamentos coletivos, como as conversações, a intencionalidade individual deriva da coletiva. De acordo com o padrão de análise aqui proposto, quando duas pessoas se cumprimentam e entabulam uma conversação, elas iniciam uma atividade conjunta e não duas atividades individuais paralelas.” (Searle, 2010a, p. 321-322).

Consequently, Grice's requirement of relevance imposes relatively few constraints on the proper structure of a large number of conversations.”.

O6B: Portanto, se o que Searle está propondo estiver correto, a intencionalidade compartilhada ou coletiva trata-se de uma noção que será necessária para a análise das conversações. Sobre isso, Vanderveken esclarece que:

I3V: “As conversações são, por natureza, ações conjuntas de vários agentes que, em turnos, realizam suas enunciações sucessivas com a intenção de atingir objetivos comuns. Como Searle apontou, a intencionalidade comum aos protagonistas de uma conversação é uma *intencionalidade coletiva* que não é redutível à soma de suas intenções individuais na primeira pessoa e ao seu conhecimento mútuo do pano de fundo conversacional. É claro, todos os locutores e interlocutores de uma conversação são dotados com uma série de estados mentais pessoais individuais que eles, às vezes, expressam verbalmente ao falar. No entanto, quando dois locutores participam de uma conversação, ambos realizam uma atividade linguística conjunta e não duas atividades individuais distintas. Algumas de suas intenções individuais podem diferir. Portanto, em uma discussão teórica, um locutor pode argumentar a favor e outro locutor argumentar contra uma determinada tese em questão. Porém, tais intenções individuais distintas são partes da mesma intenção coletiva compartilhada, de ordem superior, de descrever juntos como os objetos são no mundo”. (2001, p. 244, tradução nossa⁹⁸).

O7B: Vamos concluir esse exemplo de jogo discursivo (uma conversação entre Searle e Vanderveken) resumindo as ideias defendidas por eles cujo quadro abaixo serve para ilustrar.

SEARLE	VANDERVEKEN ⁹⁹
Argumento 1: É impossível realizar uma descrição teórica sistemática e exaustiva da	Argumento 1: É impossível construir uma teoria de todos os jogos de linguagem, porém é possível determinar os tipos de discurso

⁹⁸ No original: “Conversations are by nature joint actions of several agents who in turn make their successive utterances with the intention of achieving common goals. As Searle points out, the intentionality common to the protagonists of a conversation is a collective intentionality that is not reducible to the sum of their individual intentions in the first person and to their mutual knowledge of the conversational background. Of course, all the speakers and hearers of a conversation are endowed with a series of personal individual mental states which they sometimes express verbally in speaking. However, when two speakers participate to a conversation, they both perform a joint linguistic activity and not two distinct individual activities. Some of their individual intentions may differ. Thus, in theoretical discussion, one speaker can argue for and the other speaker against a certain thesis in question. However, such different individual intentions are part of the same, higher order, shared collective intention of describing together how objects are in the world.”.

⁹⁹ Todos os argumentos e ideias de Vanderveken descritos no quadro serão aprofundados no próximo capítulo da presente dissertação, em que também iremos apresentar os contra-argumentos de Vanderveken sobre o ceticismo de Searle e como ele supera cada um dos argumentos que constitui seu ceticismo.

<p>estrutura das formas de vida possíveis ou do pano de fundo conversacional (<i>background</i>);</p>	<p>cujo objetivo é puramente linguístico. A tarefa própria à teoria lógica do discurso – pragmática geral do discurso – é, portanto, mais restrita. Ela analisa somente a estrutura lógica das conversações cujo tipo é determinado pelo objetivo discursivo que lhe é interno, isto é, lhe é próprio.</p>
<p>Argumento 2: Em uma conversação, cada ato de discurso, realizado em um determinado tempo durante o decurso do diálogo, cria e limita, em geral, o conjunto de atos ilocucionários possíveis que são réplicas adequadas na conversação para esse ato;</p>	<p>Argumento 2: A forma das respostas adequadas possíveis nem sempre seguem a estrutura de seu conteúdo proposicional. Um locutor pode mudar o tema (o assunto) de uma conversação ou até realizar um ato de discurso inapropriado, isto é, irrelevante, sem violar uma regra constitutiva própria da conversação que pode continuar com sucesso. Portanto, a irrelevância, defeito ou insatisfação de certos atos ilocucionários particulares não necessariamente interrompem o curso da conversação ou a impede de ser bem-sucedida.</p>
<p>Argumento 3: Diferentemente dos atos ilocucionários de primeiro nível, que são sempre providos de um objetivo interno à sua força, os atos ilocucionários de nível superior ou conversações não têm um objetivo que é interno a elas;</p>	<p>Argumento 3: A relevância de um ato ilocucionário, em um momento de enunciação, é essencialmente dependente do objetivo específico dos participantes, na conversação, nesse momento. Esses objetivos podem mudar, de um momento para outro, no decurso de uma conversação. Logo, o requisito de relevância de Grice impõe poucas restrições sobre a estrutura</p>

	apropriada de um grande número de conversações. ¹⁰⁰
Argumento 4: A intencionalidade comum aos protagonistas de uma conversação é uma intencionalidade coletiva que não é redutível à soma de suas intenções individuais, na primeira pessoa, e ao seu conhecimento mútuo do pano de fundo conversacional (<i>background</i>).	Argumento 4: As conversações são ações conjuntas de vários agentes que em turno realizam suas enunciações sucessivas com a intenção de contribuir para atingir objetivos comuns. Quando dois locutores participam de uma conversação, eles realizam uma atividade linguística conjunta e não duas atividades individuais distintas. É claro que algumas de suas intenções podem diferir. Contudo, tais intenções individuais distintas são partes da mesma intenção coletiva compartilhada, que é de ordem superior.

A partir dos comentários de Vanderveken, expostos acima, percebemos que o próprio Searle reconhece que os obstáculos e considerações expressas por ele acerca do discurso não se trata realmente de uma demonstração de impossibilidade de enriquecer a TAD a fim de desenvolver uma teoria geral das conversações. Todavia, tais obstáculos podem ser considerados como uma maneira de expor as dificuldades intrínsecas à uma pesquisa e elaboração, de caráter teórico-formal, sobre os discursos inteiros. Segundo Vanderveken (2001), o pano de fundo conversacional e a intencionalidade coletiva são indispensáveis às teorias pragmáticas e semânticas atuais dos atos de discurso. No entanto, como ele bem ressalta, Searle não questiona essas teorias bem estabelecidas e consagradas. Portanto, Vanderveken (2001, p. 244, tradução nossa¹⁰¹) considera que “ainda se pode esperar ter sucesso ao enfrentar o desafio de Searle no que diz respeito à possibilidade de elaborar uma teoria da conversação”.

¹⁰⁰ Como veremos no Capítulo 3 do presente trabalho, na teoria geral formal do discurso, elaborada por Vanderveken, há somente quatro objetivos discursivos possíveis que os locutores podem tentar atingir, no decurso de uma conversação, a saber: o objetivo descritivo, o deliberativo, o declaratório e o expressivo.

¹⁰¹ No original: “one can still hope to succeed in meeting Searle’s challenge with regard to the possibility of elaborating a theory of conversation.”

Conforme mencionado previamente, abordaremos, de maneira mais detalhada, as noções de pano de fundo conversacional (*background*) e de intencionalidade coletiva, respectivamente.

2.2.1 Acerca do pano de fundo conversacional (*background*)

Vimos que a noção de pano de fundo conversacional (*background*), tanto para Searle como para Vanderveken, é necessária para compreender e explicar as conversações e, de certa maneira, a linguagem em geral¹⁰². Em seu projeto para desenvolver uma teoria da intencionalidade¹⁰³, Searle (1995, p. 198) apresenta a seguinte definição para o pano de fundo conversacional: “um conjunto de capacidades mentais não-representacionais que permite a ocorrência de toda representação”. Nessa análise, ele argumenta que os estados intencionais são apenas aqueles que têm condições de satisfação que possuem e, por conseguinte, somente aqueles estados que são fundamentados sobre um pano de fundo conversacional de capacidades, que não são estados intencionais em si mesmos. Assim, de acordo com Searle (1995), a fim de que uma pessoa tenha os estados intencionais que tem, é necessário ter certos tipos de saber prático (saber-como), isto é, é preciso saber tanto como as coisas são quanto saber como fazer as coisas. No entanto, deve-se observar que esses tipos de saber-como (*know-how*) que Searle está se referindo não são formas de saber-que (*know-what*), em tais casos¹⁰⁴.

Considerando o que foi evidenciado acima, Searle (2010a), apesar de sua posição cética quanto a possibilidade de elaborar uma teoria formal dos discursos inteiros, apresenta algumas noções que são fundamentais para a compreensão da conversação. Uma delas é o pano de fundo

¹⁰² A semântica, na ótica de Vanderveken (2013), deve levar em consideração além dos agentes do discurso (locutor/interlocutor), do momento e lugar de cada possível contexto de enunciação, o *background* conversacional, ou seja, as formas comuns de vida, enunciados precedentes, fatos que são dados como certos ou verdadeiros e atitudes compartilhadas dos interlocutores.

¹⁰³ Ver a obra *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*, Cambridge University Press, 1983.

¹⁰⁴ Searle (1995, p. 198-199) dá o seguinte exemplo a fim de clarificar a diferença entre a capacidade representativa e a não representativa e porque esta fundamenta a primeira: “Pensemos no que é necessário, no que deve ocorrer, para que eu possa agora passar a ter a intenção de ir até a geladeira e apanhar uma garrafa de cerveja gelada para beber. Os recursos biológicos e culturais a que devo apelar para essa tarefa, até para passar a ter a intenção de realizá-la, são (considerados sob uma determinada perspectiva) verdadeiramente estonteantes. Mas sem esses recursos eu não poderia, absolutamente, passar a ter a intenção: levantar-me, andar, abrir e fechar portas, manipular garrafas, copos, geladeiras, abrir, servir e beber. Normalmente, a ativação dessas capacidades envolveria apresentações e representações, por exemplo, preciso ver a porta para poder abri-la, mas a capacidade de reconhecer a porta e a capacidade de abri-la não são, em si mesmas, outras representações. São essas capacidades não-representacionais que constituem o *background*”.

conversacional. Antes de esclarecermos a definição de pano de fundo conversacional – doravante *background* – de Searle vejamos um exemplo proposto por ele que será necessário para desenvolver e compreender tal noção:

‘George Bush pretende candidatar-se a presidente.’ Para entender essa frase até o fim e, por conseguinte, para entender um ato de fala realizado na enunciação dessa frase, não basta que tenhamos uma porção de conteúdos semânticos colados uns nos outros. Mesmo que cheguemos assim a uni-los em conteúdos semânticos de grande extensão, isso não será suficiente. O que precisamos saber para entender essa frase são informações como as de que os Estados Unidos são uma república, de que as eleições presidenciais se realizam a cada quatro anos, de que nessas eleições concorrem candidatos dos dois maiores partidos da república e de que o candidato que obtém a maioria dos votos se torna presidente. E assim por diante. A lista não tem fim, e não podemos afirmar que todos os seus itens são absolutamente essenciais para o entendimento da frase, porque, por exemplo, poderíamos entendê-la muito bem mesmo sem nada saber sobre o colégio eleitoral. Mas não há como inserir toda essa informação no significado da palavra presidente. Em ‘George Bush pretende candidatar-se a presidente’, ela significa o mesmo que em ‘Mitterrand é o presidente da França’. A palavra ‘presidente’ não tem ambiguidade léxica; no entanto, o tipo de conhecimento que precisamos ter para entender essas duas enunciações não coincide. (Searle, 2010a, p. 322-323).

Dessa maneira, identificamos outra noção, bastante relevante no pensamento de Searle, a saber, a *rede* (*network*). A rede – doravante *network* – diz respeito a toda rede de conhecimentos, crenças, pressuposições e opiniões. Logo, o *background* está relacionado com uma variedade de conjuntos de aptidões, habilidades, maneira de lidar com as coisas, práticas culturais, modos de comportamento e conhecimento geral de natureza biológica e sociocultural. Assim, sobre a importância do *background* Searle diz que:

Toda interpretação semântica, como aliás toda intencionalidade, funciona não só perante uma rede de crenças e outros estados intencionais, mas também mediante um *background* que não consiste num conjunto de conteúdos proposicionais, e sim em pressuposições que são, por assim dizer, pré-intencionais ou pré-proposicionais. (Ibid., p. 324).

Além disso, ressalta-se que o *background* também é fundamental para a compreensão da conversação devido ao papel que ele desempenha na determinação da pertinência conversacional. De maneira geral, a pertinência está relacionada ao objetivo ou propósito da conversação. Considerando o que foi descrito sobre a noção de *background*, é possível agora aprofundar a explicação noção de pertinência. Na perspectiva de Searle (2010a, p. 329), ao

compreendermos que “o propósito em si e aquilo que constitui a pertinência relativa a esse propósito dependerão dos *backgrounds* compartilhados pelos participantes”. Todavia, não é possível estabelecer uma explicação objetiva para o termo “pertinente” ao considerar apenas a conversação. Um dos motivos para essa impossibilidade é o que os agentes da conversação consideram como sendo pertinente ou que é reconhecido enquanto tal, pois é sempre concernente ao aparato cognitivo que tais agentes correlacionam com a própria conversação. Logo, o que é pertinente na conversação está sempre relacionado ao *background* e à *network*.

Vanderveken (2001) observa que, na perspectiva de Searle, o conteúdo proposicional da maioria dos atos ilocucionários determina apenas as condições de verdade, sobre a base de práticas e pressuposições que concernem ao *background*. Visando esclarecer esse argumento, consideremos o seguinte caso apresentado por Vanderveken:

O pedido expresso ao dizer ‘Por favor, corte a grama!’, suas condições de satisfação são dependentes das formas de vida subjacentes à conversação do locutor e interlocutor. Se o objetivo do locutor é estético (ele quer que o gramado em sua casa seja cortado como o de seus vizinhos para torná-lo mais bonito), o interlocutor faria melhor se cortasse a grama usando um cortador de grama. Porém, se a forma de vida compartilhada subjacente à conversação é diferente (o objetivo do locutor é vender o gramado para vizinhos que perderam o seu por causa da seca), o interlocutor deveria transplantar o gramado a fim de conceder o pedido do locutor. (Vanderveken, 2001, p. 244. Tradução nossa¹⁰⁵).

Isso justifica porque a própria análise das noções fundamentais de satisfação e de verdade, no âmbito da TAD, necessita de uma referência ao *background*. No campo da pragmática, quando o propósito é investigar a significação não-literal de enunciações, considerar o *background* é indispensável. De acordo com Vanderveken (2001, p. 244-245, tradução nossa¹⁰⁶), todo intérprete tem o dever de “reconhecer fatos do *background* conversacional que impedem o locutor de falar literalmente, se caso ele respeita as máximas conversacionais”. Ao contrário do que se verifica na teoria dos atos ilocucionários isolados, desenvolver uma teoria formal geral adequada da conservação, é preciso reconhecer a

¹⁰⁵ No original: “The request expressed by saying ‘Please, cut the grass!’ Its conditions of satisfaction are dependent on the forms of life underlying the conversation of the speaker and hearer. If the speaker’s purpose is esthetical (he wants the lawn at home to be mowed just like his neighbors to make it more beautiful), the hearer would do better to cut the grass using a lawn mower. But if the shared form of life underlying the conversation is different (the speaker’s purpose is to sell the lawn to neighbors who have lost their own because of drought), the hearer should transplant the lawn in order to grant the speaker’s request. [...]”

¹⁰⁶ No original: “recognize facts of the background which prevent the speaker from speaking literally if he respects the conversational maxims.”

indispensabilidade de descrever o *background* de forma abundante e abrangente. Entretanto, como ressalta Vanderveken (2001, p. 245), o fato de que uma teoria formal geral da conversação exige uma descrição mais rica do *background*, isso não implica introduzir um limite teórico novo que não pode ser ultrapassado.

2.2.2 Sobre a intencionalidade coletiva

A abordagem de Searle (2010a) sobre as conversações exige considerar a intencionalidade coletiva ou compartilhada¹⁰⁷, pois ela é um traço paradigmático de todo comportamento coletivo. Como ele disse (ver citação na seção 2.2, p. 82, do presente trabalho), o comportamento coletivo compartilhado é um fenômeno social autêntico que está na base de muitos comportamentos sociais. Na sua abordagem (Ibid., p. 322): “quando duas pessoas se cumprimentam e entabulam uma conversação, elas iniciam uma atividade conjunta e não duas atividades individuais paralelas”. Assim, na ótica de Searle, a relevância da intencionalidade coletiva e de suas implicações concerne à compreensão de como as conversações ocorrem.

Quando Vanderveken (2013) elaborou os fundamentos da pragmática formal do discurso, ele ressaltou a importância de analisar a natureza das atitudes e ações coletivas, tanto no campo da filosofia da mente quanto no da filosofia da ação, da mesma maneira que Searle (1990, 2010b) e Tuomela (1988, 2005) procederam. Como veremos no próximo capítulo do presente trabalho, Vanderveken defende que as conversações providas de um objetivo discursivo são *ilocuções conjuntas*, cuja condução requer tanto uma intencionalidade coletiva constitutiva específica quanto a cooperação entre os interlocutores (cooperação de ação). Assim, para conduzir em conjunto um tipo de discurso, os protagonistas da conversação devem compartilhar a intenção comum de conduzir tal tipo de discurso. Vanderveken (2013) aponta que utilizando sua lógica das atitudes proposicionais¹⁰⁸, elaborada em 2008, sua teoria lógica

¹⁰⁷ A noção de intencionalidade coletiva, empregada por Searle, não deve ser confundida com a noção de intencionalidade iterativa tratada por Schiffer (1972) e Lewis (1969). A intencionalidade iterativa implica a noção de “conhecimento mútuo” (*mutual knowledge*). Segundo Searle (2010a), essa perspectiva tende a reduzir o aspecto compartilhado em uma sequência iterativa, ou melhor, em uma sequência infinita de estados cognitivos reiterados acerca do outro parceiro da conversação. Portanto, de acordo com ele, tal análise distorce os fatos, pois a intencionalidade compartilhada não concerne apenas a uma conjunção de estados intencionais individuais sobre os estados intencionais de outra pessoa.

¹⁰⁸ Para uma discussão mais aprofundada, ver o artigo de Vanderveken, *A General Logic of Propositional Attitudes*, In *Dialogues, Logics and Other Strange Things*, Dégrémont, Keiff e Rückert (orgs.), College Publications, 2008.

da pragmática do discurso é capaz de analisar o modo psicológico das intenções coletivas. Vejamos como ele próprio especifica as condições que devem ser satisfeitas para que haja uma ação coletiva:

Nós compartilhamos a intenção comum de realizar uma ação coletiva com alguém quando cada um tem a intenção de que *nós realizemos* juntos essa ação (esta é uma condição especial do conteúdo proposicional), fazendo cada um a sua parte individual nessa ação (modo especial de cooperação volitiva) e, além disso, ambos pressupomos e acreditamos compartilhar essa intenção de sermos capazes de executá-la. (2013, p. 66. Tradução nossa¹⁰⁹).

Vamos agora apresentar alguns pontos fundamentais das abordagens de Searle (1990) e de Tuomela (2005), respectivamente. Searle publicou um artigo nomeado *Collective Intentions and Actions* (1990), em que ele aponta que o comportamento intencional coletivo é “um fenômeno primitivo que não pode ser analisado como mera soma dos comportamentos intencionais individuais.” (2010a, p. 143). Em outras palavras, as atitudes e ações coletivas não são redutíveis à soma de atitudes e ações individuais. Como observamos na seção 2.2.1 (sobre o *background*), Searle toma como pressuposto que toda intencionalidade, quer coletiva ou individual, requer um *background* pré-intencional de capacidades mentais não-representacionais¹¹⁰. Além disso, é relevante ressaltar que Searle (Ibid.) faz uma crítica à análise da intencionalidade coletiva realizada por Tuomela e Miller (1988). Nesse artigo, Searle apresenta cinco teses. Porém, iremos apresentar apenas a segunda tese para não extrapolar os limites de nossos objetivos, no presente trabalho. Essa tese consiste em uma crítica que ele faz a Tuomela e Miller: “As intenções-nós não podem ser analisadas como conjuntos de intenções-eu, nem mesmo conjuntos de intenções-eu suplementadas por crenças, inclusive crenças recíprocas, sobre as intenções dos outros membros do grupo.” (Searle, 2010a, p. 148).

Searle considera que muitos filósofos poderiam concordar com a ideia de que o comportamento coletivo é um fenômeno autêntico. Entretanto, o problema reside na maneira

¹⁰⁹ No original: “We share the common intention to perform a collective action with someone else when each of us intends that we perform together that action (this is a special propositional content condition) by doing each our individual part in that action (special volitive mode of cooperation) and moreover we both presuppose and believe to share that intention and to be able to execute it.”

¹¹⁰ Searle (2010a, p. 144) explica que “o funcionamento dos fenômenos representados pela notação exige um conjunto de fenômenos que não podem ser por ela representados”. A notação à qual ele se refere é a $S(p)$, em que S representa o estado psicológico e p o conteúdo proposicional, isto é, o conteúdo que determina as condições de satisfação do estado mental ou atitude proposicional.

como esse fenômeno pode ser analisado. Há várias correntes e tradições que estudam esse assunto. Uma delas é a corrente empirista que tende a reduzir esses fenômenos a um conjunto de intenções individuais. Sobre essa inclinação empirista, Searle (2010a, p. 149) detalha que aqueles (Tuomela e Miller, por exemplo) que a defendem “consideram que as intenções coletivas podem ser reduzidas a conjuntos de intenções individuais, conjugados a conjuntos de crenças e, sobretudo, de crenças recíprocas”. Assim, de acordo com ele, a análise apresentada por Tuomela e Miller em 1988, no artigo *We-intentions*, é um exemplo perfeito desse tipo de posição empirista. A análise feita por eles é apresentada e resumida por Searle da seguinte forma:

1. A tem a intenção de fazer sua parte de X.
2. A crê que as condições de êxito estão dadas; em especial, acredita que os outros membros do grupo farão (ou, pelo menos, provavelmente farão) sua parte de X.
3. A acredita existir, entre os membros do grupo, a crença recíproca de que as condições de êxito mencionadas em 2 serão cumpridas. (Searle, 2010a, p. 149).

Na ótica de Searle, essa análise é um exemplo perfeito dessa tendência empirista, pois ela tem como objetivo reduzir as intenções coletivas ao conjunto das intenções mais as crenças individuais. Por outro lado, ele defende que as explicações que fazem tais reduções não são eficazes, pois as chamadas “intenções-nós” são fenômenos primitivos. Portanto, o problema da explicação de Tuomela e Miller é, segundo Searle (Ibid., p. 149-150), que “o membro de um grupo pode satisfazer essas condições e mesmo assim não ter uma intenção-nós”.¹¹¹

Sobre o princípio de cooperação de ação, Tuomela (2005) defende a ideia de que há dois tipos básicos de cooperação: 1) a cooperação no modo-nós – que é uma atividade envolvendo muitas pessoas – e está fundamentada sobre um objetivo coletivo compartilhado. Assim, a cooperação, nesse sentido forte ou pleno, trata-se do agir em conjunto enquanto membros de um grupo, independente da duração, visando atingir um objetivo coletivo compartilhado. Esse tipo de cooperação é resultado da cooperação no modo-nós. 2) a cooperação no modo-eu – que não envolve nenhum objetivo coletivo, mas está fundamentada na reciprocidade e em objetivos

¹¹¹ Para uma discussão mais aprofundada da crítica de Searle ao argumento expresso por Tuomela e Miller, ver o artigo dele, *Collective Intentions and Actions*, 1990.

individuais compatíveis. Esse tipo de cooperação é nomeado como cooperação no sentido de coordenação de ação e é resultante da cooperação no modo-eu.

Por conseguinte, um objetivo coletivo é um objetivo ou propósito que satisfaz ao princípio de condição de coletividade. No que concerne a esse princípio, Tuomela elucida que:

Se um ou mais agentes satisfazem o objetivo (conteúdo da intenção), então necessariamente, em bases não contingentes, ‘quase conceituais’, ele é satisfeito para todos os participantes. As bases ‘quase conceituais’ implicam que ele é satisfeito, em parte, com base na aceitação pelos participantes do objetivo como um objetivo coletivo, aplicando-se ao coletivo em questão, os participantes sendo coletivamente engajados com o objetivo. Isso implica que o objetivo coletivo é compartilhado em um sentido de modo-nós, pois é o objetivo dos participantes, que foi aceito para os propósitos e uso do grupo, que mostra eu os participantes estão coletivamente engajados com o objetivo. (2005, p. 80, tradução nossa¹¹²).

Na perspectiva de Tuomela, portanto, tais objetivos são comuns, pois os seres humanos são sociais e estão dispostos a cooperar. Esse traço social da natureza humana é algo bastante diversificado e está relacionado ao fato de que, geralmente, as pessoas necessitam e gostam da companhia de outros seres humanos. Segundo Tuomela (Ibid., p. 80-81, tradução nossa¹¹³), esse tipo de dependência “pode ser intrínseca (socialidade como um desejo ou necessidade básica irreduzível) ou instrumental (relacionada às características como autorrespeito, honra, orgulho, etc. ou a várias coisas que as pessoas querem alcançar, mas não podem alcançar sozinhas)”. Assim, os seres humanos, enquanto pensadores e agentes, são sociais e, em certa medida, cooperativos. À vista disso, Tuomela argumenta que a suposição de que todos os seres humanos são seres sociais é:

Uma *pressuposição* geral subjacente ao pensamento e à ação de qualquer pessoa como um todo, embora na prática real essa presunção possa ser retratada em ocasiões particulares. Um argumento central para essa marca da visão da socialidade vai em termos da suposição de que seres humanos concebidos como pessoas pensantes e atuantes são necessariamente usuários da linguagem. Como a linguagem é

¹¹² No original: “if one or more agents satisfy the goal (intention content), then necessarily, on non-contingent, ‘quasiconceptual’ grounds it is satisfied for all participants. There ‘quasiconceptual’ grounds involve that it is satisfied in part on the basis of the participants’ acceptance of the goal as a collective goal, one applying to the collective in question, the participants being collectively committed to the goal. This entails that the collective goal is shared in a we-mode sense, because it is the participants goal accepted for the purposes and use of the group such that the participants are collectively committed to the goal.”

¹¹³ No original: “can be intrinsic (sociality as an irreducible basic want or need) or instrumental (related to features like self-respect, honor, pride, etc. or to various things that they want to achieve but cannot alone achieve).”

necessariamente baseada em significações e usos compartilhados, chegamos à visão da socialidade (ou pelo menos sua versão pressuposta) dos seres humanos. (Tuomela, 2005, p. 81-82, tradução nossa¹¹⁴).

Já caminhando para a conclusão dessa seção, cujo objetivo foi o de apresentar, brevemente, alguns conceitos importantes, no campo da filosofia da mente e da ação, abordados por Searle e Tuomela, vamos trazer uma passagem de Vanderveken onde ele clarifica o papel da intencionalidade coletiva no uso e na compreensão da linguagem; na realização dos atos ilocucionários, portanto.

Primeiramente, vários locutores podem realizar simultaneamente atos ilocucionários elementares em enunciações coletivas. Eles podem usar sentenças performativas com o pronome da primeira pessoa do plural tal como ‘Juntos, todos nós juramos fidelidade à bandeira’. Em segundo lugar, muitos atos de discurso (por exemplo, ordens, promessas, súplicas e agradecimentos) têm uma força ilocucionária que é necessariamente direcionada ao interlocutor. Um locutor não poderia realizá-los sem se *comunicar* com o interlocutor (quando esse interlocutor é diferente dele mesmo). Em tais casos, não há sucesso e satisfação sem a *compreensão* do interlocutor. Além disso, um locutor sozinho não pode realizar atos ilocucionários tais como apostas, convenções e contratos. Eles requerem uma *realização conjunta mútua* por ambos, um locutor e um interlocutor. Portanto, a fim de que uma aposta seja bem-sucedida, não é suficiente que o locutor faça uma aposta com um interlocutor por meio de uma enunciação. É necessário também que o interlocutor aceite a aposta. Os atos de discurso tais como apostar e contratar requerem um *relacionamento interlocucionário criativo* entre o locutor e o interlocutor que, então, se torna também um locutor a fim de fazer sua própria contribuição para o ato de discurso conjunto. (Vanderveken, 2001, p. 245, tradução nossa¹¹⁵).

Vanderveken (Ibid., p. 245), assim como Francis Jacques (1985), compreende que o *relacionamento de interlocução* que envolve os locutores e interlocutores é tão significativa

¹¹⁴ No original: “a general presupposition underlying any person’s thinking and action on the whole, although in actual practice this presumption may be retracted on particular occasions. A central argument for this brand of the sociality view goes in terms of the assumption that human beings conceived as thinking and acting persons necessarily are language users. As language necessarily is based on shared meanings and shared uses, we arrive at the sociality view (or at least its presupposition version) of human beings.”

¹¹⁵ No original: “[...] First, several speakers can perform simultaneously elementary illocutionary acts in collective utterances. They can use performative sentences with the first-person plural pronoun such as ‘Together we all pledge allegiance to the flag’. Second, many speech acts (for example, orders, promises, supplications, and thanks) have an illocutionary force which is necessarily hearer directed. A speaker could not perform them without communicating to the hearer (when that hearer is different from himself). In such cases, there is no success and satisfaction without understanding by the hearer. Furthermore, a speaker alone cannot perform illocutionary acts such as bets, conventions and contracts. They require a mutual joint performance by both a speaker and a hearer. Thus, in order for a bet to be successfully performed, it is not sufficient that the speaker make a wager with a hearer by an utterance. It is also necessary that the hearer accept that wager. Speech acts such as betting and contracting require a creative interlocutionary relationship between the speaker and the hearer, who then also becomes a speaker for the purpose of making his own contribution to the joint speech act.”

quanto a clássica *relação de correspondência* entre palavras e coisas, da filosofia da linguagem em geral e, em particular, da teoria do discurso ou da conversação. Segundo Vanderveken (2001, p. 245), a intencionalidade coletiva constitui claramente essa relação de interlocução ou conversação. Logo, muitos atos ilocucionários que pertencem ao âmbito da TAD atual requerem a intencionalidade coletiva. Para ele, isso não indica uma nova limitação própria à teoria da conversação, mas sim a necessidade de uma melhor filosofia da ação e da mente no que diz respeito à uma abordagem mais coletiva e menos individual, a fim de investigar a intencionalidade coletiva que é de ordem superior. Consequentemente, compreende-se que isso não constitui um novo limite ou obstáculo particular à teoria lógica da pragmática do discurso.

Por fim, após apresentarmos e analisarmos duas das noções mais fundamentais no pensamento do segundo Wittgenstein, bem como os principais argumentos que constituem a posição cética de Searle, expressos em seu artigo *Conversation* (1992), sobre a possibilidade de elaborar uma teoria geral formal do discurso, é relevante observar que as considerações apontadas por ele não demonstram a impossibilidade de enriquecer a TAD a fim de desenvolver uma teoria adequada da conversação. Como bem destaca Vanderveken (2001), os apontamentos feitos por Searle servem apenas para evidenciar as dificuldades de construir e desenvolver um sistema teórico formal da envergadura da TAD.

Agora, faz-se necessário avançarmos na nossa investigação a fim de explicar como Vanderveken supera o desafio lançado por Searle. Para tanto, devemos expor e analisar os princípios que fundamentam e estruturam teoria e a lógica das conversações ou ilocuições de nível superior elaboradas por Vanderveken. Passemos, então, ao próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

DA TEORIA FORMAL DO DISCURSO DE VANDERVEKEN

Levando em consideração o que foi apresentado e explicado acerca da TAD (a teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível) e do ceticismo de Searle (influenciado pelo ceticismo teórico do segundo Wittgenstein) acerca da possibilidade de elaborar uma teoria geral formal dos discursos inteiros, tão rigorosa quanto à TAD, abordaremos, no presente capítulo, a teoria geral da pragmática do discurso ou conversação desenvolvida por Vanderveken. Em seus escritos de 2001, 2007 e 2013, Vanderveken apresenta os fundamentos de sua nova teoria e esclarece o método, utilizado por ele, para atingir o objetivo de enriquecer a lógica ilocucionária e, por conseguinte, contribuir ao desenvolvimento da lógica dos discursos inteiros. Ademais, apresentaremos a análise feita por ele acerca da estrutura lógica das conversações como, por exemplo, entrevistas, consultas, elogios, avaliações e assim por diante. Como será explicado, ao longo deste capítulo, tais conversações são providas de um determinado objetivo discursivo que lhes é próprio.

Na perspectiva de Vanderveken, uma instância de um discurso (ou conversação) bem formado é, por natureza, uma sequência finita de enunciações sucessivas realizadas pelos agentes que participam de tal discurso, a saber: os locutores e os interlocutores. Ele esclarece alguns traços inerentes aos discursos, assim:

Como Frege apontou, as sentenças são as unidades sintáticas da conversação. Os locutores não podem fazer atos de referência a um objeto sem subsumi-lo sob um conceito e fazer uma predicação. Além disso, eles não podem expressar um conteúdo proposicional sem relacioná-lo ao mundo com uma certa força ilocucionária. Portanto, a análise de atos ilocucionários básicos tais como asserções, promessas, pedidos, apelações e agradecimentos que locutores tentam realizar utilizando sentenças faz parte da lógica do discurso. Entretanto, os locutores raramente conversam apenas com o objetivo de, ao seu turno, realizar tais atos ilocucionários. Como Wittgenstein apontou, os locutores em conversação são engajados em *formas de vida* comuns onde eles coletivamente tentam atingir objetivos. Seus atos de discurso estão mais frequentemente relacionados com ações não-verbais em uma atividade social tal como treinar, sair para fazer compras, limpar a casa, preparar um jantar, fazer ou reparar uma máquina. Ao trocar palavras, os locutores, frequentemente, jogam *jogos de linguagem* que não são puramente discursivos. O principal objetivo comum deles é, então, *extralinguístico*. Os agentes comunicam a fim de coordenar inteligentemente suas ações não-verbais. [...] (Vanderveken, 2001, p. 245, tradução nossa¹¹⁶).

¹¹⁶ No original: “As Frege pointed out, sentences are the syntactic units of conversation. Speakers cannot make acts of reference to an object without subsuming it under a concept and making a predication. Moreover, they cannot express a propositional content without relating it to the world with a certain illocutionary force. So, the

Observa-se ainda que Vanderveken¹¹⁷ concorda com o pensamento de Wittgenstein e de Searle no que concerne à impossibilidade de construir uma teoria que trate de todos os tipos de *jogos de linguagem possíveis*, pois há claramente incontáveis tipos de formas de vida sociais e objetivos que poderíamos compartilhar. Assim, Vanderveken concorda com o fato de que há, em princípio, inúmeros tipos de jogos de linguagem que somos capazes de jogar trocando palavras e enunciando sentenças. Tal multiplicidade dos jogos de linguagem e dos tipos de sentenças possíveis se deve a dois fatores: 1) aos inúmeros empregos do que nomeamos de signo, palavras, frases, enunciados etc.; e, 2) essa pluralidade não se trata de algo fixo, pois os jogos de linguagem são criados e outros envelhecem e, conseqüentemente, são esquecidos.

O presente capítulo está estruturado da seguinte forma: na seção 3.1, esclareceremos as direções de ajuste e os objetivos discursivos e quais os papéis desempenhados por eles na teoria geral formal do discurso; na seção 3.2, trataremos da forma lógica dos tipos de discursos que possuem um objetivo discursivo e elucidaremos os outros componentes da conversação ou ilocução de nível superior; na seção 3.3, abordaremos a tipologia das conversações providas de objetivos discursivos e os resultados das análises lógico-filosóficas sobre os discursos alcançados pela teoria geral formal do discurso; E, finalmente, na seção 3.4, clarificaremos a definição de sucesso na lógica do discurso e a maneira como a condução de uma conversação é bem-sucedida. Passemos, portanto, a análise de cada um desses tópicos.

3.1 DAS DIREÇÕES DE AJUSTE E DOS OBJETIVOS DISCURSIVOS

Na perspectiva de Vanderveken (2001), a tarefa própria da lógica do discurso é apenas analisar a estrutura das conversações que são providas de um objetivo discursivo interno. É o objetivo interno que determina uma conversação ser o que ela é, ou seja, seu tipo discursivo.

analysis of basic illocutionary acts such as assertions, promises, requests, appellations, and thanks that speakers attempt to perform by their use of sentences is part of the logic of discourse. However, speakers seldom talk just for the purpose of in turn performing such illocutionary acts. As Wittgenstein pointed out, speakers in conversation are engaged in common forms of life where they collectively attempt to achieve goals. Their speech acts are most often related to non-verbal actions in a social activity such as training, going out shopping, cleaning the house, preparing a dinner, making, or repairing a machine. In exchanging words, speakers often play language games which are not purely discursive. Their main common purpose is then extra-linguistic. Agents communicate in order to coordinate intelligently their non-verbal actions. [...]"

¹¹⁷ Ver Vanderveken, 2001, p. 245-246.

Nota-se, então, que a tarefa da lógica do discurso é muito mais restrita do que a tarefa de uma teoria que abordasse todos os tipos de jogos de linguagem. Segundo Vanderveken (2001, p. 246-248), há somente quatro objetivos discursivos possíveis que os locutores podem tentar atingir, no decurso de uma conversação, a saber: o objetivo descritivo, o deliberativo, o declaratório e o expressivo. Fazendo um paralelismo com a TAD, Vanderveken (Ibid., p.246) apresenta os quatro objetivos discursivos que correspondem às quatro direções possíveis de ajuste entre as palavras e as coisas. Vejamos agora como ele apresenta cada objetivo discursivo e a direção de ajuste própria a cada um deles:

- a) Os *discursos com um objetivo descritivo* têm a direção de ajuste *das palavras às coisas*. Esse tipo de discurso serve para descrever como as coisas são no mundo. Alguns exemplos de discursos com o objetivo descritivo são descrições, relatos, histórias, contos, memórias, confissões, enunciações públicas, previsões, comentários, demonstrações, explicações, debates sobre uma questão, teorias etc.
- b) Os *discursos com um objetivo deliberativo* têm a direção de ajuste *das coisas às palavras*. Esse tipo de discurso serve para deliberar sobre quais ações futuras os locutores e interlocutores devem se comprometer, no mundo do discurso. Alguns exemplos de discursos com o objetivo deliberativo são deliberações, negociações, sessões de barganha, um compromisso ou a assinatura de um contrato, leilões, consultas, discursos de advertência, sermões etc.
- c) Os *discursos com um objetivo declaratório* têm a direção de ajuste *dupla*. Esse tipo de discurso serve para transformar o mundo ao tornar atual o estado de coisas ou fato representado pelo conteúdo proposicional. Podemos tomar como exemplos de tipo de discurso com o objetivo declaratório as declarações oficiais (declarações de guerra, de anistia, de independência), as constituições federais, os ultimatos, os testamentos, as leis jurídicas, as criações de novas linguagens, as nomeações, as demissões, os julgamentos nos tribunais etc.
- d) Os *discursos com um objetivo expressivo* têm a direção de ajuste *vazia ou nula*. Esse tipo de discurso serve apenas para expressar estados mentais (atitudes) comuns dos protagonistas da conversação. Alguns exemplos de discursos com o objetivo expressivo são trocas de saudações, congratulações, elogios, homenagens, lamentações públicas, cerimônias religiosas em que os participantes expressam sua fé e obediência a Deus etc.

Vanderveken (2001, p. 246) também ressalta que todos nós somos capazes de conduzir conversações com os quatro objetivos discursivos apresentados acima, pois somos capazes de distinguir, ao pensar, as quatro direções possíveis de ajuste a partir das quais podemos estabelecer uma correspondência entre a linguagem e o mundo. Ele ainda acrescenta que tais direções de ajuste são inatas¹¹⁸. Como podemos observar, há uma diferença importante entre o número de objetivos discursivos e o número dos objetivos ilocucionários, pois na teoria geral formal do discurso – doravante TGD – há apenas quatro objetivos discursivos enquanto na TAD há cinco objetivos ilocucionários. No que se refere à essa diferença, Vanderveken esclarece que:

De acordo com a lógica ilocucionária, dois diferentes objetivos ilocucionários têm a mesma direção de ajuste das coisas às palavras: o objetivo *compromissivo* que consiste em comprometer o locutor com uma ação futura e o *objetivo diretivo* que consiste em fazer uma tentativa para levar o interlocutor a agir. O locutor e o interlocutor desempenham papéis muito assimétricos nos contextos de enunciações únicos: um é ativo e o outro passivo. Portanto, a linguagem distingue, naturalmente, um objetivo ilocucionário baseado no locutor e um objetivo baseado no interlocutor, com a direção de ajuste das coisas às palavras. No caso dos atos ilocucionários compromissivos, a responsabilidade para mudar o mundo recai sobre o locutor, e no caso dos diretivos, ela recai sobre o interlocutor. [...] (Ibid., p. 246, tradução nossa¹¹⁹).

Além disso, ele observa que os engajamentos reais são pessoais, ou seja, nenhum locutor pode comprometer ou engajar outra pessoa à uma ação futura, em virtude de sua própria enunciação. Com efeito, uma tentativa do locutor para levar um interlocutor a agir não implica

¹¹⁸ Segundo a professora Candida J. de Sousa Melo, em uma de nossas várias reuniões de orientação científica, o caráter inato a elas atribuído é justificável pelo fato de que os organismos que têm uma constituição neurofisiológica (sistema nervoso central, sistema nervoso periférico etc.) já nascem com a capacidade de se relacionar (no sentido de serem orientados para) com o mundo. Essa relação se dá segundo as várias direções de ajuste entre a mente e as coisas. Essa capacidade de orientação (está dirigido para algo) é possível graças a intencionalidade; propriedade biológica dos organismos com um sistema nervoso complexo. Assim, as direções de ajuste entre as palavras e as coisas são fundamentais nas direções de ajuste entre a mente e as coisas. Ver o artigo de Sousa Melo, *Possible Directions of Fit between Mind, Language and the World*, 2001, para uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre intencionalidade, linguagem e mundo.

¹¹⁹ No original: “According to illocutionary logic, two different illocutionary points have the same things-to-words direction of fit: the commissive point which consists in committing the speaker to a future action and the directive point which consists in making an attempt to get the hearer to act. Speaker and hearer play very asymmetric roles in the contexts of single utterances: one is active and the other passive. So language distinguishes naturally a speaker-based and a hearer-based illocutionary point with the things-to-words direction of fit. In the case of commissive illocutionary acts, the responsibility for changing the world lies on the speaker, in the case of directives, it lies on the hearer. [...]”

o engajamento desse mesmo interlocutor. Por fim, um locutor que se compromete com uma ação não necessariamente tenta influenciar a si mesmo.

Os protagonistas ou agentes de uma conversação, isto é, o(s) locutor(es) e o(s) interlocutor(es) podem exercer papéis (ou funções) bastante diferentes, em uma situação de discurso, pois qualquer interlocutor é, em princípio, um locutor potencial. Ele pode, ao seu turno, falar a fim de contribuir ao decurso da conversação. Assim, os protagonistas de uma conversação podem desempenhar ambos os papéis complementares de locutor e interlocutor. Esse fato justifica a tese, defendida na TGD, de que há uma relação de simetria entre o número de tipos de objetivos discursivos e o número de direções possíveis de ajuste entre a linguagem e o mundo. Vanderveken explica isso assim:

A qualquer interlocutor que é dado uma diretiva, em um momento, pode responder e comprometer-se pessoalmente, mais tarde. Frequentemente, o engajamento de um locutor está condicionado a um engajamento futuro do interlocutor que pode aceitar, recusar ou fazer uma contraproposta. Por esta razão, há uma correspondência um-para-um entre os objetivos discursivos e as possíveis direções de ajuste, no uso da linguagem. [...] (2001, p. 247, tradução nossa¹²⁰).

Podemos constatar, portanto, que os objetivos discursivos e os objetivos ilocucionários são relacionados logicamente por meio da direção de ajuste. Logo, os locutores que visam atingir um objetivo discursivo sobre um determinado tema, em uma conversação, devem atingir objetivos ilocucionários que têm a mesma direção de ajuste sobre as proposições acerca dos objetos e fatos considerados. Finalmente, segundo a taxonomia dos tipos discursivos, apresentada na TGD de Vanderveken (Ibid., p. 247), há quatro e somente quatro tipos de objetivos discursivos possíveis¹²¹, a saber:

1. O *objetivo descritivo*: os discursos providos de um objetivo descritivo servem para descrever como certos objetos, estados de coisas, fatos e ou eventos são no mundo. Frequentemente, a maioria dos discursos descritivos são interações verbais entre vários

¹²⁰ No original: “Any hearer who is given a directive at a moment can reply and commit himself personally later. Often, the commitment of a speaker is conditional upon a future commitment of the hearer who can accept, refuse or make a counter-offer. For that reason, there is a one-to-one correspondence between the discursive purposes and the possible directions of fit. [...]”

¹²¹ Minha apresentação aqui dos objetivos discursivos é estritamente baseada no texto de Vanderveken: *Illocutionary Logic and Discourse Typology*, publicado na *Revue internationale de philosophie*, 2001, onde ele apresenta sua classificação e caracterização dos quatro diferentes tipos de objetivos discursivos.

protagonistas ou locutores que mantêm uma discussão. Porém, há casos em que um locutor pode realizar sozinho uma descrição como no caso de uma palestra onde não há questionamentos, por exemplo. O papel dos atos ilocucionários assertivos é central no uso descritivo da linguagem. Eles têm a mesma direção de ajuste das palavras às coisas. A fim de ser satisfeita, uma descrição deve ser exata, isto é, suas asserções sobre o domínio em consideração devem ser verdadeiras. Obviamente, os locutores podem discordar. Neste caso, eles podem até mesmo se autocontradizerem. Todavia, no discurso, eles tentam, de maneira geral, convencer os outros. Portanto, os locutores podem revisar suas asserções e, algumas vezes, chegar à mesma descrição, no final.

2. O *objetivo deliberativo*: os discursos providos de um objetivo deliberativo servem para deliberar sobre o que os locutores e os interlocutores devem se comprometer a fazer no mundo. O objetivo deliberativo compreende tanto o objetivo compromissivo quanto o objetivo diretivo. As deliberações servem também para engajar os locutores a tentarem levar os interlocutores a se comprometerem com a realização de ações futuras mútuas, no mundo. Certas deliberações são negociações nas quais os locutores agem em conjunto uns com os outros. Eles desejam estabelecer mutuamente seus engajamentos e obrigações recíprocas. Tais são as sessões de barganha entre um comprador potencial e um vendedor sobre bens ou mercadorias à venda bem como as discussões que visam a assinatura de um contrato, uma solução amistosa ou a ratificação de um tratado. Os negociadores são partes potenciais que desejam decidir em comum suas futuras ações recíprocas. Por outro lado, ao dar instruções ou exortações, ao pregar e anunciar e ao fazer propaganda eleitoral, os locutores são mais peremptórios: eles querem influenciar uma audiência que, frequentemente, não participa da conversação. Entretanto, tais discursos deliberativos também contêm engajamentos como promessas do tipo: “Comprem nossos produtos! Nós os garantimos!” ou ameaças como “Se você não votar em nós, você vai se arrepender”. Todo uso deliberativo da linguagem tem que conter ambos os atos ilocucionários compromissivos e os diretivos, representando ações dos locutores e dos interlocutores, no tópico da conversação. Às vezes, o tipo de deliberação impõe um papel bastante diretivo para alguns e um papel mais compromissivo para outros. Por exemplo, em uma consulta, o consultor pede ao consultado que lhe dê diretivas bem fundamentadas sobre um certo assunto. O papel do segundo é recomendar ao primeiro certas ações com as quais ele pode finalmente se engajar. A fim de ser

satisfeita, uma deliberação deve ser respeitada: os locutores devem manter seus engajamentos e os interlocutores devem obedecer às diretivas dessa deliberação.

3. O *objetivo declaratório*: os discursos providos de um objetivo declaratório servem para transformar o mundo por meio de declarações bem-sucedidas. A fim de conduzir esse tipo de discurso, os locutores devem ter autoridade para fazer determinadas coisas por meio da linguagem, das palavras que eles utilizam publicamente. Neste caso, eles tornam real o fato que eles representam ao dizer o que eles fazem. Às vezes, a autoridade necessária para tanto foi conferida institucionalmente aos locutores como, por exemplo, uma assembleia legislativa tem o poder de promulgar novas leis e os membros de júris em tribunais têm o poder de dar um veredicto. Os discursos declaratórios são necessários nas ciências para fins de formalização teórica, por exemplo, pois eles servem para formular linguagens-objeto ideais de teorias e para axiomatizar suas leis. Ao contrário das línguas artificiais formais, as línguas naturais não nasceram da mesma maneira, pois elas evoluem com o tempo. Algumas vezes, uma autoridade erudita estabelecida, como a Academia Francesa, tem o poder de manter um discurso que pode modificar a ortografia existente e o dicionário de uma língua natural atual. Os atos ilocucionários declaratórios desempenham um papel central no uso declaratório da linguagem, pois eles têm a mesma direção de ajuste dupla. Não há discurso declaratório sem enunciações performativas. A fim de ser satisfeita, basta que uma declaração seja bem-sucedida. Às vezes, somente a competência linguística¹²² é necessária para manter um discurso declaratório. Assim, adultos e crianças que juntos inventam novos jogos como guerra e vídeo games, frequentemente, estabelecem por este tipo de discurso as regras constitutivas a seguir na prática desses jogos.
4. O *objetivo expressivo*: os discursos providos de um objetivo expressivo servem para expressar os estados mentais e atitudes de seus participantes no que diz respeito aos objetos, estados de coisas e fatos do mundo representado. Por exemplo, os discursos que prestam homenagem a alguém, missas e outras cerimônias religiosas, onde os fiéis falam

¹²² De acordo com Vanderveken (1990, p. 11, tradução nossa), a competência linguística do locutor é “construída como sua habilidade para realizar e entender atos de discurso em vários contextos possíveis de uso de sua linguagem.” (No original: “*construed as his ability to perform and to understand speech acts in the various possible contexts of use of his language.*”). Além disso, segundo Sousa Melo (2006), a competência linguística é determinada pela relação lógica entre a compreensão, a significação e o uso da linguagem que o locutor faz, na ocasião de suas interações linguísticas com os outros.

com Deus, ou quando uma multidão expressa hostilidade vaiando ou injuriando o objeto de sua antipatia ou aversão. Os principais atos ilocucionários de tais discursos são expressivos. Assim, a fim de prestar homenagem a alguém é preciso cumprimentar, louvar e, às vezes, até mesmo aclamar a pessoa homenageada, expressando estados mentais positivos e favoráveis tais como alegria, aprovação, respeito e, algumas vezes, até mesmo orgulho por suas realizações.

Ao analisarmos a relação que há entre as direções de ajuste e os tipos de objetivos discursivos, podemos notar um fato importante: na realização de um ato ilocucionário (seja elementar ou de nível de superior) o locutor sempre relaciona, de uma determinada maneira, o conteúdo proposicional ao contexto de sua enunciação, visando determinar sob qual direção suas palavras ou discurso se ajustam ao mundo. Vamos continuar nossa apresentação da teoria formal do discurso de Vanderveken abordando agora outros componentes da conversação que auxiliam à compreensão da forma lógica de uma conversação provida de um objetivo discursivo.

3.2 DA FORMA LÓGICA DE UM TIPO DE CONVERSAÇÃO COM UM OBJETIVO DISCURSIVO

Segundo a lógica ilocucionária, as forças que têm o mesmo tipo de objetivo ilocucionário não desempenham, necessariamente, o mesmo papel no uso da linguagem. Por exemplo, as forças de implorar, comandar e suplicar têm o mesmo tipo de objetivo ilocucionário que é o tipo diretivo, elas têm funções distintas, no exercício da linguagem. A fim de clarificar isso, tomemos o seguinte exemplo dado por Vanderveken:

Um locutor que está em uma posição de autoridade não deve implorar, mas sim comandar o interlocutor, caso ele queira realmente que esse faça alguma coisa. Por outro lado, ele deve suplicar quando o interlocutor é todo-poderoso e que o que ele

deseja é que esse poupe a vida de seu filho. [...] (Vanderveken, 2001, p. 249, tradução nossa¹²³).

Com base nessa distinção podemos compreender o fato de que as línguas naturais ou comuns são capazes de distinguir, por meio de marcadores como os verbos, muitas forças ilocucionárias diretivas distintas, por exemplo. Assim, pedir, fazer uma pergunta, implorar, suplicar, convidar, ordenar, comandar, recomendar são atos ilocucionários diretivos com forças diferentes que são, portanto, realizados sob diferentes condições. É importante lembrar que, no *Capítulo 1* do presente trabalho, já falamos sobre a forma lógica das forças ilocucionárias e do método utilizado, na lógica ilocucionária, para analisá-las a fim de identificar os seus componentes lógicos que são:¹²⁴ o objetivo ilocucionário, o modo de atingir do objetivo ilocucionário, as condições sobre o conteúdo proposicional, as condições preparatórias, as condições de sinceridade e o grau de força. Uma consequência fundamental dessa análise é poder determinar quando duas forças ilocucionárias são idênticas. Segundo a lógica ilocucionária, duas forças ilocucionárias são idênticas quando elas têm os mesmos componentes. Em caso contrário, elas têm funções linguísticas diferentes.

Utilizando os recursos da TAD, isto é, utilizando os critérios para distinguir as várias forças ilocucionárias, Vanderveken conseguiu elaborar um método para determinar quando duas conversações têm objetivos distintos. Assim, na TGD, a noção de conversação é uma noção complexa; ela é constituída de vários componentes além de um objetivo discursivo. É a análise de seus componentes que permite explicar por que, apesar de terem o mesmo tipo de objetivo conversacional, elas podem desempenhar papéis diferentes no uso da linguagem.

Para compreendermos melhor esse ponto, vamos mencionar, ligeiramente, os outros componentes de uma conversação. Cada um dos componentes será explicado detalhadamente mais adiante. Vejamos abaixo como Vanderveken introduz os vários componentes da conversação:

¹²³ No original: “A speaker in a position of authority should not beg but rather command the hearer if he really wants him to do something. On the other hand, he should supplicate when the hearer is all-powerful and what he desires is that he spare the life of his children. [...]”

¹²⁴ Como esclarecemos na seção 5 do Capítulo 1 do presente trabalho, Vanderveken (1990) reduziu os sete componentes de uma força ilocucionária em seis, a fim de simplificar a estrutura lógica das forças ilocucionárias. Além disso, vimos que uma das consequências lógicas do processo de decomposição utilizado na lógica ilocucionária é o princípio de identidade.

Muitas conversações têm um *modo de atingir seu objetivo conversacional* característico, requerindo o uso de certos meios ou uma maneira particular de conversar. Os discursos inaugurais, casamentos, contratos e promulgações de leis têm um modo bastante formal de conversar. A maioria dos modos de atingir impõe uma certa sequência de ilocuições principais. Em um contrato escrito, as partes devem se comprometer com ações recíprocas futuras e concordar oficialmente com assinaturas. Os tipos de discurso impõem condições ao seu próprio tema. Uma entrevista de emprego deve descrever a qualificação profissional do entrevistado. As *condições temáticas* determinam ambos forças e conteúdos proposicionais das principais ilocuições. As deliberações de um júri devem dar um veredicto. Os tipos de discurso também têm *condições sobre o background*. Os interlocutores tomam como certo que as condições preparatórias são preenchidas no *background*. Por exemplo, durante uma consulta médica, pressupõe-se que a pessoa consultada tenha habilidades em medicina e que o locutor que consulta quer conselho para sua saúde. Finalmente, muitos tipos de discurso requerem que os protagonistas expressem atitudes comuns. A fim de trocar saudações, os locutores devem expressar reconhecimentos corteses da presença do outro ao se encontrarem. (2013, p. 62-63, tradução nossa¹²⁵).

Como era de se esperar, baseado no que foi exposto acima, duas conversações têm o mesmo papel no uso da linguagem quando elas têm os mesmos componentes, ou seja, o mesmo *o objetivo discursivo*, o mesmo *modo de atingir do objetivo discursivo*, as mesmas *condições temáticas* e as mesmas *condições sobre o background* (que compreendem as *condições preparatórias* e as *condições de sinceridade*). Quando comparamos com os componentes das forças ilocucionárias, constatamos que há um paralelismo entre a TAD e a TGD. Portanto, na condução de um discurso, os componentes da conversação têm um papel similar aos componentes da força ilocucionária, na realização de atos ilocucionários elementares correspondentes.

Apresentamos a seguir alguns esclarecimentos¹²⁶ acerca dos vários componentes das conversações providas de um objetivo discursivo.

¹²⁵ No original: “Many have a characteristic mode of achievement of their conversational goal, certain means or a particular way of conversing. Inaugural addresses, weddings, contracts and promulgations of laws have a rather formal way of conversing. Most modes of achievement impose a certain sequence of major illocutions. In a written contract, parties must commit themselves to future reciprocal actions and officially agree by giving signatures. Discourse types impose conditions to their proper theme. A job interview must describe the professional qualification of the interviewee. Thematic conditions determine both forces and propositional contents of major illocutions. Deliberations of a jury must give a verdict. Discourse types also have background conditions. Interlocutors take for granted that preparatory conditions obtain in the background. For example, during a medical consultation, one presupposes that the consulted person has skills in medicine and the consulting speaker wants advice for his health. Finally, many discourse types require that protagonists express common attitudes. In order to exchange greetings, speakers must express courteous acknowledgements of the other’s presence upon their encountering one other.”

¹²⁶ Sigo de perto o texto de Vanderveken, *Illocutionary Logic and Discourse Typology*, em *Revue internationale de philosophie*, 2001. Especialmente as definições dos componentes das conversações.

3.2.1 Do modo de atingir do objetivo discursivo

No tópico anterior falamos do componente mais importante das conversações, isto é, o objetivo discursivo que determina as quatro direções de ajuste possíveis entre um discurso e o mundo. Agora vamos explicar mais detalhadamente um outro componente das conversações, a saber o *modo de atingir do objetivo discursivo*. Muitos tipos de conversação têm um modo característico de atingir seu objetivo conversacional que requer o uso de certas significações ou uma maneira particular de conversar. Por exemplo, certos tipos de discurso têm um modo mais formal de atingir de seu objetivo discursivo tais como discursos de inaugurações, pedidos solenes de perdão, ultimatoss, entre outros. Frequentemente, o modo de atingir de um objetivo discursivo impõe uma certa sequência de atos ilocucionários. Acerca disso, Vanderveken apresenta os seguintes exemplos a fim de clarificar como determinadas sequências de atos de discurso são estabelecidas, em uma conversação ou discurso:

A fim de que uma entrevista de emprego ocorra, é necessário que um entrevistador oficial faça perguntas a um candidato ao emprego para avaliar suas qualificações. Também é necessário que esse requerente tente responder com a intenção de demonstrar sua competência. Uma certa sequência de questões e respostas é então necessária para a entabulação bem-sucedida de tais entrevistas. No caso da prova de teoremas, pelo método axiomático, as restrições formais sobre as sequências de enunciações são muito fortes. Uma prova de um teorema em um sistema axiomático é uma sequência finita de enunciações. Qualquer enunciação na prova ou é um axioma ou é uma consequência imediata, por uma regra de inferência de enunciações que o precedem, na mesma sequência. E a última enunciação é uma formulação do teorema. (2001, p. 250, tradução nossa¹²⁷).

3.2.2 Das condições temáticas de uma conversação

Agora vamos abordar um outro componente de uma conversação, a saber, as *condições temáticas*. Alguns tipos de discurso impõem condições ao seu próprio tema. Por exemplo, a

¹²⁷ No original: “In order for a job interview to take place, it is necessary that an official interviewer ask a job applicant questions in order to evaluate his qualifications. It is also necessary that this applicant attempt to answer with the intention of demonstrating his competence. A certain sequence of questions and answers is then needed for the successful implementation of such interviews. In the case of the proof of theorems by the axiomatic method, the formal constraints on the sequences of utterances are very strong. A proof of a theorem in an axiomatic system is a finite sequence of utterances. Any utterance in the proof is either an axiom or it is an immediate consequence by a rule of inference of utterances that precede it in the same sequence. And the last utterance is a formulation of the theorem.”

deliberação de um júri (na ocasião de um julgamento, em um tribunal), deve decidir se a pessoa acusada é culpada ou inocente. As condições temáticas apropriadas de um tipo de discurso são relativas tanto às forças quanto aos conteúdos proposicionais dos atos ilocucionários que eles devem conter. Por exemplo, as deliberações de um júri devem dar um veredicto, e um julgamento no tribunal deve inocentar ou condenar o acusado. Como podemos observar, os objetivos discursivos determinam as condições temáticas relativas à força. Na TGD de Vanderveken (2001, p. 252), qualquer conversação deve conter atos ilocucionários centrais, batizados por ele de *atos ilocucionários mestres*¹²⁸, com a direção de ajuste de seu objetivo discursivo. Tais condições temáticas são comuns à todas as conversações tendo esse objetivo. Outras condições temáticas são independentes do objetivo discursivo. Um noticiário, por exemplo, deve informar e anunciar novos eventos. Uma entrevista de emprego deve descrever a qualificação profissional do entrevistado.

3.2.3 Das condições sobre o *background* ou pano de fundo conversacional de uma conversação

Agora vamos abordar as condições sobre o *background conversacional* que é um outro componente de uma conversação com um objetivo discursivo. Assim como no caso dos atos ilocucionários elementares, muitos tipos de conversação só podem ser realizados de forma não defeituosa, quando as condições preparatórias são obtidas no *background* conversacional. Por exemplo, quando os locutores enviam suas condolências a alguém, eles pressupõem que algo ruim aconteceu com a pessoa a quem eles expressam simpatia. Assim, as condições preparatórias dos tipos de discurso determinam, em geral, um conjunto estruturado de pressuposições que frequentemente estão relacionadas às formas de vida sociais presentes no *background* da conversação. O objetivo discursivo e o tema são os componentes que servem para determinar certas condições sobre o *background* conversacional. Por exemplo, os

¹²⁸ De acordo com Vanderveken (2001, p. 252), a condução bem-sucedida de um discurso requer “somente a realização bem-sucedida (e, às vezes, também a felicidade) de certas intervenções e atos ilocucionários”, que ele denomina de *atos de discurso mestres*. Na ocasião de uma das várias reuniões de trabalho, a professora Candida Melo esclareceu que quando a intervenção de um dos participantes de uma conversação em curso não é pertinente ao tema, os agentes que participam dessa conversação, devido à sua racionalidade mínima, entendem que essa intervenção não é relevante para a condução bem-sucedida da conversação. Apesar da ocorrência de uma intervenção sem pertinência com o tema, a conversação não está fadada ao fracasso. Todavia ela não será totalmente feliz, pois as condições que concernem ao tema não foram totalmente preenchidas.

discursos do tipo deliberativo têm as condições preparatórias de que os locutores e os interlocutores têm a capacidade de realizar as ações sobre que eles deliberam. Outras condições preparatórias são mais particulares. Uma consulta médica, por exemplo, tem a condição preparatória de que a pessoa consultada tem qualificações em medicina, ou seja, ela é competente para fazer a consulta.

Com base no exposto, podemos constatar que o *background conversacional* é um componente que concerne às condições preparatórias que estão relacionadas às pressuposições compartilhadas na forma de vida dos agentes da conversação.

3.2.4 Das condições de sinceridade

Agora vamos abordar um outro componente de uma conversação, a saber, as *condições de sinceridade*. Da mesma maneira que os atos ilocucionários de primeiro nível, os discursos ou conversações requerem a expressão de estados mentais ou atitudes proposicionais de seus locutores. A fim de trocar saudações, os locutores devem expressar cortesia ao reconhecerem a presença do outro, ao se encontrarem. A fim de vaiar, eles devem expressar, de forma coletiva, sentimentos desfavoráveis tais como escárnio, hostilidade e reprovação, em relação ao outro. Os protagonistas de um tipo de discurso são sinceros quando eles têm as atitudes que expressam. Na maioria das vezes, as atitudes proposicionais (estados intencionais) a serem expressas são determinadas pelo objetivo discursivo ou conversacional, pelas condições temáticas e ou pelas condições sobre o *background* conversacional. Por exemplo, em uma negociação de compra e venda, os negociantes devem manifestar suas intenções de manter seus engajamentos recíprocos de comprar e de vender um produto, em virtude do objetivo deliberativo que eles compartilham. Em soluções amistosas, os participantes devem expressar sua vontade de resolver o conflito (que eles têm em comum) sem animosidade (modo de atingir do objetivo discursivo). E no caso dos elogios fúnebres, os participantes devem expressar as crenças de que a pessoa está morta e merece ser homenageada (condições sobre o *background* conversacional).

Tendo em vista o que foi discorrido acima, podemos constatar que, na perspectiva de Vanderveken, não há outros tipos de componentes do discurso além dos cinco por ele identificados e explicados. Uma das consequências da decomposição dos componentes do

discurso é a especificação de um dos princípios importantes da lógica do discurso de Vanderveken (2001, p. 251), a saber: duas conversações são idênticas, quando elas têm os mesmos objetivos discursivos, os mesmos modos de atingir dos objetivos discursivos, as mesmas condições temáticas, as mesmas condições sobre o *background* ou pano de fundo conversacional e as mesmas condições de sinceridade. Quando duas conversações são idênticas, elas desempenham o mesmo papel, no uso da linguagem. Após discorrer sobre a forma lógica das conversações providas de um objetivo discursivo, prosseguiremos com a nossa exposição a taxonomia de Vanderveken das conversações providas de objetivos discursivos.

3.3 DA TIPOLOGIA DAS CONVERSAÇÕES PROVIDAS DE UM OBJETIVO DISCURSIVO

Segundo Vanderveken (2001), em geral, os analistas da conversação como, Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) tendem a negligenciar o componente mais importante das conversações, isto é, seu objetivo discursivo. Isso, lhes impedem de distinguir claramente as conversações com um objetivo discursivo apropriado das conversações que não têm um. Além disso, eles negligenciam o fato de que as conversações humanas são, acima de tudo, ações providas de condições de sucesso. Essa lacuna, na análise da estrutura das conversações, dificulta o desenvolvimento de uma teoria apropriada do sucesso dos discursos. Ele observa que muitos analistas distinguiram conversações boas de conversações ruins, de certos tipos de discurso, mas poucos tentaram esclarecer como as tentativas para conduzir os vários tipos de discurso podem ser satisfeitas¹²⁹. A citação abaixo mostra como Vanderveken destaca algumas abordagens que tentam explicar tal distinção:

Assim, Sacks, Schegloff, Jefferson e outros da escola da análise da conversação têm analisado empiricamente os modelos recorrentes de interações verbais tais como as regras para fazer uma intervenção em qualquer conversação. Suas descrições não oferecem muita análise teórica do discurso. Alguns linguistas (Ducrot, Jucker, Atkinson e Drew) têm analisado conversações com um objetivo discursivo tais como as argumentações, as trocas linguísticas na Corte, as entrevistas de emprego, os noticiários, e aulas nas escolas. Os filósofos da linguagem têm estudado a natureza do discurso religioso e os filósofos da ciência a do discurso científico. Os lógicos têm estudado, na teoria da prova, a natureza das demonstrações matemáticas. Tais investigações são, infelizmente, muito restritas. Outros linguistas, psicólogos e

¹²⁹ Sobre a relação entre o sucesso e a satisfação das tentativas, ver Sousa Melo, 2006.

lógicos têm adotado uma abordagem mais geral e analisado vários tipos de discurso. Por conseguinte, Petofi e Van Dijk usaram a gramática e a semântica do texto e os linguistas de Genebra o modelo hierárquico das trocas em sua análise do discurso. Os psicólogos de Nancy usaram a lógica ilocucionária a fim de estudar a intercompreensão. Hans Kamp e outros lógicos construíram uma teoria formal da representação do discurso. (2021, p. 248, tradução nossa¹³⁰).

Na visão de Vanderveken, é necessário reforçar a abordagem teórica da conversação por meio da inclusão da sintaxe lógica, da semântica e da pragmática dos enunciados e dos atos de discurso, dentro de uma teoria geral e formal do discurso, visando estudar a forma lógica e a função de todos os tipos de conversação com um objetivo discursivo apropriado. A fim de contribuir para os fundamentos de uma teoria geral formal do discurso, Vanderveken (Ibid., p. 248-252) apresenta os resultados de suas análises lógico-filosóficas sobre os discursos ao discorrer sobre alguns tópicos importantes, como observaremos melhor a seguir.

3.3.1 Acerca das unidades de uma conversação

De acordo com a abordagem dos linguistas da escola de Genebra¹³¹, por exemplo, um discurso não deve ser dividido imediatamente em termos de sequências finitas de atos ilocucionários individuais simples que os locutores tentam realizar na condução do discurso, por meio de suas enunciações sucessivas. Porém, um discurso pode ser dividido em uma sequência finita de *intervenções* que são, frequentemente, *trocas linguísticas* entre os locutores por meio das quais eles fazem apresentações, tomam posições, respondem em conjunto,

¹³⁰ No original: “Thus Sacks, Schegloff, Jefferson and others of the school of analysis of conversation have empirically analyzed recurrent models of verbal interactions such as the rules for taking turn in any conversation. Their descriptions do not offer much theoretical analysis of discourse. Some linguists (Ducrot, Jucker, Atkinson and Drew) have analyzed conversations with a discursive purpose such as argumentations, linguistic exchanges in court, job interviews, newscasts and lessons at school. Philosophers of language have studied the nature of religious discourse and philosophers of science that of scientific discourse. Logicians have studied in proof theory the nature of mathematical demonstrations. Such investigations are unfortunately too restricted. Other linguists, psychologists and logicians have adopted a more general approach and analyzed various types of discourse. Thus, Petofi and Van Dijk used text grammar and semantics and linguists of Geneva the hierarchical model of exchanges in their analysis of discourse. Nancy psychologists used illocutionary logic in order to study intercomprehension. Hans Kamp and other logicians constructed a formal theory of discourse representation.”

¹³¹ Para uma discussão mais aprofundada, ver ROULET, E. *On the Structure of Conversation as Negotiation*, in SEARLE, J. R. et al. (Orgs.). *(On) Searle on Conversation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1992, p. 91-100.

argumentam e dão explicações, fazem comentários, chegam a conclusões, por exemplo. Segundo Vanderveken, as intervenções são:

Unidades de discurso de nível superior, mais complexas do que atos ilocucionários individuais correspondentes a enunciações únicas. Elas são, geralmente, atos de discurso coletivos correspondentes a subseqüências ordenadas de atos ilocucionários individuais. [...] (2021, p. 249, tradução nossa¹³²).

No seu texto, Vanderveken compara a condução de um discurso com a prática de um jogo, no sentido do segundo Wittgenstein. Segundo ele, de maneira similar a um jogo “um discurso completo como um noticiário consiste em várias trocas linguísticas, incluindo a apresentação de novos eventos, entrevistas com personalidades e repórteres, fazem ilustrações e apresentam uma síntese em forma de conclusões.” (Ibidem, tradução nossa¹³³).

De acordo com a citação acima, as intervenções são atos de discurso de nível superior¹³⁴, diferentes, portanto, dos atos ilocucionários elementares individuais auxiliares que elas contêm. Vanderveken esclarece, na sua lógica do discurso, que há unidades estruturadas, de diferentes níveis:

As intervenções têm uma função no discurso. Frequentemente, elas satisfazem o que Dascal chama de *demandas conversacionais*. Em um dado momento da conversação, os locutores compreendem que eles precisam argumentar, justificar-se, explicar ou esclarecer suas ideias, responder a enunciações prévias, fazer um compromisso, revisar sua posição, tomar uma decisão, empreender um novo desenvolvimento. Eles fazem uma intervenção com a intenção coletiva de atingir um objetivo discursivo, que pode ser diferente daquele de todo o seu discurso. Logo, em uma teoria científica, as intervenções como o prefácio, a introdução, a declaração de hipóteses, as demonstrações e as explicações têm o mesmo objetivo descritivo como a teoria em si. Entretanto, a definição da linguagem-objeto ideal da teoria e sua axiomatização são intervenções bastante declaratórias da teoria. Os agradecimentos de cientistas são intervenções expressivas enquanto suas tentativas de convencer colegas a demonstrar conjecturas ou proceder a experimentos são deliberativas. O objetivo discursivo de muitas intervenções é interno aos seus tipos. No entanto, há intervenções cujo objetivo

¹³² No original: “Units of discourse of superior level, more complex than individual illocutionary acts corresponding to single utterances. They are generally collective speech acts corresponding to ordered sub-sequences of individual illocutionary acts. [...]”

¹³³ No original: “a complete discourse such as a newscast consists of various linguistic exchanges including the presentation of new events, interviews with personalities and reporters, the giving of illustrations and the drawing of conclusions.”

¹³⁴ Sobre isso, ver a resposta de Searle a D. Vanderveken em *Expanding the Speech Act Taxonomy to Discourse Reply to Vanderveken*, in *Revue Internationale de Philosophie*, vol. 55, nº 216 (2), 2001, p. 292-293, onde Searle concorda com Vanderveken sobre o fato de que as intervenções linguísticas são atos de discurso. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23955654>.

discursivo é variável. Tais são os atos de discurso *expositivos* de Austin. Os atos de começar, adicionar, ilustrar, responder, repetir, concluir e resumir não têm uma direção apropriada de ajuste. (Vanderveken, 2001, p. 249, tradução nossa¹³⁵).

Segundo sua ótica, o tipo mais simples de discurso consiste em uma única intervenção e o tipo mais simples de intervenção consiste em um único ato ilocucionário (que geralmente é bastante complexo). Por exemplo, um policial pode relatar uma ofensa fazendo uma única descrição e ele pode fazer essa descrição em uma única asserção.

3.3.2 Acerca da estrutura formal do conjunto dos tipos de discurso possíveis

Com base no modelo da lógica ilocucionária, apresentada em *Foundations of Illocutionary Logic*, Vanderveken (2001) propõe realizar uma definição recursiva do conjunto dos tipos possíveis de conversação. Na sua lógica do discurso, ele apresenta uma taxonomia dos quatro tipos primitivos de discurso que constituem os tipos mais simples possíveis de conversação providas de um objetivo discursivo. Na sua teoria lógica, as conversações do tipo mais simples não têm nenhum modo particular de atingir seu objetivo discursivo, nenhuma condição temática, nenhuma condição sobre pano do *background* (pano de fundo conversacional) ou nenhuma condição de sinceridade particulares. Na sua lógica do discurso, Vanderveken (Ibid, p. 251) defende a seguinte tipologia dos tipos primitivos de discurso: 1) o *tipo primitivo de descrição* que é comum a todos os discursos descritivos; 2) o *tipo primitivo de deliberação* que é comum a todos os discursos deliberativos; 3) o *tipo primitivo de declaração* que é comum a todos os discursos declaratórios; e 4) o *tipo primitivo de expressão* que é comum a todos os discursos expressivos. Segundo ele, todos os outros tipos de discurso

¹³⁵ No original: “Interventions have a function in discourse. Often they satisfy what Dascal calls conversational demands. At a given moment in the conversation, speakers understand that they need to argue, to justify themselves, to explain or clarify their ideas, to reply to previous utterances, to make a compromise, to revise their position, make a decision, undertake a new development. They make an intervention with the collective intention of achieving a discursive goal, which can be different from that of their entire discourse. Thus in a scientific theory, interventions like the preface, the introduction, the statement of hypotheses, the demonstrations and the explanations have the same descriptive purpose as the theory itself. However, the definition of the ideal object language of the theory and its axiomatization are rather declaratory interventions of the theory. Acknowledgements of scientists are expressive interventions while their attempts at convincing colleagues to demonstrate conjectures or proceed to experiments are deliberative. The discursive goal of many interventions is internal to their types. However, there are interventions whose discursive purpose is variable. Such are Austin’s expositive speech acts. Acts of beginning, adding, illustrating, replying, repeating, concluding and summing up do not have a proper direction of fit.”

são mais complexos, pois eles são obtidos por um número finito de aplicações de certas operações booleanas que consistem em adicionar novos componentes a tipos de discurso mais simples. Por conseguinte, novos tipos de discurso são obtidos ao impor a outros um modo especial de atingir seu objetivo discursivo. Por exemplo, o tipo de discurso de negociação tem um modo particular de atingir do seu objetivo deliberativo, que consiste no fato de que os negociadores devem se aconselhar juntos sobre como agir. De maneira similar, novos tipos de discurso são obtidos ao adicionar outros componentes como condições temáticas, condições sobre o *background* de e condições de sinceridade especiais. O tipo de discurso de barganha, por exemplo, tem uma condição temática a mais do que o tipo de discurso de uma negociação, pois uma barganha é uma negociação que trata da compra e venda de determinados bens. Logo, como cada tipo de componente do discurso determina uma condição particular de sucesso, os tipos de discurso que têm mais componentes são mais fortes do que outros. Acerca disso, Vanderveken afirma que:

Não é possível conduzir com sucesso um tipo de conversação sobre um tópico, sem conduzir *eo ipso* todos os tipos mais fracos de conversação sobre esse tópico. Por conseguinte, qualquer negociação é uma deliberação. E as sessões de barganha, os acordos de paz e as tentativas de soluções amigáveis são negociações. (2001, p. 251-252, tradução nossa¹³⁶).

Levando em consideração o que foi explicitado na presente seção, podemos observar a importância a lógica do discurso de Vanderveken que serve para aprofundar a compreensão dos dois tópicos abordados anteriormente sobre a forma lógica das unidades que estruturam uma conversação provida de um objetivo discursivo e a forma lógica de tais conversações.

A fim de dar prosseguimento ao nosso trabalho, na próxima seção apresentaremos e explicaremos a noção de sucesso, no âmbito da lógica do discurso, e esclarecemos algumas observações apontados por Vanderveken no que se refere à condução bem-sucedida de um discurso.

¹³⁶ No original: “It is not possible to pursue with success a type of conversation on a topic without pursuing *eo ipso* all weaker types of conversation on that topic. Thus, any negotiation is a deliberation. And bargaining sessions, peace talks and attempts at friendly settlements are negotiations.”

3.4 DA NOÇÃO DE SUCESSO NA LÓGICA DO DISCURSO DE VANDERVEKEN

Definir a noção de sucesso, no âmbito da lógica do discurso, é mais difícil de realizar do que no âmbito da lógica ilocucionária. Qual é o porquê de tal dificuldade? Levando em consideração o que foi exposto até agora sobre a teoria geral formal do discurso (TGD), podemos compreender facilmente por que Vanderveken chegou à seguinte conclusão: uma instância de um tipo de discurso (uma conversação) é uma sequência de intervenções que são, por sua vez, sequências de atos ilocucionários individuais momentâneos elementares ou de primeiro nível. Ao contrário de tais atos ilocucionários elementares, (que são realizados em um dado momento, no decorrer de uma enunciação, em um contexto único de uso da linguagem), as conversações são conduzidas durante um intervalo de tempo mais longo. Uma conversação dura enquanto houver momentos sucessivos de todas as suas enunciações. Assim, as intervenções são, do ponto de vista dessa lógica, atos de discurso de nível superior que não se reduzem à soma dos atos ilocucionários individuais momentâneos elementares que elas contêm. No que se refere às intervenções, Vanderveken argumenta que:

Os locutores contribuem para elas com a intenção coletiva de alcançar um objetivo discursivo. *As intervenções são, portanto, sub-conversações de um certo tipo de discurso.* Elas podem, em princípio, ser mantidas separadamente. Consequentemente, as hipóteses, demonstrações e descobertas de uma teoria científica podem ser publicadas como artigos em revistas especializadas. [...] (2001, p. 252, tradução nossa¹³⁷).

Vamos destacar agora alguns fatos¹³⁸ importantes que devem ser levados em conta para compreender a noção de sucesso, no âmbito da TGD. Segundo Vanderveken:

- i. As condições de sucesso das conversações não são a soma das condições de sucesso de suas intervenções constitutivas assim como as condições de sucessos dessas intervenções não são a soma das condições de sucesso de seus atos ilocucionários elementares constitutivos. Assim, a condução bem-sucedida de um discurso requer

¹³⁷ No original: “*Speakers contribute to them with the collective intention of achieving a discursive goal. Interventions are then sub-conversations of a certain discourse type. They can in principle be held separately. Thus the hypotheses, demonstrations and discoveries of a scientific theory can be published as articles in learned journals. [...]*”

¹³⁸ Sigo de perto os argumentos apresentados por Vanderveken em seu artigo *Illocutionary Logic and Discourse Typology*, *Revue internationale de philosophie*, 2001, p. 252-253.

apenas a realização bem-sucedida de determinadas intervenções e atos ilocucionários, nomeados por ele de *atos de discurso mestres*¹³⁹. Observa-se que, algumas vezes, a condução do discurso exigirá a realização feliz¹⁴⁰ dessas intervenções e atos ilocucionários. Tendo em vista que algumas enunciações são supérfluas, pode-se dizer que, do ponto de vista lógico, nem todas as enunciações têm a mesma importância, em uma conversação. Por conseguinte, algumas enunciações desempenham um papel central na condução das conversações e são estas que devem ser relevantes, bem-sucedidas e, às vezes, felizes. São os atos de discurso mestres que precisam ser relevantes e bem-sucedidos. Assim, a irrelevância óbvia de certas enunciações (que podem ocorrer no decurso de uma conversação) não impede que uma conversação em curso prossiga. Tal fato justifica também por que a infelicidade de algumas enunciações não impossibilita, necessariamente, a continuação de uma conversação.

Na lógica do discurso, cada componente de um tipo de discurso determina uma condição particular de sucesso das conversações desse tipo¹⁴¹. Tais condições de sucesso não dizem respeito somente à natureza de seus atos de discurso mestres constituintes, mas também às relações que devem existir entre eles. A condução de uma conversação requer a realização de atos de discurso mestres de certas formas. Os locutores devem realizar atos ilocucionários que têm a direção de ajuste do objetivo discursivo sobre o tópico da conversação (tais locutores também podem realizar atos ilocucionários de outros tipos). Da mesma maneira, o tema de uma conversação deve satisfazer as condições temáticas apropriadas para seu tipo. Os locutores devem efetuar determinados atos de referência e predicação e realizar atos ilocucionários com certos conteúdos proposicionais e forças. Em alguns casos, tais condições temáticas são tão fortes que requerem a realização de um ato ilocucionário mestre de uma força e conteúdo proposicional específicos. Os protagonistas de uma conversação também devem realizar atos ilocucionários cujas condições preparatórias correspondam às condições do *background* conversacional de seu tipo de discurso. Por fim, os locutores têm que expressar, em relação aos objetos em consideração, atitudes que correspondam

¹³⁹ A noção de ato de discurso mestre é devido a Nick Fotion, *Master Speech Acts*, 1971.

¹⁴⁰ Na terminologia utilizada por Vanderveken, um ato de discurso é *feliz* quando ele é bem-sucedido, sem defeito e satisfeito.

¹⁴¹ Pode-se notar um paralelismo com a lógica ilocucionária, pois cada componente de uma força determina uma condição particular de sucesso dos atos ilocucionários com essa força.

às condições de sinceridade de seu tipo de conversação. Assim, todos os atos de discurso mestres de uma conversação são essenciais para sua condução, pois sem a realização deles não seria possível manter uma conversação com um objetivo discursivo. Nota-se também que, algumas vezes, um ato de discurso mestre encerra a conversação.

Com relação aos verbos que são tanto ilocucionários quanto discursivos, observa-se que os verbos nomeiam, em seu sentido ilocucionário, atos ilocucionários que se transformam em atos de discurso mestres, nos tipos de conversação que eles nomeiam, em seu sentido discursivo. Alguns exemplos desses verbos¹⁴² que nomeiam atos de discurso são: argumentar (*argue*), afirmar (*state*), descrever (*describe*), informar (*inform*), criticar (*criticize*), instruir (*instruct*), declarar (*declare*), propor (*propose*), interrogar (*interrogate*), louvar (*praise*), confessar (*confess*) e assim por diante.

- ii. A condução bem-sucedida de um discurso requer uma coordenação mínima entre os locutores. Os protagonistas devem realizar enunciações relevantes, tendo em conta o que eles disseram, o *background* conversacional e o tipo de discurso que eles querem manter. Logo, a condução de um tipo de discurso também estabelece relações sobre seus atos de discurso mestres. Frequentemente, os locutores têm certa liberdade no que se refere ao desenvolvimento de seu discurso. Entretanto, há casos-limite de tipos de discurso como, por exemplo, o de julgamentos de acusação na corte do tribunal em que os protagonistas têm papéis antecipadamente fixados com turnos de fala e até enunciações bem determinadas. Por conseguinte, a absolvição ou condenação, por parte do juiz, depende do veredicto.

Na lógica do discurso, as condições necessárias e suficientes de condução bem-sucedida das conversações são todas as condições de sucesso determinadas pelos vários componentes de seu tipo de discurso¹⁴³. Por conseguinte, a noção de condução bem-sucedida de um discurso é definida quando os locutores conseguem manter uma conversação de um certo tipo ao realizar suas enunciações sucessivas em uma situação de discurso se, e somente se, os seguintes aspectos forem atingidos: a) o tema de sua conversação satisfaz as condições temáticas de seu tipo de discurso; b) os locutores

¹⁴² Em sua pesquisa, Vanderveken apresentou exemplos de verbos que nomeiam atos de discurso que são ambos ilocucionários e discursivos. Sua lista foi feita a partir de análises realizadas de verbos da língua inglesa.

¹⁴³ Observa-se aqui outro paralelismo com a lógica ilocucionária, visto que, nessa abordagem, as condições necessárias e suficientes para a realização bem-sucedida dos atos ilocucionários elementares são todas condições de sucesso determinadas pelos vários componentes de sua força ilocucionária.

atingem o objetivo discursivo desse tipo de discurso sobre o tema com o modo de atingir requerido; c) os locutores pressupõem que as condições do *background* conversacional exigidas são obtidas; e, por fim, d) os locutores expressam todos os estados mentais requeridos pelas condições de sinceridade de seu tipo de discurso.

A teoria do sucesso, no âmbito da lógica do discurso de Vanderveken, requer menos do que a realização sem defeito e a felicidade total de todas as intervenções. Isto também é o caso na lógica ilocucionária. Assim, um discurso bem-sucedido, pode ser também defeituoso, realizado no *background* conversacional errado e insatisfeito. Uma tarefa muito importante que a teoria do sucesso da TGD deve fazer distinguir discursos bem-sucedidos que são defeituosos de tentativas fracassadas de conduzir discursos do mesmo tipo discursivo. Ela também deve distinguir discursos bem-sucedidos e felizes. Há casos em que os discursos bem-sucedidos podem ser defeituosos como os discursos que podem ser realizados no *background* conversacional errado e seus protagonistas podem ser insinceros, por exemplo. Além disso, há também discursos bem-sucedidos que podem ser insatisfeitos. Um paciente pode ter violado seus engajamentos e ter desobedecido as diretivas da pessoa consultada (um médico), por exemplo. O objetivo da lógica do discurso é descrever, de maneira teórica, as condições segundo as quais as conversações são bem-sucedidas, não defeituosas e satisfeitas¹⁴⁴.

Após termos exposto e analisado as direções de ajuste e a sua relação com os objetivos discursivos, a forma lógica de um tipo de conversação ou discurso provido de um objetivo discursivo, a tipologia das conversações que possuem objetivos discursivos e, por fim, a definição da noção de sucesso na lógica do discurso, constatamos que Vanderveken obteve êxito no seu projeto, pois além de desenvolver uma teoria e lógica geral formal das ilocuições de nível superior e estabelecer os princípios que fundamentam a mesma, ele também enriqueceu a lógica dos atos ilocucionários de primeiro nível. Consequentemente, ele supera as dificuldades apresentadas por Searle e, portanto, sobrepõe ao desafio, construindo uma teoria do discurso (das conversações providas de um objetivo discursivo) tão rica e rigorosa quanto a teoria dos atos ilocucionários momentâneos, isolados e individuais.

¹⁴⁴ Aqui percebe-se uma similaridade com a lógica ilocucionária, dado que ela analisa a noção de um ato ilocucionário em termos da noção das condições de sua realização bem-sucedida e sem defeito. Para um maior esclarecimento, ver a seção 1.5 do presente trabalho dissertativo.

Tendo em vista o que foi apresentado e investigado no presente capítulo e nos dois anteriores e, assim, concluindo o escopo da nossa pesquisa dissertativa, seguiremos, finalmente, para as considerações finais do presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso de nosso trabalho apresentamos e analisamos o papel da teoria dos atos de discurso – TAD – na elaboração e desenvolvimento da teoria da pragmática formal do discurso – TGD – de Daniel Vanderveken. Isto concerne ao objetivo principal de nossa dissertação. Essa nova teoria tinha a ambição de expandir a TAD, que desde o início consagrou-se apenas à análise dos atos ilocucionários considerados como atos de discurso de primeiro nível. Vimos que a TGD adota os princípios gerais que fundam a TAD a fim de enriquecê-la, ampliando a perspectiva de seus fundadores – John Austin (1962) e Paul Grice (1957, 1975), Searle e Vanderveken (1985). A TGD preenche, portanto, uma grande lacuna da TAD que negligenciou a análise da estrutura dos discursos inteiros que os interlocutores conduzem na ocasião de suas conversações conjuntas. Ademais, mostramos que Searle (1992), seguindo o pensamento do segundo Wittgenstein (1958), expressou um certo ceticismo acerca da possibilidade de elaborar uma teoria geral formal das conversações que fosse tão rigorosa quanto a teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível. Na segunda seção do capítulo 2 do presente trabalho, apresentamos uma das principais razões que levou Searle a adotar uma perspectiva pessimista sobre tal projeto de desenvolvimento e expansão da TAD. Segundo ele, ao contrário dos atos de discurso de primeiro nível, as conversações não têm uma estrutura interna, pois elas não têm um objetivo particular especificado desde o início.

Vanderveken (2001) aceita o desafio de ultrapassar as dificuldades apontadas por Searle (1992) e concebeu, na virada do milênio, uma teoria geral da pragmática formal dos discursos. Ele mostrou que é possível analisar, de forma rigorosa, a estrutura lógica das sequências ordenadas de enunciações que constituem as conversações. Fazendo isso, ele enriqueceu a TAD e a lógica ilocucionária atuais. Em seus textos de 2001, 2007, 2013 e 2019, Vanderveken elaborou uma teoria geral das conversações e formulou os princípios fundamentais da tipologia dos discursos providos de objetivos discursivos. Seus principais objetivos foram, portanto, o de enriquecer a lógica ilocucionária e contribuir para os fundamentos da lógica do discurso. No nosso trabalho foi mostrado que Vanderveken utilizou TAD, que analisa a forma lógica dos atos ilocucionários de primeiro nível, como modelo teórico de base do para construir a TGD, uma nova teoria capaz de analisar a estrutura lógica das conversações ou discursos. As semelhanças entre as duas teorias foram apresentadas e explicadas no capítulo 3 deste trabalho, evidenciando o paralelismo entre os atos ilocucionários de primeiro nível e a teoria geral formal do discurso.

A fim de tornar mais claro o papel da TAD na elaboração da teoria geral formal do discurso de Vanderveken, tivemos que introduzir os princípios e as noções fundamentais dessa teoria. Tal introdução foi o objeto de pesquisa do capítulo 1 deste trabalho. Lá foi abordado a importância da teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível e as principais características que a tornam uma teoria geral formal tão rigorosa. Tal teoria analisa a forma lógica e as condições de felicidade dos atos ilocucionários isolados, que são realizados por meio do uso de enunciados, em contextos individuais de enunciação. Além disso, discorreremos um pouco sobre o desenvolvimento da teoria dos atos ilocucionários, desde a influência de Austin (1962) e Grice (1975) até as contribuições mais formais realizadas por Searle (1969) e Searle e Vanderveken (1985) e Vanderveken (1990, 1991).

No capítulo 2, apresentamos as críticas que constituem o ceticismo de Searle (1992) acerca da possibilidade de elaborar uma teoria geral formal dos discursos tão rigorosa quanto a teoria e lógica dos atos ilocucionários de primeiro nível. Além de expor as principais dificuldades, apontadas por ele, abordamos também as noções de jogos de linguagem e de formas de vida, no pensamento do segundo Wittgenstein, e as noções de pano de fundo conversacional (*background*) e de intencionalidade coletiva, na perspectiva de Searle. Depois fizemos uma simulação um tipo de conversação entre Searle e Vanderveken que constitui um modelo de debate teórico entre os dois protagonistas.

No capítulo 3, apresentamos as principais noções (objetivos discursivos em seus outros componentes de uma conversação, direção de ajuste, condições de sucesso, de satisfação, condições de felicidade, dentre outras) e os princípios lógicos fundamentais (princípio de identidade e de implicação conversacional) da teoria geral formal do discurso de Vanderveken.

Acreditamos que a relevância do presente trabalho se mostra pela contribuição teórica que a teoria geral dos discursos traz para a TAD e pelo enriquecimento da lógica ilocucionária dos atos ilocucionários de primeiro nível. Vanderveken desenvolveu uma nova teoria que aborda as ilocuições de nível superior (as conversações ou discursos inteiros) com um objetivo discursivo, isto é, puramente linguístico. Além disso, foi realizada uma exposição do paralelismo que há entre: 1) os objetivos ilocucionários e os objetivos discursivos; 2) as direções de ajuste dos atos ilocucionários e as direções de ajuste das conversações ou discursos providos de um objetivo discursivo; 3) as atitudes proposicionais individuais, expressas pelos locutores e interlocutores quando realizam ilocuições isoladas (de primeiro nível) e as atitudes comuns ou

coletivas (de nível superior) que os protagonistas das conversações (locutores e os interlocutores) expressam quando contribuem (por meio das suas intervenções) ao decurso das conversações ou discursos (que contêm atos ilocucionários de diferentes tipos e níveis). Além de analisar a forma lógica das forças ilocucionárias e da estrutura das conversações, por meio da decomposição de seus vários componentes, Vanderveken esclareceu a definição de sucesso e quais são as condições de sucesso que devem ser preenchidas pelos protagonistas a fim de conduzirem discursos bem-sucedidos.

Em suma, a análise da TAD, realizada no presente trabalho, mostrou que para Searle e Vanderveken as unidades básicas da comunicação humana são os atos ilocucionários de primeiro nível como as asserções, as promessas, as ordens, as declarações, as saudações etc. Além disso, evidenciou que a TAD fundamenta a teoria da pragmática geral do discurso, desenvolvida recentemente por Vanderveken, que trata dos atos ilocucionários (ilocuções) de segundo nível, batizados por ele de intervenções discursivas ou conversações. Essas ilocuções de nível superior são discursos inteiros constituídos por vários componentes lógicos e são realizados, em princípio, por mais de um locutor. Ao elaborar uma teoria da pragmática formal do discurso, um novo aparelho teórico capaz de analisar a forma lógica das conversações providas de um objetivo discurso, Vanderveken (2001, 2007, 2013) mostrou que o pessimismo de Searle e o ceticismo do segundo Wittgenstein estavam baseados pressuposições equivocadas. Vale observar, no entanto, que Vanderveken concorda com Wittgenstein e Searle sobre a ideia de que seria impossível realizar um aparelho teórico-formal capaz de analisar todas as instâncias de conversações humanas, em todos os contextos possíveis de discurso. Assim, sua teoria da pragmática formal do discurso trata somente das conversações (ou intervenções discursivas) que têm uma estrutura lógica bem determinada e são providas de um objetivo discursivo (linguístico) apropriado às circunstâncias no qual o discurso ocorre. Ademais, a teoria formal dos discursos inteiros desenvolvida por Vanderveken é uma abordagem importantíssima para o enriquecimento e desenvolvimento de diversas disciplinas relacionadas às áreas da filosofia como a linguística, a psicologia cognitiva, a lógica, a inteligência artificial, a ética etc.

Por fim, encerrarei o meu projeto dissertativo com uma breve exposição da resposta dada por Searle (2001)¹⁴⁵ ao artigo Vanderveken de 2001, no qual ele apresenta suas primeiras

¹⁴⁵ Searle apresentou sua resposta no texto intitulado *Réponses de Searle: Expanding the Speech Act Taxonomy to Discourse, Reply to Vanderveken*, publicado na *Revue Internationale de Philosophie*, 2001/2, n° 216, p. 292-293.

ideias sobre sua teoria dos atos ilocucionários de nível superior¹⁴⁶. Dessa maneira, evidenciaremos o reconhecimento de Searle acerca da teoria dos atos ilocucionários de nível superior desenvolvida por Vanderveken. Em sua resposta, Searle (2001) observa que Vanderveken estava correto ao tomar como um desafio os argumentos que ele forneceu em seu artigo *Conversation* de 1992. Ele encoraja Vanderveken a continuar o projeto de elaboração de uma teoria adequada da conversação. Além disso, ele ressalta que Vanderveken uniu determinados elementos da TAD de primeiro nível e ele fez também algumas melhorias na lógica ilocucionária que ambos desenvolveram livro *Foundations of Illocutionary Logic* (1985). Nas palavras de Searle (2001, p. 292, tradução nossa¹⁴⁷), o resultado do trabalho desenvolvido por Vanderveken é “fascinante e frutífero e espero que ele continue a desenvolvê-lo nos próximos anos”. Ademais, os objetivos discursivos, que são outro aspecto desenvolvido por Vanderveken, também chamou a atenção de Searle, pois eles são definidos em termos da noção de direção de ajuste, sendo considerado, em sua ótica, como mais uma noção bastante frutífera e que provou a relevância da TAD na TGD. Vale destacar que Vanderveken utilizou as quatro direções de ajuste que são estudadas na teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível e, por conseguinte, as usa com o objetivo de definir os quatro objetivos discursivos possíveis que as conversações podem ter. Ao proceder de tal maneira, Vanderveken estendeu a sua taxonomia por meio da utilização de outras noções que foram desenvolvidas e trabalhadas anteriormente por Searle e ele, no âmbito da lógica ilocucionária.

Deve-se acrescentar que apesar do reconhecimento de Searle acerca do sucesso de Vanderveken, na realização de seu novo modelo teórico, ele faz algumas críticas sobre o resultado sua teoria do discurso ou teoria dos atos ilocucionários de nível superior. A crítica mais importante feita por Searle é sobre a noção de pano de fundo conversacional (*background*) que é mais rica do que os exemplos apresentados por Vanderveken. Na perspectiva de Searle, os exemplos dados por ele sobre as condições do *background* conversacional tendem a ser pressuposições, em um sentido bastante comum dessa noção. Todavia, Searle (2001, p. 293, tradução nossa¹⁴⁸) admite que os esforços feitos por Vanderveken são “uma extensão natural,

¹⁴⁶ Posteriormente, em 2007 e 2013, Vanderveken irá fazer algumas considerações e desenvolver outros assuntos importantes em seu projeto com o intuito de aprimorar algumas características como a construção da significação do locutor a partir da significação do enunciado, do *background* conversacional e das máximas conversacionais, por exemplo.

¹⁴⁷ No original: “*fascinating and fruitful, and I hope he will continue to develop it in the years to come*”.

¹⁴⁸ No original: “*a natural, useful, and powerful extension of ideas that I and others, including Vanderveken, have worked out earlier, and which are well-defined and well-substantiated notions*”.

útil e poderosa de ideias que eu e outros, incluindo Vanderveken, trabalhamos anteriormente e que são noções bem definidas e bem fundamentadas”.

Chegamos ao final desta jornada e sabemos que nossa análise está longe de cobrir todos os aspectos importantes dessa temática, em geral, e da teoria geral formal dos discursos, em particular. Assim, temos a intenção de dar continuidade à nossa pesquisa e nos concentrarmos sobre a teoria dos atos de discurso, a teoria da intencionalidade (principalmente, na perspectiva de Searle), sobre a lógica do discurso e das atitudes proposicionais, elaborada por Vanderveken e apresentada em seus escritos publicados em 2001, 2007, 2008, 2013, 2019. Esperamos que a realização desse trabalho se desenvolva no âmbito de um programa de doutorado. Dessa maneira, é nosso objetivo explicar, de forma detalhada, os diversos princípios que fundamentam a tese de que há uma relação lógica, em três níveis, entre os atos ilocucionários e as atitudes proposicionais. Esses níveis são: 1) os agentes (locutor e interlocutor) devem ter a intenção prévia de realizá-los; 2) devem ter uma intenção-em-ação (devem tentar realizá-los); e 3) devem expressar a atitude proposicional própria à condição de sinceridade do ato ilocucionário. Além disso, tentaremos esclarecer as questões relacionadas ao argumento da primazia da mente sobre a linguagem e do paralelismo que há entre os atos ilocucionários e os estados intencionais. Portanto, todas essas questões, juntamente com outras que possam surgir, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, serão objetos de estudo e debate em projetos de pesquisa futuros.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. A Plea for Excuses. In: _____. **Philosophical Papers**. Oxford: Clarendon Press, 1962a.
- AUSTIN, J. L. **How to Do Things with Words**. Oxford: Clarendon Press, 1962b.
- AUSTIN, J. L. **Sense and Sensibilia**. Oxford: Oxford University Press, 1962c.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- ANSCOMBE, G. E. M. **Intention**. Oxford: Blackwell, 1957.
- ARRUDA JÚNIOR, G. F. **10 lições sobre Wittgenstein**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BÉZIAU, JY.; FERREIRA, F.; MARTINS, A. T.; PEQUENO, M. (orgs.). **Logic, Intelligence and Artifices: Tributes to Tarcísio H. C. Pequeno**. London: College Publications, 2018.
- CARNAP, R. **Meaning and Necessity**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.
- CHURCH, A. A formulation of the logic of sense and denotation. In P. Henle, H. Kallen e S. Lange (orgs.). **Structure, Method and Meaning**. New York: Liberal Arts Press, 1951, p. 3-24.
- FERREIRA, J. M. A. **Teoria dos Atos de Fala: paradigma e quebra-cabeças**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade de Brasília. Brasília, p. 110, 2024
- FOTION, N. Master Speech Acts. **The Philosophical Quarterly**. vol. 21, nº 84, p. 232-243, julho de 1971.
- FREGE, G. **Die Grundlagen der Arithmetik**. Breslau: W. Koebner, 1884.
- FREUD, S. The Unconscious in Psychoanalysis. In Joane Riviere (trad.). **Collected Papers of Sigmund Freud**. Vol. 4. New York: Basic Books, 1959, p. 98-136.
- GALVÃO, M. Atos de fala indiretos e implicaturas conversacionais. **Academia**. 2007. Disponível em:
https://www.academia.edu/42733938/Atos_de_fala_indiretos_e_implicaturas_conversacionais. Acesso em: 20 de março de 2024.
- GRICE, H. P. Meaning. **Philosophical Review**. vol. 66, nº 3, p. 377-388, 1957.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In Peter Cole e Jerry L. Morgan (orgs.). **Syntax and Semantics: vol. 3 - Speech Acts**. New York: Academic Press, 1975.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. Trad. João W. Geraldi. In Marcelo Dascal (org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**: vol. IV – Pragmática, problemas, críticas, perspectivas da linguística. Campinas: Unicamp, 1982.

GRICE, H. P. **Studies in the Way of Words**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1991.

JACQUES, F. **L'espace logique de l'interlocution**. Paris: Presses universitaires de France, 1985.

KAPLAN, D. On the Logic of Demonstratives. **Journal of Philosophical Logic**. Vol. 8, n° 1, p. 81-98, 1979.

LEWIS, D. **Conversation**: a Philosophical Study. Cambridge: Harvard Univsety Press, 1969.

MONTAGUE, R. **Formal Philosophy**: Selected Papers of Richard Montague. New Haven: Yale University Press, 1974.

OLIVEIRA, E. T. A. **Significação não natural e implicaturas**: O projeto de Herbert Paul Grice. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, p. 93, 2016.

PESSOA, F. **Poesia/Alberto Caeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RUSSELL, B. **An Inquiry into Meaning and Truth**. London: Routledge, 1980.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn taking for conversation. **Language**. Vol. 50, n° 4, 1974, p.696-735.

SCHIFFER, S. **Meaning**. Oxford: Clarendon Press, 1972.

SEARLE, J. R. A Taxonomy of Illocutionary Acts. In GUNDERSON, K. (org.). **Language, Mind, and Knowledge**. vol. VII. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975.

SEARLE, J. R. **Mind, Language and Society**. New York: Basic Books, 1998.

SEARLE, J. R. The Background of Meaning. In SEARLE, J. R. *et al.* (Orgs.). **Speech Act Theory and Pragmatics**. Dordrecht: D. Reidel, 1980, p. 221-232.

SEARLE, J. R. Réponses de Searle: Expanding the Speech Act Taxonomy to Discourse, Reply to Vanderveken. **Revue internationale de philosophie**. vol. 55, n° 216 (2), p. 292-293, 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23955654>. Acesso em 05 de dezembro de 2022.

SEARLE, J. R. Conversation. In SEARLE, J. R. *et al.* (Orgs.). **(On) Searle on Conversation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1992, p. 7-29.

SEARLE, J. R. **Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, J. R. **Os actos de fala: Um ensaio de Filosofia da Linguagem**. Trad. Carlos Vogt; *et al.* Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

SEARLE, J. R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEARLE, J. R. **Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

SEARLE, J. R. Austin on Locutionary and Illocutionary Acts. **The Philosophical Review**, vol. 77, n° 4, 1968, p. 405-424.

SEARLE, J. R. **Expression and Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SEARLE, J. R. **Consciousness and Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a.

SEARLE, J. R. **Expressão e significado**. Trad. Ana Cecília G. A. de Camargo, Ana Luiza M. Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

SEARLE, J. R. **Consciência e Linguagem**. Trad. Plínio Junqueira Smith. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

SEARLE, J. R. **Making the Social World**. Oxford: Oxford University Press, 2010b.

SEARLE, J. R.; VANDERVEKEN, D. Introdução à teoria dos atos de discurso. Trad. Candida Jaci de Sousa Melo. **Reflexões**, Fortaleza, n° 18, p. 255-279, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistareflexoes.com.br/revistas/revista-reflexoes-de-filosofia-ano-10-no-18-de-junho-a-julho-de-2021/>. Acesso em: 19 de abr. 2021.

SEARLE, J. R.; VANDERVEKEN, D. **Foundations of Illocutionary Logic**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 1985.

SOUSA MELO, C. J. Possible Directions of Fit between Mind, Language and the World. In VANDERVEKEN, D. & KUBO, S. (orgs.). **Essays in Speech Act Theory**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins publishing company, 2001, p. 109-117.

SOUSA MELO, C. J. **Le rôle de l'intentionnalité dans la pensée conceptuelle**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Université du Québec à Montréal. Montréal, novembro de 2006.

SOUSA MELO, C. J. **Les universaux et le transcendantal dans la théorie des actes de discours**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Université du Québec à Montréal. Montréal, março de 1997.

SOUSA MELO, C. J. Intentionality and meaning in natural language. **The Journal of Intercultural Studies**. Osaka, n° 39, p. 75-92, 2014.

SOUZA FILHO, D. M. Apresentação – A filosofia da linguagem de J. L. Austin. In AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Trad: Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance: Communication and cognition**. Oxford: Blackwell, 1986/1995.

TUOMELA, R. Two kinds of cooperation. In VANDERVEKEN, D. (Org.). **Logic, Thought and Action**. Dordrecht: Springer, 2005, p. 79-107.

TUOMELA, R.; MILLER, K. We-intentions. **Philosophical Studies**. Vol. 53, 1988, p. 367-389.

VANDERVEKEN, D. Towards a Formal Pragmatics of Discourse. **International Review of Pragmatics**. vol. 5, n° 1, p. 34-69, jan. de 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/18773109-13050102>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

VANDERVEKEN, D. Illocutionary Logic and Discourse Typology. **Revue internationale de philosophie**. vol. 55, n° 216 (2), p. 243-255, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23955646>. Acesso em 5 de agosto de 2022.

VANDERVEKEN, D.; FISETTE, D. (orgs.). **Actions, Rationality & Decision: Actes du Colloque International de 2002 en hommage à J.-Nicolas Kaufmann**. Oxford: College Publications, 2008.

VANDERVEKEN, D. La logique illocutoire et l'analyse du discours. In D. Luzzati & als (orgs.), **Le Dialogique**. Paris: Éditions Peter Lang, 1997.

VANDERVEKEN, D. Principes de pragmatique formelle du discours. **Revue Philosophiques**. vol. 34, n° 2, p. 229-258, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/015880ar>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

VANDERVEKEN, D. **Les actes de discours: Essai de philosophie du langage et de l'esprit sur la signification des énonciations**. Bruxelles: Pierre Mardaga editeur, 1988.

VANDERVEKEN, D. **Meaning and Speech Acts: Volume I – Principles of Language Use**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1990.

VANDERVEKEN, D. **Meaning and Speech Acts: Volume II – Formal Semantics of Success and Satisfaction**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1991a.

VANDERVEKEN, D. Non-literal Speech Acts and Conversational Maxims. In E. Lepore & R. Van Gulick (orgs.), **John Searle and His Critics**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1991b, p. 371-384.

VANDERVEKEN, D. A General Logic of Propositional Attitudes. In C. Dégrémont, L. Kleiff & H. Rückert (orgs.), **Dialogues, Logics and Other Strange Things: Essays in Honour of Shahid Rahman**. London: College Publications, 2008.

VANDERVEKEN, D. What is an illocutionary force?. In M. Dascal (org.), **Dialogue and Interdisciplinary Study**. Amsterdam: Benjamins, 1985.

VANDERVEKEN, D.; SOUSA MELO, C. J. On the Intrinsic Intentional Nature of Illocutionary Acts. **Studies in Language and Literature**. vol. 38, p. 59-91, 2018.

VANDERVEKEN, D.; SOUSA MELO, C. J. Atos ilocucionários e discursos jurídicos, em português. **Aufklärung**. vol. 6, n° 2. João Pessoa: 2019, p. 11-46.

WITTGENSTEIN, L. **Tratado lógico-filosófico**: Investigações filosóficas. 6 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. London: Routledge & Kegan Paul, 1961.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. Oxford: Basil Blackwell, 1958.

WITTGENSTEIN, L. Investigações filosóficas. **Os Pensadores: Wittgenstein**. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1975.